



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

ALESSANDRO SOBRAL FARIAS

POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: sofrimento psíquico, trabalho policial e políticas de cuidado na Polícia Civil em Belém do Pará e Região Metropolitana

Belém do Pará
Abril/2026

ALESSANDRO SOBRAL FARIAS

POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: sofrimento psíquico, trabalho policial e políticas de cuidado na Polícia Civil em Belém do Pará e Região Metropolitana

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Bitencourt Pires Chaves

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Freire da Silva

Belém do Pará
Abril/2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- F224p Farias, Alessandro Sobral.
POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: : sofrimento psíquico, trabalho policial e políticas de cuidado na Polícia Civil em Belém do Pará e Região Metropolitana / Alessandro Sobral Farias. — 2026.
155 f. : il.
- Orientador(a): Profª. Dra. Andrea Bitencourt Pires Chaves
Coorientador(a): Prof. Dr. Carlos Freire da Silva
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2026.
1. Trabalho Policial. 2. Sofrimento Psíquico . 3. Política do Cuidado. 4. Silenciamento Cultural. 5. Polícia Civil. I. Título.

CDD 301

ALESSANDRO SOBRAL FARIAS

POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: sofrimento psíquico, trabalho policial e políticas de cuidado na Polícia Civil em Belém do Pará e Região Metropolitana

Belém do Pará, 27 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andrea Bittencourt Pires Chaves
Orientadora (PPGSA/UFPA)

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva
Coorientador (PPGSA/UFPA)

Profa. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira
Examinadora interna (PPGSA/UFPA)

Prof. Dra. Vergas Vitória Andrade da Silva
Examinadora interna (PPGSA/UFPA)

Profa. Dra. Maely Ferreira Holanda Ramos
Examinadora externa (PPGED/UFPA)

Prof. Dra. Daniela Castro dos Reis
Examinadora externa (PPGTPC/UFPA)

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso
Examinadora suplente (PPGSA/UFPA)

Profa. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza
Examinador suplente (PPGCP/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Com o coração pleno de gratidão, início agradecendo a Deus, por ter me sustentado com saúde, coragem e serenidade em cada passo desta jornada. A Ele, que me fortaleceu nos momentos difíceis e iluminou meu caminho com esperança e fé.

À memória do meu pai, Airton Correa Farias, cuja ausência física jamais apagou sua presença viva em mim, e à minha mãe, Neuziana dos Anjos Sobral, por seu amor constante, pela força silenciosa e pelo apoio incansável em cada etapa da minha vida — meu eterno agradecimento.

À minha amada esposa, Elisângela Miranda, minha companheira de vida, obrigada por seu carinho, paciência, compreensão e incentivo inabalável. Sua presença foi um abrigo seguro em meio às tempestades do percurso. Aos meus filhos, Alan Vitor, Isadora, Isabelly e Arthur, que são meus amores e razão de seguir; e às minhas enteadas, Fernanda e Aryane, por todo afeto e parceria. Às minhas netas, Clarice, Isis, Flor e Gustavo cuja luz e inocência enchem minha alma de alegria e esperança, minha ternura eterna.

À Profa. Dra. Andrea Chaves e ao Prof. Dr. Carlos Freire, minha mais sincera gratidão pela orientação generosa, pelas críticas construtivas e pela confiança depositada em mim. O cuidado e o profissionalismo de vocês foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Aos colegas Letícia, Dennis, Talita e Aldo, e a todos do PPGSA-UFGA, meu reconhecimento pela troca de experiências, pelo apoio acadêmico e pelas parcerias que me acompanharam ao longo dessa trajetória.

Agradeço, com respeito e admiração, a todos os servidores da Polícia Civil do Pará que contribuíram para esta pesquisa. Um agradecimento especial à Delegada Priscilla Naiatte, pelo incentivo, pela escuta atenta e pelo apoio institucional. Estendo minha gratidão às Delegadas Deisy Lemos e Michelle Zagalo, ao Delegado Vinicius Lobo, e ao Delegado Walter Resende, pela confiança, sensibilidade e abertura ao diálogo. Sou também profundamente grato à equipe da Divisão de Estatística da PCPA – Marta, Nelson e Luan –, à colega Monalisa (DRH) e a todos os policiais civis que, com generosidade e coragem, compartilharam suas vivências nas entrevistas. As vozes de vocês ecoam neste trabalho e conferem a ele sentido, densidade e humanidade.

Enfim, sendo uma homenagem emocionada ao meu irmão de coração, Nazareno Lopes da Silva (in memoriam). Sua partida precoce deixou um vazio imenso, mas sua lembrança me acompanha como força e saudade. Esta tese é, também, para você.

Dedico esta pesquisa a todas as pessoas comprometidas com a reflexão crítica sobre as instituições policiais e que acreditam na possibilidade de um trabalho policial mais justa, sensível e humanizada. Que este trabalho possa contribuir para o fortalecimento de uma cultura organizacional que reconheça a centralidade da saúde mental dos profissionais da segurança pública, valorizando o cuidado, prevenindo o sofrimento psíquico e combatendo o silenciamento de práticas autodestrutivas. A todos aqueles que, com coragem e esperança, lutam por uma polícia que cuide de quem cuida, deixo aqui minha mais profunda admiração.

Alessandro Farias

RESUMO

O trabalho policial é marcado por exposição contínua à violência, pressão institucional e exigências operacionais intensas, configurando um contexto propício ao sofrimento psíquico. No âmbito da Polícia Civil em Belém (PA), essas condições são atravessadas por dinâmicas organizacionais e culturais que tendem a naturalizar o sofrimento e dificultar sua expressão. Nesse cenário, o adoecimento psíquico é compreendido como fenômeno socialmente produzido, inscrito nas formas de organização do trabalho e nos mecanismos institucionais de regulação da experiência profissional. Este estudo analisa a política de atendimento psicossocial da Polícia Civil do Pará, com foco na atuação da Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA), examinando seus alcances, limites e efeitos na saúde mental dos trabalhadores. Adota-se abordagem quali-quantitativa, combinando análise documental, enquête com 234 policiais civis e entrevistas em profundidade com 13 participantes em processo de adoecimento. A análise baseia-se na triangulação metodológica, articulando estatísticas descritivas e análise de conteúdo. Os resultados indicam que a intensificação das demandas laborais, os regimes prolongados de plantão, a responsabilização jurídica individualizada e uma cultura organizacional orientada pela valorização da invulnerabilidade produzem condições estruturais de sofrimento. Observa-se que o medo da estigmatização e, especialmente, da suspensão do porte de arma — elemento central da identidade profissional — atua como barreira ao acesso aos serviços de saúde mental. A possibilidade de “entregar a arma” emerge como ameaça simbólica ao pertencimento institucional, contribuindo para o adiamento da busca por cuidado. Os afastamentos por transtornos mentais são recorrentes, embora atravessados por fragilidades nos mecanismos de acompanhamento e reintegração. A atuação da DAS/PCPA é reconhecida como relevante, porém limitada por centralização geográfica e baixa articulação institucional. Conclui-se que o sofrimento psíquico no trabalho policial é institucionalmente produzido e culturalmente silenciado. O estudo contribui para a Sociologia do Trabalho e da Saúde ao evidenciar que a gestão da força policial implica a gestão da vulnerabilidade, apontando para a necessidade de políticas públicas que enfrentem o estigma e incorporem a saúde mental como dimensão estratégica da segurança pública.

Palavras-chave: Trabalho Policial. Sofrimento Psíquico. Política do Cuidado. Silenciamento Cultural. Polícia Civil.

ABSTRACT

Police work is characterized by continuous exposure to violence, institutional pressure, and intense operational demands, creating conditions conducive to psychological distress. Within the Civil Police in Belém (PA), Brazil, these conditions are shaped by organizational and cultural dynamics that tend to normalize suffering and hinder its expression. In this context, psychological distress is understood as a socially produced phenomenon, embedded in work organization and institutional mechanisms that regulate professional experience. This study analyzes the psychosocial care policy of the Civil Police of Pará, focusing on the Directorate of Civil Servant Assistance (DAS/PCPA), examining its scope, limitations, and effects on workers' mental health. A mixed-methods approach is adopted, combining document analysis, a survey of 234 police officers, and in-depth interviews with 13 participants undergoing psychological distress. Data analysis is based on methodological triangulation, integrating descriptive statistics and content analysis. The findings indicate that intensified work demands, extended shifts, individualized legal accountability, and an organizational culture grounded in the valorization of invulnerability produce structural conditions of distress. It is observed that fear of stigmatization, and particularly the risk of losing firearm authorization—an element central to professional identity—acts as a barrier to accessing mental health services. The possibility of “surrendering the weapon” emerges as a symbolic threat to institutional belonging, contributing to delayed help-seeking. Mental health-related leave is recurrent, although marked by weaknesses in monitoring and reintegration mechanisms. The DAS/PCPA is recognized as relevant but limited by geographical centralization and weak institutional coordination. The study concludes that psychological distress in police work is institutionally produced and culturally silenced. It contributes to the fields of Sociology of Work and Health by demonstrating that managing the police workforce also entails managing vulnerability, highlighting the need for public policies that address stigma and recognize mental health as a strategic dimension of public security.

Keywords: Police Work; Psychological Distress; Organizational Culture; Institutional Production; Care Policies; Public Security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Divisão de Trabalho, por Regiões Integradas no Pará, (2025)	50
Figura 2 - Evolução dos Afastamentos por Saúde Mental - INSS (2014-2024)	60
Figura 3 - Agentes de Segurança Pública Vítimas de Mortes Violentas Intencionais no Estado do Pará (2012-2025)	68
Figura 4 - Mortes de Agentes da Segurança Pública do Pará nas 10 Cidades com Maior Incidência no Pará (2012–2025).....	73
Figura 5 - Distribuição das mortes violentas de agentes de Segurança Pública no Estado do Pará, por Cargo, entre 2012 e 2025.	75
Figura 6 - Jornada de Trabalho de Policiais Civis do Pará, segundo a Enquete (2023).....	83
Figura 7 – Tratamento Psicológico/Psiquiátrico de Policiais Civis (2023).....	88
Figura 8 - Assédio no Ambiente de Trabalho, Enquete (2023).....	98
Figura 9 - Assédio Moral/Sexual, Enquete (2023).....	100
Figura 10 - Percepção da Violência, Enquete (2023).....	103
Figura 11 - Série histórica dos afastamentos do trabalho por grupos da CID-10 na Polícia Civil do Estado do Pará (2020–2024).....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos 13 participantes das entrevistas	25
Tabela 2 – Identificação dos entrevistados para citações e análise no corpo da tese.	26
Tabela 3 - Tipos de pesquisas realizadas ao longo da Tese, entre 2023-2025	27
Tabela 4 - Operações policiais da PCPA, ano (2024).	54
Tabela 5 - Fatores de Risco Psicossocial no Ambiente de Trabalho, NR-1.	59
Tabela 6 - Afastamentos do trabalho por diagnóstico, INSS (2024).....	61
Tabela 7 - Relação das chacinas ocorridas em Belém, no período de 2014 a 2020.	71
Tabela 8 - Renda Complementar, Enquete (2023)	84
Tabela 9 - Proporção de trabalhadores da Polícia civil, afastados por Transtornos Mentais (CID-F), ano 2024.	110
Tabela 10 - Sintomas Psicológico em Policiais Civis, Enquete (2023).....	120
Tabela 11 - Estresse Organizacional, Enquete (2023).....	122
Tabela 12 - Quantidade de Profissionais de Saúde que Trabalham na DAS (Ano/2025).	125
Tabela 13 - Quantitativo de atendimentos na DAS, na Capital (Ano/2025)	128
Tabela 14 - Quantitativo de atendimentos pelo DAS Itinerante (Ano/2025)	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CID	Classificação Internacional de Doenças
CONSEP	Conselho Estadual de Segurança Pública
DAS/PCPA	Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará
DGPC	Delegacia Geral de Polícia Civil
DPC	Delegado(a) de Polícia Civil
EPC	Escrivão (ã) de Polícia Civil
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC	Investigador (a) de Polícia Civil
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Motorista Policial
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCPA	Polícia Civil do estado do Pará
PNSPDS	Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PPC	Papiloscopista
PRÓ-VIDA	Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública
PTSD	Transtorno de estresse pós-traumático
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAD	Secretária de Administração do Estado do Pará
SEPLAD/PA	Secretária de Administração do Estado do Pará
SIEDS	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SINDPOL	Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Pará
TEPT	Transtorno de estresse pós-traumático
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação do tema e Contextualização	12
CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO	19
1.1 Desenho metodológico da pesquisa	19
1.2 Pesquisa bibliográfica.....	19
1.3 Pesquisa documental	20
1.4 Da Enquete	21
1.5 Cálculo da população amostral da enquete.....	22
1.6 Das entrevistas	24
1.7 Delimitação Territorial	28
1.8 Análise dos Dados	29
1.9 Considerações Éticas	30
1.10 Financiamento da pesquisa.....	31
CAPÍTULO 2 – SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO POLICIAL: UMA ABODAGEM SOCIOLÓGICA E INSTITUCIONAL	32
2.1. Trabalho policial, função institucional e organização da Polícia Civil.....	34
2.2 Cultura organizacional policial e os dispositivos de silenciamento do sofrimento	36
2.3 Modelos de policiamento, letalidade e vitimização: a gestão da violência e da morte.....	39
2.4 Risco, identidade profissional e normalização da violência no trabalho policial	43
2.5 Estratégias de enfrentamento do sofrimento e os limites institucionais do cuidado ..	44
2.6 Trabalho policial na Amazônia paraense: território, desigualdades e intensificação do sofrimento psíquico	47
CAPÍTULO 3 – FATORES DE RISCOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO	57
3.1 Os 12 fatores de Risco Psicossocial (NR-1).....	58
3.1.1 A crise de Transtornos Mentais na Classe Trabalhadora Celetista	60
3.2 Fatores de Risco Psicossocial no Trabalho Policial	62
3.2.1 Letalidade e vitimização policial.....	63
3.2.2 Mortes Intencionais de Agentes de Segurança Pública no Pará.....	67
3.2.3 As chacinas em Belém	69
3.2.4 Municípios e cargos letais	72
3.2.5 Pressão institucional e cobrança por produtividade.....	76
3.2.6 Jornadas prolongadas e ritmos intensos de trabalho policial	78
3.2.7 Cultura organizacional de resistência emocional.....	86
3.2.8 Estigma e vergonha de assumir vulnerabilidade psíquica	89
3.2.9 Medo de ser percebido como fraco ou incapaz.....	93

3.2.10 Assédio moral e sexual no ambiente institucional.....	96
3.2.11 Exposição constante a situação de violência e trauma.....	101
CAPÍTULO 4 – AFASTAMENTOS DOS TRABALHADORES.....	105
4.1 Reflexividade e posição do pesquisador no campo.....	105
4.2 Panorama Geral dos Afastamentos por Transtornos Mentais (2020–2024).....	108
4.3 Distribuição dos Afastamentos por Cargo (Transtorno mental – CID F).....	110
4.4 A entrega da arma e a ameaça à identidade.....	112
4.5 Vozes do Trabalho Policial: Sofrimento, Subjetividade e Adoecimento.....	118
4.6 Os sintomas como sinais de adoecimento.....	120
CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS, IMPLICAÇÕES E PROPOSIÇÕES.....	125
5.1 O Modelo Ambulatorial da DAS-PCPA.....	125
5.2 Interiorização do Sofrimento e Centralização do Cuidado.....	126
5.2.1 Iniciativas Itinerantes, Ações Emergenciais e Terceirização Parcial: Respostas Institucionais ao Sofrimento.....	129
5.3 Barreiras Simbólicas e Institucionais ao Acesso: Estigma, Vergonha e Silenciamento.....	131
5.4 Percepção dos Servidores e Avaliação das Políticas de Cuidado: Entre o Acolhimento e a Insuficiência.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXO 1 - Formulário para Pesquisa com 234 servidores PCPA - Enquete.....	148
ANEXO 2 - Formulário Estruturado para entrevista com 11 Servidores da PCPA.....	150
ANEXO 3 - Termo De Consentimento E Livre Esclarecimento (TCLE).....	151
ANEXO 4 - Termo De Autorização Para Gravação De Voz.....	152
APÊNDICE 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....	153
APÊNDICE 2 – Portaria N°. 025/2025, Criação do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Saúde do Trabalhador da Polícia Civil do Pará – PCPA.....	154
APÊNDICE 3 – Portaria N°. 060/2025, Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Gestor do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará - NEPTS.....	155

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema e Contextualização

Nas últimas décadas, o trabalho policial no Brasil consolidou-se como uma atividade atravessada por riscos físicos, morais e psíquicos, em contexto de violência persistente, expansão do encarceramento e centralidade renovada do aparato penal como mecanismo de regulação dos conflitos sociais. Nesse cenário, a violência não atua apenas como evento episódico, mas como elemento organizador do cotidiano institucional, incidindo sobre rotinas, relações hierárquicas, expectativas de desempenho e formas de reconhecimento profissional.

Apesar de frequentemente agrupadas sob a categoria genérica de “forças de segurança”, as polícias brasileiras operam segundo modelos institucionais distintos, com efeitos diferenciados sobre a organização do trabalho e, por conseguinte, sobre experiências de sofrimento e adoecimento. A Polícia Militar estrutura-se sob regime disciplinar castrense e orientação ostensiva/preventiva, com intensa verticalização hierárquica e maior centralidade do patrulhamento e do confronto. A Polícia Civil, por sua vez, organiza-se em torno da racionalidade investigativa e jurídico-administrativa, responsável pela apuração de infrações penais e formalização do inquérito policial, combinando atividades operacionais com elevada carga burocrática e responsabilização individual por procedimentos e decisões.

Essa distinção não é meramente descritiva: ela delimita formas específicas de exposição ao risco e de regulação institucional da vulnerabilidade. Na Polícia Militar, a dimensão do risco tende a ser mais diretamente associada ao policiamento ostensivo e à disciplina militarizada. Na Polícia Civil, o sofrimento psíquico tende a emergir da combinação entre jornadas prolongadas, regimes intensivos de plantão, pressão por produtividade investigativa, contato reiterado com situações traumáticas, sobrecarga administrativa e responsabilização jurídico-funcional. Trata-se, portanto, de arranjos organizacionais distintos que produzem gramáticas específicas de reconhecimento, silenciamento e manejo do sofrimento no interior das corporações.

É nesse enquadramento que esta tese delimita seu objeto: o sofrimento psíquico no trabalho da Polícia Civil do Estado do Pará, com ênfase nas políticas institucionais de cuidado psicossocial desenvolvidas pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA). O foco na Polícia Civil não implica ignorar a complexidade do campo policial, mas situar, com precisão analítica, a especificidade organizacional de uma instituição cuja atividade articula investigação, produção de provas, mediação com o sistema de justiça e gestão cotidiana de situações-limite.

Ao deslocar o olhar para a Amazônia paraense, essas dinâmicas adquirem contornos particulares. O Pará combina violência urbana concentrada na Região Metropolitana de Belém com dinâmicas difusas no interior, associadas a conflitos territoriais, crimes ambientais, disputas fundiárias, circulação de economias ilegais e presença estatal desigual. Esse cenário de violência criminal incide diretamente sobre as condições concretas de trabalho policial civil: deslocamentos extensos (estradas e rios), precariedade estrutural, déficit de efetivo, baixa previsibilidade institucional e exposição continuada a ocorrências de alta intensidade emocional e moral.

A dimensão territorial, nesse sentido, constitui elemento estruturante da experiência trabalhista e do acesso ao cuidado. Policiais lotados no interior tendem a enfrentar maior isolamento institucional e dificuldades mais pronunciadas de acesso a serviços especializados, ao passo que dispositivos de atenção psicossocial se concentram, em geral, na capital. Essa assimetria contribui para o que esta tese denomina interiorização do sofrimento: processo no qual distância geográfica, fragilidade institucional e circulação limitada de políticas de cuidado ampliam o silenciamento e dificultam o reconhecimento legítimo da vulnerabilidade.

Do ponto de vista teórico, o estudo se ancora na Sociologia do Trabalho e dialoga com a Psicodinâmica do Trabalho ao sustentar que o sofrimento psíquico no trabalho policial não pode ser reduzido a fragilidades individuais ou predisposições subjetivas isoladas. Trata-se de um fenômeno socialmente produzido e reproduzido, institucionalmente administrado e simbolicamente regulado, cuja inteligibilidade exige relacionar organização do trabalho, cultura institucional e racionalidades administrativas de gestão do risco. Inspirada em Michel Foucault, particularmente nas reflexões sobre governo das condutas e mecanismos de normalização, a tese compreende que a instituição não opera apenas por normas formais, mas também por dispositivos que moldam subjetividades, regulam emoções e definem fronteiras do que pode ser reconhecido como sofrimento legítimo. Assim, o adoecimento não surge à margem da instituição; ele se produz e se expressa no interior de seus próprios modos de governar o trabalho.

Essa perspectiva permite buscar abordagens que mostram o sofrimento psíquico do policial ou o explicam pela exposição à violência externa. Propõe-se, em contrapartida, uma leitura sociológica que articula: (a) regimes temporais intensivos (plantões, disponibilidade permanente, imprevisibilidade); (b) cultura organizacional de invulnerabilidade e autocontrole emocional; (c) dispositivos formais e informais que regulam o reconhecimento da vulnerabilidade e definem custos simbólicos e funcionais para quem “admite” sofrimento. Em síntese, a tese sustenta que mecanismos voltados à eficiência operacional, disciplina

institucional e controle hierárquico podem, simultaneamente, produzir silenciamento, estigmatização e barreiras ao cuidado.

Os dados empíricos desta pesquisa corroboram esse argumento. A enquete aplicada a 234 policiais civis evidenciou incidência expressiva de sintomas associados ao desgaste emocional: 26,34% relataram cansaço excessivo; 20,16%, irritabilidade constante; 15,84%, nervosismo recorrente; 13,58%, perda do senso de humor; e 12,96%, retraimento social no trabalho. Considerando que o instrumento admitia múltiplas respostas, observa-se convivência simultânea de diferentes manifestações de sofrimento psíquico, indicando quadro de desgaste que não se restringe a experiências isoladas.

As 13 entrevistas aprofundaram esse diagnóstico, revelando padrões convergentes: jornadas prolongadas, exposição reiterada a situações traumáticas, pressão por resultados, receio de estigmatização e temor de consequências funcionais como fatores que retardam a busca por cuidado institucional. Entre esses elementos, destaca-se o significado simbólico e institucional da arma de fogo: o receio da “entrega da arma” aparece como marcador de perda de legitimidade profissional e, por isso, como barreira ao tratamento e à procura por suporte psicossocial, tema analisado de modo aprofundado no Capítulo 4.

A análise de documentos e registros institucionais, por sua vez, indica que os afastamentos por transtornos mentais vêm se consolidando como causa relevante de licenças, enquanto mecanismos de acompanhamento e reintegração permanecem insuficientemente sistematizados. A atuação da DAS/PCPA é reconhecida como importante, porém marcada por limites associados à centralização geográfica, insuficiência estrutural e baixa articulação com a rotina organizacional das unidades policiais, principalmente no interior.

O trabalho policial, especialmente no âmbito da Polícia Civil, configura-se como uma atividade marcada por intensas exigências operacionais, exposição contínua à violência e forte pressão institucional, produzindo um contexto propício ao desgaste físico e psíquico. No entanto, apesar da crescente incidência de adoecimento mental entre policiais civis, persistem dificuldades institucionais no reconhecimento, na expressão e no enfrentamento desse fenômeno. Nesse cenário, observa-se um aparente descompasso entre as demandas concretas de saúde mental dos servidores e as respostas institucionais oferecidas pelas políticas de cuidado existentes.

Diante desse contexto, coloca-se o seguinte **problema de pesquisa**: em que medida a política de atendimento psicossocial da Polícia Civil do Estado do Pará, especialmente no modelo implementado pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA), é capaz de responder às demandas de saúde mental dos policiais civis, considerando as condições e a

organização do trabalho, bem como as dinâmicas institucionais e culturais que produzem e regulam o sofrimento psíquico no interior da corporação?

Parte-se da **hipótese** de que o sofrimento psíquico no trabalho policial não se configura como uma fragilidade individual, mas como um fenômeno socialmente produzido, resultante das condições e da organização do trabalho, sendo simultaneamente regulado por dispositivos culturais e institucionais que tendem a silenciá-lo. Nessa perspectiva, supõe-se que a política de atendimento psicossocial, embora relevante, apresenta limites estruturais, operacionais e simbólicos que restringem sua efetividade, especialmente diante de barreiras como o estigma, o medo de sanções institucionais e as implicações relacionadas à identidade profissional.

A **tese central** defendida neste estudo é que o sofrimento psíquico no trabalho policial civil não se constitui como expressão isolada de fragilidades individuais, mas como resultado de um processo social, institucional e culturalmente produzido. No contexto da Polícia Civil do Estado do Pará, esse sofrimento emerge da articulação entre condições laborais intensificadas, exposição continuada à violência, pressão por produtividade, responsabilização jurídico-funcional, cultura organizacional de invulnerabilidade e limites das políticas institucionais de cuidado. Desse modo, sustenta-se que a gestão do trabalho policial envolve também a gestão da vulnerabilidade dos trabalhadores, fazendo com que o adoecimento psíquico seja produzido, silenciado e administrado no interior da própria instituição.

À luz desse problema, o **objetivo geral** desta pesquisa consiste em analisar a política de atendimento psicossocial dirigida aos trabalhadores da Polícia Civil do Estado do Pará, com ênfase no modelo implementado pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA), buscando compreender seus alcances, limites e efeitos sobre a saúde mental dos policiais civis, em articulação com as condições e a organização do trabalho policial que produzem e regulam o sofrimento psíquico no interior da instituição.

Para alcançar esse objetivo geral, a pesquisa desdobra-se nos seguintes **objetivos específicos**: Inicialmente, busca-se analisar como as condições e a organização do trabalho policial contribuem para a produção do sofrimento psíquico entre policiais civis no Estado do Pará. Em seguida, examinam-se as formas de manifestação desse sofrimento no cotidiano profissional, considerando suas dimensões subjetivas, organizacionais e relacionais. Na sequência, investiga-se o papel da cultura organizacional na produção, legitimação e silenciamento do sofrimento psíquico no interior da corporação. Complementarmente, analisa-se as barreiras institucionais e simbólicas que dificultam o acesso dos policiais civis aos serviços de cuidado psicossocial. Por fim, avaliam-se os alcances, limites e efeitos da política de

atendimento psicossocial da Polícia Civil do Pará, com ênfase no modelo implementado pela DAS/PCPA.

Dessa forma, a articulação entre problema, hipótese e objetivos permite compreender o sofrimento psíquico no trabalho policial como um fenômeno complexo, produzido na interseção entre trabalho, instituição e cultura, e mediado pelas possibilidades e limites das políticas públicas de cuidado.

A **relevância** desta tese também se ancora em um percurso situado, atravessado pela minha própria trajetória profissional como policial civil do Estado do Pará. Ao longo de 24 anos de atuação, especialmente sob regimes intensivos de plantão e em contextos marcados por precariedade estrutural, exposição continuada à violência e elevada pressão operacional, tornou-se possível observar, de forma prolongada, os efeitos dessas condições sobre a saúde mental dos trabalhadores. No entanto, essa compreensão não se deu apenas no plano da observação, mas também no da experiência vivida.

Em determinado momento da trajetória profissional, o acúmulo de exigências laborais, associado às dinâmicas institucionais e culturais do trabalho policial e exposição a vários tipos de violências, resultou em um processo de adoecimento psíquico que demandou acompanhamento psicológico, psiquiátrico e uso contínuo de medicação ao longo de aproximadamente três anos. Esse percurso terapêutico culminou em readaptação funcional definitiva, conforme registrado em laudo médico pericial oficial, que atestou a impossibilidade de continuidade em atividades operacionais e no uso de arma de fogo.

Essa experiência, longe de constituir um elemento meramente biográfico, revelou, em sua dimensão concreta, os limites institucionais no reconhecimento e no cuidado do sofrimento psíquico no interior da corporação. A vivência do adoecimento evidenciou, de forma particularmente intensa, os efeitos do estigma, do silêncio organizacional e das implicações simbólicas associadas à perda do porte de arma — elemento central da identidade e da legitimidade profissional no campo policial.

Nesse sentido, a dimensão autobiográfica não é mobilizada como eixo explicativo da pesquisa, mas como ponto de inflexão que contribuiu para a formulação do problema e para a construção de uma sensibilidade analítica diante das formas institucionais de produção e regulação do sofrimento. Ao tensionar a posição do pesquisador que também é parte do campo investigado, a pesquisa assume a não neutralidade como condição constitutiva da produção do conhecimento, em consonância com perspectivas que reconhecem a implicação do sujeito na análise das realidades sociais.

Assim, esta tese emerge da intersecção entre experiência vivida e investigação científica, buscando deslocar o sofrimento psíquico do lugar de fragilidade individual para situá-lo como fenômeno socialmente produzido, institucionalmente regulado e culturalmente silenciado. É a partir desse duplo movimento — de implicação e análise — que se constrói o esforço de compreender o adoecimento no trabalho policial e de contribuir para a formulação de respostas institucionais mais sensíveis, efetivas e socialmente comprometidas.

Esta tese está estruturada de forma a articular, progressivamente, os fundamentos metodológicos, teóricos e empíricos necessários à compreensão do sofrimento psíquico no trabalho policial, bem como à análise das respostas institucionais voltadas ao cuidado em saúde mental. O percurso analítico foi organizado de modo a conduzir o leitor desde a definição das estratégias de investigação até a interpretação dos achados e suas implicações para o campo das políticas públicas e da gestão institucional.

O **Capítulo 1 – Percorso Metodológico** apresenta as bases teórico-metodológicas da pesquisa, detalhando o campo empírico, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos analíticos adotados. São explicitadas as estratégias de triangulação entre dados quantitativos e qualitativos, bem como os cuidados éticos e as especificidades envolvidas na realização de pesquisa no contexto policial, marcado por restrições institucionais e sensibilidade temática.

O **Capítulo 2 – Sofrimento Psíquico no Trabalho Policial: uma abordagem sociológica e institucional** dedica-se à construção do referencial teórico, situando o debate no campo da Sociologia do Trabalho e da Saúde. Nesse capítulo, o sofrimento psíquico é analisado como fenômeno socialmente produzido, articulado às condições de trabalho, às racionalidades institucionais e às dinâmicas culturais que estruturam a experiência profissional no interior da corporação policial.

Na sequência, o **Capítulo 3 – Fatores de Riscos Psicossociais no Trabalho** aprofunda a análise das condições concretas de trabalho, identificando os principais fatores que contribuem para a produção do sofrimento psíquico. São examinadas as exigências operacionais, os regimes de trabalho, as relações hierárquicas e as formas de gestão institucional, evidenciando como esses elementos operam na intensificação do desgaste e na construção de contextos de vulnerabilidade.

O **Capítulo 4 – Afastamentos dos Trabalhadores** analisa as expressões mais evidentes do adoecimento psíquico, a partir dos dados sobre afastamentos por transtornos mentais. Nesse momento, são discutidas as dinâmicas de adoecimento, os padrões de afastamento e as limitações institucionais nos processos de acompanhamento e reintegração ao trabalho, evidenciando os impactos do sofrimento na trajetória profissional dos policiais civis.

Por fim, o **Capítulo 5 – Políticas, Implicações e Proposições** examina a política de atendimento psicossocial desenvolvida pela Polícia Civil do Estado do Pará, com ênfase na atuação da Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA). O capítulo analisa seus alcances, limites e efeitos, articulando os achados empíricos às proposições institucionais voltadas ao aprimoramento das estratégias de cuidado. A tese se encerra com as **Considerações Finais**, nas quais são retomados os principais resultados da pesquisa, discutidas suas implicações teóricas e práticas e apresentadas recomendações voltadas ao fortalecimento das políticas de saúde mental no trabalho policial.

CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 Desenho metodológico da pesquisa

Este capítulo apresenta o desenho metodológico adotado na pesquisa, explicitando as etapas de produção, organização e análise dos dados. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem quali-quantitativa, articulando revisão bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de enquete online e realização de entrevistas semiestruturadas. Essa combinação metodológica foi escolhida em razão da complexidade do objeto investigado, uma vez que o sofrimento psíquico no trabalho policial exige a análise conjunta das condições objetivas de trabalho, dos discursos institucionais e das experiências subjetivas dos trabalhadores.

O percurso metodológico foi organizado em quatro etapas principais. A primeira consistiu na revisão bibliográfica, voltada à construção do referencial teórico sobre trabalho policial, sofrimento psíquico, cultura organizacional, fatores de risco psicossociais e políticas de cuidado em saúde mental. A segunda etapa correspondeu à pesquisa documental, com análise de relatórios institucionais, normas, planos estratégicos, diretrizes de segurança pública e registros administrativos relacionados à saúde mental e aos afastamentos funcionais. A terceira etapa foi composta pela aplicação de uma enquete online, respondida por 234 policiais civis, com o objetivo de mapear perfil socioprofissional, condições de trabalho, sintomas associados ao sofrimento psíquico e percepção sobre os serviços institucionais de cuidado. A quarta etapa consistiu na realização de 13 entrevistas semiestruturadas com policiais civis e atores institucionais estratégicos, buscando aprofundar as experiências, percepções e sentidos atribuídos ao adoecimento mental e às políticas de atendimento psicossocial.

A análise dos dados foi realizada por meio de triangulação metodológica, articulando estatísticas descritivas, análise documental e análise de conteúdo das entrevistas. Essa estratégia permitiu confrontar dados quantitativos, registros institucionais e narrativas dos participantes, ampliando a consistência interpretativa da pesquisa e evitando tanto a redução individualizante do sofrimento quanto sua explicação exclusivamente estrutural.

1.2 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica desta tese foi conduzida como procedimento metodológico estruturante, orientado pela necessidade de construir um referencial teórico coerente com o problema investigado. O levantamento foi desenvolvido de forma sistemática, envolvendo a definição prévia de eixos analíticos, a seleção de descritores, a busca em bases qualificadas, a

triagem dos materiais e sua posterior análise crítica, com vistas à sustentação conceitual da investigação.

Inicialmente, foram definidos os eixos temáticos centrais da pesquisa, a partir do problema e dos objetivos propostos, contemplando: trabalho policial, sofrimento psíquico, fatores de risco psicossociais, cultura organizacional e políticas de saúde mental. A partir desses eixos, foram estabelecidos descritores em português e inglês, utilizados na busca em bases como SciELO, Redalyc, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar e BDTD, além de repositórios institucionais (UFPA, UnB, UERJ) e fontes documentais, incluindo relatórios técnicos e normativos.

Na etapa de seleção, foram priorizadas produções com aderência direta ao objeto da pesquisa, especialmente aquelas que abordam o sofrimento no trabalho a partir de perspectivas sociológicas e institucionais. Após leitura exploratória, os materiais selecionados foram submetidos à leitura analítica e fichamento, permitindo a identificação de categorias, conceitos e matrizes interpretativas relevantes.

A organização do corpus teórico ocorreu em três eixos: (1) Sociologia do Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho, com ênfase na relação entre organização do trabalho e produção do sofrimento; (2) estudos sobre instituições policiais e cultura organizacional; e (3) políticas públicas de saúde mental e cuidado no setor público. Essa estrutura possibilitou articular a literatura com os dados empíricos, operando como ferramenta analítica na interpretação dos resultados.

Por fim, o levantamento bibliográfico assumiu caráter processual, sendo continuamente atualizado à luz dos achados empíricos. Esse movimento permitiu refinar o enquadramento teórico e consolidar um quadro interpretativo consistente, capaz de apreender o sofrimento psíquico no trabalho policial em sua dimensão social, institucional e cultural.

1.3 Pesquisa documental

A pesquisa documental constituiu uma etapa fundamental desta investigação, pois permitiu examinar como a Polícia Civil do Estado do Pará e os órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas de segurança registram, normatizam e operacionalizam ações relacionadas ao trabalho policial, à saúde mental dos servidores e às estratégias institucionais de cuidado psicossocial.

Essa etapa foi realizada em três momentos principais. No primeiro, procedeu-se ao levantamento dos documentos oficiais relacionados à organização do trabalho policial, às políticas de atendimento ao servidor, aos afastamentos funcionais, às diretrizes de saúde mental

e aos procedimentos administrativos envolvendo o porte de arma de fogo em situações de adoecimento. No segundo momento, os documentos foram selecionados e organizados de acordo com sua natureza: normativos, institucionais, estatísticos e programáticos. No terceiro momento, realizou-se a leitura analítica do material, buscando identificar informações sobre as condições de trabalho, os dispositivos institucionais de cuidado, os registros de adoecimento, os fluxos de atendimento psicossocial e as possíveis lacunas entre as diretrizes formais e sua efetivação prática.

Foram analisados documentos oficiais produzidos pela Polícia Civil do Estado do Pará e por órgãos vinculados à segurança pública, entre os quais se destacam: relatórios de gestão da PCPA, referentes ao período de 2019 a 2025; o Plano Estratégico da Polícia Civil do Pará para o biênio 2024-2025; o Plano Inovação e Foco 2024-2025; diretrizes nacionais e estaduais de segurança pública para o período de 2021 a 2030; a Lei nº 14.531/2023, que institui ações voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção do suicídio entre profissionais da segurança pública; a Instrução Normativa nº 001/2022 – GAB-DG/PC-PA, que disciplina o procedimento de suspensão do porte de arma de fogo de policial civil quando a licença for motivada por problemas de saúde; além de relatórios estatísticos produzidos pelo Sistema de Gestão da Polícia Civil, no período de 2023 a 2025.

A análise desses documentos possibilitou compreender o modo como a instituição reconhece, organiza e administra as demandas relacionadas à saúde mental dos policiais civis. Também permitiu identificar os limites das políticas de cuidado existentes, especialmente no que se refere à centralização dos serviços, à insuficiência de mecanismos sistemáticos de acompanhamento dos servidores adoecidos e às implicações institucionais associadas ao afastamento funcional e à suspensão do porte de arma.

Dessa forma, a pesquisa documental não foi utilizada apenas como fonte complementar de informação, mas como instrumento analítico para compreender a relação entre normas institucionais, práticas administrativas e políticas de cuidado. Essa etapa contribuiu para situar o sofrimento psíquico no trabalho policial como fenômeno atravessado por dispositivos formais de gestão, reconhecimento e regulação institucional.

1.4 Da Enquete

Para a realização da etapa quantitativa da pesquisa, buscou-se inicialmente o apoio institucional do Sindicato dos Policiais Civis do Pará (SINDPOL/PA), sediado na Região Metropolitana de Belém, com o objetivo de estabelecer uma parceria voltada ao levantamento de dados junto aos policiais civis do Estado do Pará. Ao apresentar a proposta de pesquisa,

desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA), destacou-se a relevância do tema para a compreensão das condições de trabalho, dos fatores de risco psicossociais e das formas de adoecimento mental entre esses profissionais. A direção do SINDPOL/PA prontamente se dispôs a colaborar com a pesquisa.

A partir dessa parceria, foi elaborado um questionário de abordagem quantitativa, destinado a mapear o perfil sociodemográfico dos policiais civis, suas condições de trabalho, suas percepções sobre o sofrimento psíquico e sua avaliação acerca das estratégias institucionais de atendimento psicossocial. O instrumento foi estruturado de modo a contemplar variáveis sociodemográficas, profissionais, laborais e psicossociais.

Entre as variáveis sociodemográficas, foram consideradas idade, sexo, cor/raça/etnia, estado civil, escolaridade e renda mensal. As variáveis profissionais e laborais abrangeram cargo, tempo de serviço, local de trabalho, jornada de trabalho, regime de plantão, percepção de sobrecarga, exposição à violência, relações interpessoais no ambiente institucional e fatores percebidos como prejudiciais ao exercício da atividade policial. No eixo da saúde mental e do adoecimento, foram analisadas variáveis relacionadas à presença de sintomas psicológicos, estresse ocupacional, uso de medicação, afastamentos por adoecimento mental, busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico, receio de procurar cuidado institucional, experiências de assédio moral ou sexual e avaliação dos serviços oferecidos pela Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará (DAS/PCPA).

O questionário foi aplicado por meio de formulário online, utilizando a plataforma Google Forms, e divulgado em grupos de WhatsApp vinculados ao SINDPOL/PA. Essa estratégia possibilitou ampla circulação do instrumento e favoreceu a participação voluntária de policiais civis lotados em diferentes unidades da instituição. A coleta de dados ocorreu entre os dias 02 e 15 de outubro de 2023.

1.5 Cálculo da população amostral da enquete

Utilizando a fórmula da primeira aproximação, consideramos um erro de 6,33%, temos:

$$n_0 = \frac{1}{e^2} \rightarrow \frac{1}{(0,0633)^2} = 249,57$$

Chegamos ao valor de $n_0 = 249,57$. Como é conhecido o total geral de policiais civis, que é de 3.757, chegamos à fórmula do tamanho da amostral:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \rightarrow \frac{3.757 \times 249,57}{3.757 + 249,57} = 234,02$$

Onde N corresponde ao número total de policiais civis em atividade no Estado do Pará e n_0 representa a primeira aproximação amostral, chegou-se ao quantitativo de 234 respondentes. Dessa forma, a pesquisa obteve exatamente 234 respostas válidas, número correspondente ao tamanho amostral previamente definido para os objetivos da investigação. No que se refere ao tamanho da amostra, adotou-se o cálculo amostral considerando o universo total de 3.757 policiais civis em atividade no Estado do Pará. Com base em um erro amostral de 6,33%, chegou-se ao número estimado de 234 participantes, valor considerado adequado para a finalidade da pesquisa, especialmente por permitir a identificação de tendências, recorrências e percepções relacionadas às condições de trabalho, ao sofrimento psíquico e ao acesso às políticas institucionais de cuidado.

Os dados da enquete foram organizados a partir de variáveis sociodemográficas, profissionais, laborais e psicossociais. Entre as variáveis sociodemográficas, foram consideradas idade, sexo, cor/raça/etnia, estado civil, escolaridade e renda mensal. Entre as variáveis profissionais e laborais, foram analisados cargo, tempo de serviço, local de trabalho, jornada, regime de plantão, percepção de sobrecarga, exposição à violência e relações interpessoais no ambiente institucional. No eixo da saúde mental, foram consideradas variáveis relacionadas a sintomas psicológicos, estresse ocupacional, afastamentos por adoecimento mental, uso de medicação, busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico, receio de procurar cuidado institucional e avaliação dos serviços oferecidos pela DAS/PCPA.

A análise quantitativa teve caráter descritivo, com utilização de frequências absolutas e relativas, percentuais e cruzamentos simples entre variáveis selecionadas. Não foram realizados testes estatísticos inferenciais, uma vez que o objetivo da enquete não foi estabelecer relações causais ou generalizações probabilísticas amplas, mas identificar padrões, regularidades e percepções dos policiais civis sobre trabalho, sofrimento psíquico e acesso às políticas institucionais de atendimento psicossocial.

Essa etapa contribuiu para ampliar o alcance empírico da investigação, permitindo situar experiências individuais em um quadro mais amplo de análise. Ao evidenciar tendências recorrentes relacionadas às condições de trabalho, aos fatores de risco psicossociais e à percepção dos servidores sobre os serviços de cuidado, os dados quantitativos reforçaram a

compreensão do sofrimento psíquico como fenômeno estrutural, institucionalmente produzido e culturalmente regulado no contexto da Polícia Civil do Estado do Pará.

A aplicação da enquete resultou, ainda, em dois desdobramentos concretos. O primeiro foi a elaboração de um relatório técnico, que auxiliou a direção do SINDPOL/PA a compreender a temática do adoecimento mental no trabalho policial a partir de uma perspectiva científica. O segundo foi a realização do I Seminário do Norte de Trabalho Policial e Saúde Mental, ocorrido nos dias 08, 09 e 10 de novembro de 2023, no Auditório Apoema do Hotel Riviera, em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. O evento foi fruto da parceria entre o Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Pará (SINDPOL/PA), a Federação Interestadual dos Sindicatos da Região Norte (FEPOLNORTE) e a presente pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do PPGSA/UFPA.

1.6 Das entrevistas

Foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com participantes vinculados à Polícia Civil do Estado do Pará, contemplando diferentes cargos, trajetórias profissionais e posições institucionais. A definição desse número não teve como finalidade produzir representatividade estatística, mas assegurar densidade qualitativa suficiente para compreender as experiências, percepções e sentidos atribuídos ao sofrimento psíquico, ao adoecimento mental, aos afastamentos funcionais e às políticas institucionais de cuidado.

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem não probabilística, combinando critérios de conveniência e intencionalidade. Foram considerados a disponibilidade dos interlocutores, a participação voluntária, a experiência profissional na instituição, a diversidade de cargos e a relevância das posições ocupadas para os objetivos da pesquisa. Desse modo, buscou-se reunir narrativas de policiais civis que vivenciam diretamente as condições de trabalho analisadas, bem como de atores institucionais envolvidos com a gestão do cuidado e com a representação da categoria.

Entre os participantes, foram incluídos policiais civis pertencentes aos cargos de Delegado(a), Escrivão(ã) e investigador(a), além da responsável pela Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará (DAS/PCPA) e do representante do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará (SINDPOL/PA). Essa composição permitiu articular diferentes perspectivas sobre o fenômeno investigado: de um lado, as experiências subjetivas dos trabalhadores diante do sofrimento e do adoecimento; de outro, as percepções institucionais e sindicais sobre os limites, alcances e desafios das políticas de atendimento psicossocial.

O quantitativo de 13 entrevistas mostrou-se adequado aos objetivos da etapa qualitativa, pois possibilitou alcançar diversidade interna entre os participantes e identificar recorrências temáticas relevantes no material empírico. Ao longo da análise, observou-se a repetição de temas como sobrecarga de trabalho, exposição à violência, medo de estigmatização, receio da suspensão do porte de arma, dificuldades de acesso ao cuidado, afastamentos funcionais e fragilidades nos processos de acompanhamento e reintegração. Essa recorrência indicou a presença de saturação temática, isto é, um ponto em que novas entrevistas tenderiam a reafirmar padrões já identificados, sem alterar substancialmente os eixos interpretativos da pesquisa.

A seleção dos 13 entrevistados buscou contemplar diferentes cargos, trajetórias profissionais e posições institucionais no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará. Embora não tenha finalidade estatística, essa composição permitiu reunir narrativas diversas sobre sofrimento psíquico, adoecimento, afastamentos funcionais e acesso às políticas de cuidado. A caracterização sociodemográfica dos participantes contribui, portanto, para contextualizar o corpus qualitativo da pesquisa, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos 13 participantes das entrevistas

Entrevistados	Idade (anos)	Cor/Raça (IBGE)	Estado Civil	Escolaridade	Tempo Serviço (anos)	Renda Mensal (Salário-mínimo)
Delegado	34	Branca	Solteiro	Graduação	6	12,5
Delegado	51	Pardo	Divorciado	Especialização	22	17
Delegada	58	Branca	Casada	Mestrado	32	21
Escrivão	42	Parda	Casado	Especialização	15	5
Investigadora	36	Branca	Solteira	Especialização	6	7
Delegada	33	Branca	Solteira	Especialização	2	10,5
Investigador	44	Branca	Solteiro	Mestrado	21	10
Investigador	39	Parda	Solteiro	Especialização	10	6,5
Investigador	38	Branca	Casado	Especialização	2	4
Escrivã	38	Branca	Divorciada	Mestrado	13	10
Delegada	58	Branca	Casada	Mestrado	17	17
Diretora DAS	54	Branca	Casada	Especialização	25	17
Presidente SINDPOL	54	Preto	Casado	Especialização	21	6

Fonte: Elaboração própria, (2025).

Para fins de identificação dos participantes da pesquisa qualitativa, optou-se por nomeá-los como “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2”, “Entrevistado 3” e assim sucessivamente, conforme a necessidade de citação em cada capítulo, tópico ou subtópico da tese. Todos os participantes são policiais civis em pleno exercício de suas funções, pertencentes aos cargos de Delegado (a), Escrivão (ã) e investigador (a) de polícia civil. Estão lotados na capital e na Região Metropolitana de Belém (PA), com tempos variados de atuação na carreira, que vão de 2 a 32 anos de serviço.

Tabela 2 – Identificação dos entrevistados para citações e análise no corpo da tese.

Participantes	Idade (anos)	Cargo	Tempo de trabalho na Carreira Policial (anos)
Entrevistado 1	34	Delegado	6
Entrevistado 2	51	Delegado	22
Entrevistado 3	58	Delegada	32
Entrevistado 4	42	Escrivão	15
Entrevistado 5	36	Investigador	6
Entrevistado 6	33	Delegada	2
Entrevistado 7	44	Investigador	21
Entrevistado 8	39	Investigador	10
Entrevistado 9	38	Investigador	2
Entrevistado 10	38	Escrivã	13
Entrevistado 11	58	Delegada	17
Entrevistado 12	54	Investigador *	25
Entrevistado 13	54	Delegada **	21

Fonte: Elaboração Própria (2025)

* Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Pará – SINDPOL/PA

** Gestora Responsável pela Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil – PC/PA

Conforme Gil (2008), a aplicação de entrevistas em pesquisas qualitativas é essencial para captar percepções e experiências subjetivas dos participantes, permitindo uma compreensão mais ampla e profunda do fenômeno investigado. Seguindo essa perspectiva, os dados coletados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que considera a análise de categorias como uma ferramenta para identificar padrões e significados no material estudado. Essa abordagem foi fundamental para compreender as dinâmicas de sofrimento psíquico e as lacunas nas políticas institucionais de cuidado.

As entrevistas foram conduzidas em ambientes privados e escolhidos pelos participantes, como delegacias e residências, garantindo confidencialidade. As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos participantes, como a própria residência, maioria escolheu o próprio local de trabalho (unidade policial) e outros nos corredores das delegacias, isso tudo garantindo a privacidade e confidencialidade. O material foi analisado com base na técnica de análise de conteúdo, Bardin (2016), buscando identificar padrões e significados relacionados ao tema do estudo.

A Tabela 3 sintetiza as principais etapas metodológicas da pesquisa, indicando os procedimentos utilizados, as fontes e participantes envolvidos, o período de realização e a finalidade analítica de cada etapa. Seu objetivo é evidenciar a articulação entre pesquisa documental, enquete online e entrevistas semiestruturadas, que compõem a triangulação metodológica adotada nesta tese.

Tabela 3 - Tipos de pesquisas realizadas ao longo da Tese, entre 2023-2025

Etapa	Procedimento metodológico	Fonte/participantes	Período	Finalidade analítica
1ª etapa	Pesquisa documental	Documentos institucionais, normativos, planos estratégicos, relatórios de gestão e registros estatísticos da PCPA	2019–2025	Examinar diretrizes, políticas de cuidado, registros de afastamentos e procedimentos institucionais relacionados à saúde mental
2ª etapa	Enquete online	234 policiais civis do Estado do Pará	Outubro de 2023	Mapear perfil socioprofissional, condições de trabalho, sintomas de sofrimento psíquico e percepção sobre os serviços da DAS/PCPA
3ª etapa	Entrevistas semiestruturadas	13 participantes, incluindo policiais civis, representação sindical e gestão vinculada à DAS/PCPA	Julho a agosto de 2024	Aprofundar narrativas sobre sofrimento, adoecimento, estigma, afastamentos, entrega da arma e acesso às políticas de cuidado

Fonte: Elaboração própria (2025)

1.7 Delimitação Territorial

A pesquisa foi delimitada à Polícia Civil do Estado do Pará, com foco analítico na cidade de Belém e em sua Região Metropolitana, considerando a centralidade administrativa e institucional desses espaços para o funcionamento da corporação. Essa delimitação justifica-se pelo fato de a capital concentrar os principais órgãos de direção, gestão e planejamento da Polícia Civil, bem como a Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA), setor responsável pela oferta de serviços psicossociais e de saúde voltados aos servidores.

A escolha de Belém e da Região Metropolitana como recorte principal também se relaciona à viabilidade da pesquisa de campo, especialmente no que se refere à realização das entrevistas semiestruturadas e ao acesso aos atores institucionais diretamente envolvidos com as políticas de cuidado. Nesse sentido, a DAS/PCPA foi tomada como locus privilegiado de análise, por constituir o principal dispositivo institucional de atendimento psicossocial da Polícia Civil do Pará.

Embora o foco analítico da investigação esteja concentrado em Belém e na Região Metropolitana, a enquete online possibilitou a participação de policiais civis lotados em diferentes unidades da instituição. Entre os respondentes, identificou-se a participação de servidores lotados em Belém, Ananindeua, Marituba e Mosqueiro, o que permitiu captar percepções de trabalhadores inseridos em distintos espaços de atuação policial no contexto metropolitano paraense.

Essa distinção é metodologicamente relevante: enquanto as entrevistas e a análise da política institucional de cuidado concentram-se prioritariamente no eixo Belém-Região Metropolitana, a enquete amplia o alcance empírico da pesquisa ao captar percepções de servidores lotados em diferentes localidades desse território. Tal ampliação contribui para compreender desigualdades de acesso ao cuidado, especialmente quando se considera que os serviços especializados tendem a se concentrar na capital.

Dessa forma, a delimitação territorial adotada não reduz o fenômeno exclusivamente ao espaço da sede administrativa da Polícia Civil, mas permite analisar, a partir da centralidade institucional de Belém, os limites e alcances das políticas de cuidado psicossocial diante de uma corporação distribuída em um território metropolitano marcado por diferentes condições de trabalho, circulação, acesso institucional e demandas por atendimento em saúde mental.

1.8 Análise dos Dados

A análise dos dados foi conduzida a partir da articulação entre as três fontes empíricas utilizadas na pesquisa: documentos institucionais, enquete online e entrevistas semiestruturadas. Esse procedimento permitiu organizar o material de forma integrada, respeitando a sequência de produção dos dados e favorecendo a triangulação metodológica entre registros oficiais, informações quantitativas e narrativas qualitativas.

Inicialmente, foram analisados os documentos institucionais, normativos e administrativos selecionados na etapa da pesquisa documental. Essa análise permitiu compreender o contexto formal das políticas de cuidado, os registros de afastamentos funcionais, as diretrizes de saúde mental, os procedimentos relacionados à suspensão do porte de arma e os modos pelos quais a instituição reconhece e administra o sofrimento psíquico de seus servidores.

Em seguida, foram analisados os dados quantitativos obtidos por meio da enquete online aplicada a 234 policiais civis. Essa etapa teve caráter descritivo, com utilização de frequências absolutas, frequências relativas, percentuais e cruzamentos simples entre variáveis selecionadas. O objetivo foi identificar tendências, recorrências e percepções relacionadas às condições de trabalho, aos fatores de risco psicossociais, aos sintomas de sofrimento psíquico, aos afastamentos por adoecimento mental e à avaliação dos serviços institucionais de cuidado oferecidos pela DAS/PCPA.

Por fim, foram analisadas as entrevistas semiestruturadas realizadas com 13 participantes. O material qualitativo foi examinado com base na técnica de análise de conteúdo, orientada pela identificação de núcleos de sentido recorrentes nas falas dos entrevistados. Essa etapa permitiu aprofundar a compreensão das experiências subjetivas, simbólicas e institucionais relacionadas ao sofrimento psíquico, ao adoecimento, ao estigma, à entrega da arma, aos afastamentos funcionais e ao acesso às políticas de atendimento psicossocial.

As categorias de análise foram construídas a partir dos objetivos da pesquisa, do referencial teórico e da recorrência dos temas identificados no material empírico. Entre as principais categorias utilizadas, destacam-se: condições e organização do trabalho policial; exposição à violência e a situações traumáticas; cultura organizacional de invulnerabilidade; estigma e vergonha de assumir sofrimento psíquico; medo da suspensão do porte de arma; afastamentos e reintegração funcional; acesso aos serviços da DAS/PCPA; interiorização do sofrimento; e limites das políticas institucionais de cuidado.

A triangulação metodológica possibilitou confrontar os dados documentais, os resultados da enquete e as narrativas dos entrevistados, ampliando a consistência interpretativa da pesquisa. Enquanto os documentos permitiram examinar os dispositivos formais de gestão e cuidado, a enquete possibilitou identificar tendências gerais entre os policiais civis, e as entrevistas revelaram os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências de sofrimento e adoecimento. Dessa forma, a análise dos dados buscou compreender o sofrimento psíquico no trabalho policial não como fenômeno individualizado, mas como resultado da articulação entre organização do trabalho, cultura institucional e limites das políticas de cuidado.

Essa estratégia analítica permitiu evidenciar que o sofrimento psíquico dos policiais civis é produzido em múltiplos planos: nas condições concretas de trabalho, nas relações institucionais, nos dispositivos formais de controle e nas normas culturais que dificultam o reconhecimento da vulnerabilidade. Assim, a análise integrada dos dados contribuiu para sustentar o argumento central da tese, segundo o qual o adoecimento mental no trabalho policial é socialmente produzido, institucionalmente regulado e culturalmente silenciado.

1.9 Considerações Éticas

Este estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos estabelecidos na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA sob o protocolo nº 6.920.298, garantindo a proteção dos direitos e da privacidade dos participantes.

Em síntese, o percurso metodológico adotado nesta tese busca articular as dimensões estruturais e subjetivas do trabalho policial, combinando dados empíricos e análise sociológica para revelar como a organização do trabalho, a cultura institucional e os dispositivos de cuidado (ou sua ausência) afetam a saúde mental dos servidores. A investigação se ancora na tradição crítica da Sociologia do Trabalho, valorizando a escuta qualificada, o engajamento no campo e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social.

Ao articular dados quantitativos e qualitativos, este capítulo evidencia que os fatores de risco psicossociais identificados não constituem eventos isolados, mas expressões recorrentes da organização do trabalho policial. Esses achados fundamentam a análise desenvolvida no capítulo seguinte, que aprofunda as experiências de sofrimento psíquico e as dinâmicas institucionais de silenciamento e estigmatização associadas ao adoecimento mental no trabalho policial.

1.10 Financiamento da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida sem financiamento externo de agências de fomento, instituições públicas ou privadas. As etapas de levantamento bibliográfico, coleta de dados, aplicação da enquete, realização das entrevistas, organização do material empírico e análise dos dados foram conduzidas com recursos próprios do pesquisador.

Ainda que não tenha contado com financiamento específico, a pesquisa foi viabilizada por meio de parcerias institucionais e acadêmicas, especialmente no que se refere ao apoio para divulgação da enquete, articulação com participantes e realização de atividades decorrentes da investigação, como o relatório técnico e o I Seminário do Norte de Trabalho Policial e Saúde Mental. Tais apoios não implicaram financiamento direto, mas contribuíram para a ampliação do alcance empírico e social da pesquisa.

Esse registro é importante para explicitar as condições materiais de realização do estudo, bem como para reforçar a autonomia acadêmica da investigação e a transparência quanto às formas de apoio recebidas ao longo do percurso metodológico.

CAPÍTULO 2 – SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO POLICIAL: UMA ABODAGEM SOCIOLÓGICA E INSTITUCIONAL

O sofrimento psíquico no trabalho policial não pode ser compreendido como expressão de fragilidades individuais ou como evento excepcional na trajetória profissional dos agentes da segurança pública. Ao contrário, trata-se de um fenômeno socialmente produzido, inscrito nas condições concretas de trabalho, na organização institucional e nas formas pelas quais as corporações policiais regulam, silenciam ou legitimam determinadas experiências emocionais. Nesse sentido, analisar o sofrimento psíquico implica deslocar o foco do indivíduo para os arranjos institucionais e simbólicos que estruturam o trabalho policial e moldam as possibilidades de reconhecimento ou negação da vulnerabilidade como parte legítima da experiência de trabalho.

No caso do trabalho policial, o sofrimento psíquico não decorre apenas de eventos traumáticos pontuais, mas de uma exposição contínua a contextos de risco, violência, pressão institucional e ambiguidade moral. A atividade policial envolve o contato permanente com conflitos, mortes, situações-limite e decisões que colocam em tensão valores pessoais, expectativas institucionais e demandas sociais. Essa combinação produz um desgaste emocional acumulativo, frequentemente invisibilizado pelas próprias organizações policiais.

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours (2015), oferece um referencial fundamental para compreender esse processo. Embora não se trate de um autor clássico da sociologia, sua contribuição é fundamental nos estudos contemporâneos sobre trabalho e saúde mental. Para Dejours (2015), todo trabalho envolve sofrimento, pois exige do trabalhador um esforço constante de adaptação entre o que é prescrito pela organização e o que é efetivamente realizado no cotidiano. O sofrimento torna-se patológico quando a organização do trabalho impede sua elaboração coletiva e nega reconhecimento ao trabalhador.

No trabalho policial, essa dinâmica é particularmente intensa. A distância entre o trabalho prescrito, normas, protocolos, metas e discursos institucionais e o trabalho real improvisações, riscos não previstos, dilemas éticos e pressões informais é profunda. O policial civil precisa lidar com situações que extrapolam os manuais e exigem decisões rápidas em contextos de incerteza, muitas vezes sem respaldo institucional claro. Quando essas experiências não encontram espaços legítimos de escuta, reconhecimento e elaboração, o sofrimento tende a ser internalizado e transformado em adoecimento psíquico.

Um elemento importante nesse processo é o chamado sofrimento ético, conceito desenvolvido por Dejours (2015) para designar o mal-estar vivido quando o trabalhador se vê

impedido de realizar um trabalho conforme seus valores ou quando é constrangido a agir em contradição com sua própria consciência. No trabalho policial, esse sofrimento surge, por exemplo, diante de ordens contraditórias, da pressão por resultados a qualquer custo ou da percepção de injustiças institucionais. A impossibilidade de expressar essas tensões reforça sentimento de culpa, frustração e desamparo.

No campo dos estudos sobre saúde mental e políticas institucionais na segurança pública, destaca-se a contribuição de Fernanda Bassani (2024), psicóloga e policial civil no Rio Grande do Sul, cujas pesquisas articulam a psicologia social do trabalho, a análise das políticas públicas e uma perspectiva crítica sobre as instituições de segurança. Em diálogo direto com a sociologia do trabalho e a saúde coletiva, a autora analisa os limites das respostas institucionais ao sofrimento psíquico dos profissionais da segurança pública, evidenciando como o cuidado psicossocial tende a operar de forma episódica e reativa, em vez de se constituir como política contínua e estruturada.

Em *A dor que não tem farda: sofrimento psíquico e políticas públicas na segurança pública*, Bassani (2024) demonstra que o sofrimento dos agentes costuma ser reconhecido apenas quando se manifesta em situações de crise, sendo frequentemente traduzido por categorias individualizantes — como desajuste, fragilidade ou patologia — que obscurecem suas determinações organizacionais e institucionais. Ao deslocar o foco analítico do “policial que não procura ajuda” para as condições que tornam o cuidado difícil, arriscado ou tardio, a autora evidencia que a simples existência de normas, campanhas ou dispositivos formais não garante acesso efetivo ao cuidado quando persistem barreiras como o estigma, o medo de exposição, a baixa capilaridade dos serviços e a ausência de políticas preventivas estruturadas (Bassani, 2024, p. 32).

Essa abordagem dialoga diretamente com o trabalho de Dayse Miranda, socióloga e pesquisadora da área de segurança pública, com atuação voltada à análise do sofrimento psíquico, do suicídio e das políticas de prevenção no interior das corporações policiais.

Miranda (2016) em seu artigo “*Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro: por que os policiais se matam?*” (2016), a autora reúne e organiza um diagnóstico crítico sobre as condições institucionais que atravessam o suicídio de policiais, chamando atenção para a forma como a cultura corporativa e as estruturas de comando frequentemente transformam a dor em fracasso moral e a vulnerabilidade em desvio. Ao destacar a pergunta “*por que os policiais se matam?*”, Miranda (2016) sugere que o suicídio deve ser lido como sintoma-limite de um sistema que combina exposição continuada

ao risco, exigência de autocontrole permanente e dificuldade de institucionalizar práticas de escuta e cuidado.

Bassani (2024) e Miranda (2016) ajudam a sustentar a premissa desta tese: o sofrimento psíquico no trabalho policial não é um desvio individual, mas uma experiência socialmente produzida e institucionalmente administrada. O ponto decisivo de ambas é que o adoecimento se agrava quando a corporação opera como “instituição surda” ao sofrimento — isto é, quando reconhece o trabalhador sobretudo pela performance de invulnerabilidade e só reage quando o problema se converte em crise pública, afastamento, colapso ou morte.

Nessa direção, a compreensão do sofrimento psíquico exige ultrapassar leituras estritamente biomédicas ou individualizantes. Conforme argumentam Barros, Zoboli e Freitas (2024), o sofrimento deve ser analisado como uma experiência socialmente situada, atravessada por contextos institucionais, culturais e políticos, o que permite compreender como determinadas formas de organização do trabalho produzem e legitimam processos de adoecimento.

2.1. Trabalho policial, função institucional e organização da Polícia Civil

O trabalho policial ocupa lugar central na organização da vida social, na medida em que está diretamente relacionado à preservação da ordem pública, à mediação de conflitos, à proteção de direitos e à atuação do Estado diante das situações de violência e criminalidade. No imaginário social, o policial costuma ser representado como o agente público mais próximo da aplicação concreta da lei, responsável por oferecer segurança, conter práticas ilícitas e garantir condições mínimas de convivência social. No entanto, essa função institucional, frequentemente associada à autoridade, à disciplina e à capacidade de intervenção, também expõe o trabalhador policial a intensas exigências físicas, morais e psíquicas.

No contexto brasileiro, o crescimento da violência e da criminalidade ampliou o interesse acadêmico pelo campo da segurança pública, especialmente no que se refere às condições de trabalho dos profissionais que atuam diretamente no enfrentamento de situações de risco. A atividade policial envolve contato cotidiano com conflitos, mortes, ameaças, sofrimento social, pressão institucional e responsabilização funcional. Tais elementos tornam o trabalho policial um campo privilegiado para a análise sociológica das relações entre organização do trabalho, saúde mental e processos de adoecimento.

No caso da Polícia Civil, essa discussão assume contornos específicos. Diferentemente da Polícia Militar, cuja atuação está mais diretamente associada ao policiamento ostensivo e preventivo, a Polícia Civil organiza-se em torno da função de polícia judiciária, sendo

responsável pela investigação criminal, pela apuração de infrações penais, pela produção de provas e pela formalização de procedimentos que subsidiam o sistema de justiça. Trata-se de uma instituição cuja atividade combina dimensões operacionais, burocráticas, jurídicas e administrativas, exigindo dos servidores capacidade técnica, tomada de decisão, cumprimento de prazos, produção documental e atuação em situações de elevada complexidade social e emocional.

Essa especificidade institucional produz formas próprias de sofrimento no trabalho. A exposição à violência não ocorre apenas no momento da ocorrência policial, mas também no contato reiterado com vítimas, familiares, autores de crimes, cenas traumáticas, inquéritos, autos, depoimentos e demandas judiciais. Além disso, a rotina da Polícia Civil é marcada por sobrecarga administrativa, déficit de efetivo, pressão por produtividade, regimes de plantão, responsabilização individual por atos procedimentais e limitações estruturais que afetam diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores.

No Estado do Pará, essas condições adquirem maior complexidade em razão das particularidades territoriais da Amazônia paraense. As longas distâncias, a diversidade geográfica, as dificuldades de deslocamento, a desigual distribuição de recursos institucionais e a presença de conflitos urbanos, rurais, ambientais e fundiários impõem desafios adicionais ao trabalho policial. Assim, compreender o sofrimento psíquico dos policiais civis paraenses exige considerar não apenas a natureza da atividade policial, mas também o território em que ela se realiza e as condições concretas de funcionamento da instituição.

A estrutura organizacional da Polícia Civil do Estado do Pará está definida pela Lei Complementar nº 022, de 24 de março de 1994, e pelo Regimento Interno regulamentado pelo Decreto nº 2.690, de 18 de dezembro de 2006. Esses instrumentos normativos estabelecem a organização, as competências, os direitos, os deveres, as garantias e a estrutura hierárquica da instituição. O Regimento Interno detalha a distribuição das unidades administrativas, diretorias, assessorias, núcleos e demais órgãos que compõem a corporação, definindo atribuições e responsabilidades no interior da estrutura policial.

Entre os órgãos que integram essa estrutura, destacam-se as instâncias de administração superior, os órgãos de assessoramento direto ao Delegado-Geral, as diretorias de atuação executiva e as unidades regionalizadas. Nesse arranjo institucional, a Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará ocupa posição relevante para esta pesquisa, pois constitui o principal dispositivo formal de atenção à saúde e ao cuidado psicossocial dos trabalhadores da corporação.

Dessa forma, a análise do trabalho policial civil não pode ser dissociada da organização institucional que o estrutura. As normas, hierarquias, modelos de gestão, formas de distribuição das tarefas, regimes de trabalho e mecanismos de reconhecimento ou silenciamento da vulnerabilidade compõem o contexto no qual o sofrimento psíquico é produzido, administrado e, muitas vezes, invisibilizado. É a partir dessa compreensão que esta tese analisa o adoecimento mental no trabalho policial como fenômeno socialmente produzido, institucionalmente regulado e culturalmente silenciado.

2.2 Cultura organizacional policial e os dispositivos de silenciamento do sofrimento

A cultura organizacional policial exerce papel decisivo na forma como o sofrimento psíquico é percebido, interpretado e administrado no interior das instituições de segurança pública. Longe de se restringir a normas formais ou códigos disciplinares, essa cultura estrutura valores, expectativas e práticas cotidianas que definem o que pode ser dito, sentido e reconhecido no exercício da função policial. Nesse processo, o sofrimento tende a ser silenciado, naturalizado ou individualizado, à medida que a identidade profissional é construída a partir da valorização da resistência emocional, do autocontrole e da disposição permanente ao enfrentamento do risco, produzindo um ambiente institucional pouco permeável à expressão da vulnerabilidade.

Essa lógica de valorização da resistência emocional e de negação da vulnerabilidade é analisada de forma aprofundada por Durão, Susana e Souza, Wellyngton (2021), antropólogos que investigam os sentidos atribuídos ao trabalho policial no Brasil no artigo *“Polícia é profissão, policial é trabalhador; não é tropa: sobre a utopia do trabalho policial no Brasil”*. Durão e Souza (2021) afirma que a partir de uma análise crítica da identidade profissional, os autores demonstram que, embora haja um discurso contemporâneo que reivindique o reconhecimento do policial como trabalhador, persiste nas instituições policiais uma expectativa normativa de abnegação, sacrifício e disponibilidade total para o serviço. Essa expectativa opera como fundamento simbólico da cultura organizacional, na medida em que associa o bom desempenho profissional à capacidade de suportar pressões físicas e emocionais sem expressar sofrimento. Como consequência, a vulnerabilidade deixa de ser compreendida como dimensão constitutiva da experiência de trabalho e passa a ser tratada como sinal de inadequação individual, reforçando práticas institucionais de silenciamento da dor e de responsabilização moral do trabalhador pelo próprio adoecimento

Essa expectativa normativa de entrega e sacrifício, identificada por Durão e Souza (2021), não se limita à construção simbólica da identidade profissional, mas opera

concretamente como um dispositivo institucional de regulação das emoções no interior das organizações policiais. Ao estabelecer a resistência emocional como valor essencial da cultura policial, a instituição produz critérios implícitos de normalidade e desvio, nos quais o sofrimento psíquico deixa de ser reconhecido como efeito das condições de trabalho e passa a ser interpretado como sinal de inadequação individual. Essa dinâmica é analisada por Souza, Aline e Costa, Vinícius (2020), psicólogos do trabalho, no artigo “*Cultura organizacional policial e adoecimento mental*”. A partir da análise das práticas institucionais e dos discursos organizacionais, os autores revelam que a cultura policial associa a expressão do sofrimento à fraqueza moral e profissional, reforçando estratégias de ocultamento da dor e desestimulando a busca por apoio institucional. Para Souza e Costa (2020), esse processo contribui para a internalização do sofrimento, para o isolamento emocional dos policiais e para o agravamento progressivo dos quadros de adoecimento mental, na medida em que a instituição desloca a responsabilidade pelo sofrimento do plano organizacional para o indivíduo.

A individualização do sofrimento psíquico, produzida pelos mecanismos culturais de regulação emocional descritos anteriormente, é aprofundada pela própria estrutura hierárquica das organizações policiais. Se a cultura organizacional associa sofrimento à fraqueza, a hierarquia atua como dispositivo que bloqueia sua circulação e elaboração coletiva. Em ambientes fortemente hierarquizados e pouco permeáveis à escuta, o adoecimento mental tende a ser deslocado do plano institucional para o plano privado, fazendo com que o sofrimento seja tratado como problema individual do trabalhador. Conforme analisam Souza e Costa (2020), a cultura organizacional policial não apenas desestimula a expressão do sofrimento, como também o ressignifica moralmente, associando a vulnerabilidade à fragilidade e à inadequação profissional. Essa dinâmica dialoga com a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (2015), segundo a qual o sofrimento tende a se tornar patogênico quando a organização do trabalho impede sua elaboração coletiva e nega reconhecimento ao trabalhador. Nesse sentido, a estrutura hierárquica reforça esse processo ao restringir canais de escuta e reconhecimento institucional, contribuindo para a internalização do sofrimento e para o isolamento emocional dos policiais. Ao limitar espaços de diálogo e elaboração coletiva, a organização dificulta a construção de estratégias compartilhadas de enfrentamento, fazendo com que o sofrimento seja vivido de forma solitária, ampliando sentimentos de desamparo, insegurança e abandono institucional e, conseqüentemente, agravando os processos de adoecimento psíquico.

O isolamento emocional e o desamparo institucional dos policiais, produzidos pela combinação entre cultura organizacional e estrutura hierárquica, têm efeitos diretos e

cumulativos sobre a saúde mental dos policiais. Quando o sofrimento psíquico é silenciado, individualizado e desprovido de reconhecimento institucional, ele tende a se expressar sob a forma de estresse ocupacional crônico. Esse processo é analisado por Nathália Almeida e Andrea Chaves (2020), no artigo “*Estresse policial: uma revisão integrativa sobre o estresse ocupacional em policiais*”. Almeida e Chaves (2020) demonstram que a exposição prolongada a ambientes de alta pressão, associada à ausência de suporte organizacional e de estratégias institucionais de cuidado, está diretamente relacionada ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e esgotamento emocional. Ao evidenciar que o estresse não é um evento pontual, mas um processo acumulativo, o estudo reforça a compreensão de que o adoecimento psíquico dos policiais decorre da persistência de condições organizacionais adversas que inviabilizam a elaboração do sofrimento.

Segundo Bassani (2024), em contextos marcados por estresse ocupacional crônico e pela ausência de reconhecimento institucional do sofrimento, a cultura organizacional das corporações policiais atua como uma barreira simbólica ao cuidado em saúde mental. A autora demonstra que, mesmo quando existem dispositivos formais de atendimento psicossocial, o medo da estigmatização, da exposição perante a hierarquia e de possíveis prejuízos à trajetória profissional restringe o acesso dos policiais a esses serviços. Como consequência, o cuidado tende a ser acionado de forma tardia e reativa, geralmente apenas em situações de crise aguda, reforçando a individualização do sofrimento e a precariedade das políticas institucionais de saúde mental.

Essa dificuldade estrutural de acesso ao cuidado contribui para a individualização do sofrimento e para a responsabilização moral do trabalhador pelo próprio adoecimento. Ao analisar a precariedade do cuidado institucional nas polícias estaduais, Carolina Costa e Fernando Salla (2022), no artigo “*Saúde mental de policiais: a precariedade do cuidado institucional nas polícias estaduais*”, demonstram que a fragilidade das políticas de saúde mental reforça a ideia de que o policial deve ser capaz de suportar sozinho as exigências do trabalho. De acordo Costa e Salla (2022) quando esse ideal não se sustenta, o adoecimento passa a ser interpretado como falha pessoal, e não como efeito de uma organização do trabalho marcada por risco permanente, violência e pressão emocional contínua.

Miranda (2016), analisa que a radicalização dos processos de individualização e silenciamento do sofrimento no interior das corporações policiais encontra sua expressão mais extrema no suicídio de agentes da segurança pública. A autora evidencia que o suicídio não pode ser compreendido como um evento isolado ou resultado exclusivo de fragilidades individuais, mas como o desfecho de um processo prolongado de sofrimento psíquico não

reconhecido, estigmatizado e sistematicamente negado pelas instituições. Nesse contexto, a cultura organizacional desempenha papel decisivo ao punir simbolicamente a vulnerabilidade, fragilizando os vínculos de pertencimento coletivo e aprofundando o isolamento subjetivo dos policiais.

As análises desenvolvidas por Bassani (2024), Costa e Salla (2022) e Miranda (2016) encontram respaldo em pesquisas empíricas mais recentes, que demonstram como essas dinâmicas de sofrimento psíquico, precariedade do cuidado e silenciamento institucional atravessam diferentes corporações policiais e territórios no país. Nesse sentido, Magalhães, Pantoja e Félix (2024), pesquisadores das áreas da saúde coletiva, das políticas públicas e da segurança pública, analisam as condições de trabalho, o adoecimento psíquico e os limites das políticas institucionais de cuidado no âmbito das polícias civis. Em estudo sobre saúde mental de policiais civis, os autores evidenciam que a ausência de estratégias preventivas estruturadas e a fragilidade do suporte institucional contribuem para a cronificação do sofrimento e para o acesso tardio aos serviços de atenção psicossocial.

Magalhães; Pantoja e Félix (2024) examinam criticamente os limites das estratégias institucionais de promoção da saúde mental, evidenciando como a ausência de políticas estruturadas, aliada à cultura organizacional marcada pelo silêncio e pela estigmatização da vulnerabilidade, contribui para o agravamento do adoecimento psíquico entre policiais civis.

No contexto amazônico e paraense, essas dinâmicas assumem contornos ainda mais graves, na medida em que se articulam a condições estruturais adversas, como precariedade material, isolamento institucional, déficit de efetivo e intensificação da violência. A cultura organizacional do silêncio, nesse cenário, não apenas invisibiliza o sofrimento psíquico dos policiais, mas contribui ativamente para sua intensificação e cronificação, criando um ambiente institucional propício ao adoecimento prolongado.

Ao transformar o sofrimento em falha individual e ao desestimular a busca por cuidado institucional, a cultura organizacional policial contribui para a intensificação do adoecimento psíquico e para a fragilização dos vínculos de pertencimento coletivo. Contudo, essa dinâmica não pode ser compreendida de forma isolada, pois se articula diretamente aos modelos de policiamento e às formas pelas quais a violência e a letalidade estruturam o trabalho policial no Brasil.

2.3 Modelos de policiamento, letalidade e vitimização: a gestão da violência e da morte

Os modelos de policiamento vigentes no Brasil constituem um elemento estruturante do trabalho policial e exercem impactos diretos sobre a produção do sofrimento psíquico. Inseridos

em estratégias de controle social marcadas pela gestão seletiva da violência e da morte, os policiais atuam em contextos nos quais a letalidade e a vitimização não são exceções, mas dimensões constitutivas da prática profissional. A compreensão dessas dinâmicas exige analisar como o uso da força letal, a exposição ao risco e a ambiguidade institucional da polícia produzem efeitos subjetivos duradouros sobre os agentes.

Um aporte relevante para essa compreensão crítica é trazido por Farias (2014), em sua tese *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. A autora propõe uma leitura do modelo de policiamento imposta aos moradores das favelas que na prática combina controle territorial, gestão seletiva da vida e da morte e produção de desigualdades sociais. Nas favelas cariocas, Farias (2014), revela que a atuação policial ultrapassa a repressão à criminalidade: ela organiza formas diferenciadas de administrar a população, nas quais determinadas vidas são expostas à vulnerabilização extrema ou mesmo à eliminação física sistemática.

Entre os modelos analisados por Farias (2014), destacam-se as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas no Rio de Janeiro a partir de 2008. A autora interpreta as UPPs como uma atualização das antigas estratégias de controle urbano e gestão da pobreza, similares à lógica dos “parques proletários” da década de 1940. Nesse modelo, o policiamento ostensivo é articulado a ações assistenciais e pedagógicas, compondo uma forma de intervenção que não elimina a violência, mas a reorganiza de maneira seletiva e simbólica. O objetivo, segundo Farias (2014), é produzir uma “paz” sustentada em relações desiguais de poder, por meio do disciplinamento dos corpos e da territorialização do controle social.

Longe de garantir proteção às comunidades, o modelo das UPPs aprofunda a lógica da violência seletiva e da gestão diferencial das mortes. Farias (2014) demonstra que a prática dos chamados “autos de resistência” — registros que justificam a morte de civis sob o argumento de confronto com a polícia — integra uma engrenagem institucional que legaliza a letalidade policial, transformando execuções sumárias em procedimentos administrativos normalizados e, na maioria das vezes, não investigados. Nesse contexto, a polícia torna-se não apenas um mecanismo repressivo, mas um agente ativo na produção de uma governança urbana que hierarquiza vidas e administra a morte como parte de sua racionalidade de controle.

A inserção dos policiais em um modelo de policiamento orientado pela lógica da governança repressiva produz efeitos profundos sobre a identidade e a subjetividade desses trabalhadores. Nesse debate, destaca-se a contribuição de Giovanni Alves, sociólogo do trabalho e pesquisador das transformações contemporâneas do capitalismo, que em *A nova degradação do trabalho: a reestruturação produtiva no Brasil* analisa como a intensificação

do controle, da produtividade e da precarização corrói os vínculos subjetivos dos trabalhadores com o próprio trabalho, produzindo sofrimento, alienação e desgaste psíquico (Alves, 2023a).

Ao dialogar com essa perspectiva, a etnografia de Juliana Farias (2014) oferece elementos fundamentais para compreender como a violência estatal é publicamente administrada e moralmente justificada no campo da segurança pública. Ao analisar audiências públicas sobre “autos de resistência”, a autora demonstra que a produção institucional de narrativas opera como mecanismo de gestão política da morte. Como observa, a convocação da “tranquilidade pública” e da “paz social” aparece como linha principal de legitimação das práticas policiais, sendo reiterado o argumento de que seria preciso “trazer, voltar o Estado a um quadro de tranquilidade pública e paz social” (Farias, 2014, p. 109).

Nesse contexto, Farias (2014) evidencia que as críticas às mortes provocadas por agentes do Estado são frequentemente reconfiguradas por meio de justificativas que reposicionam a violência como necessidade de governo. Segundo a autora, trata-se de um campo no qual se produzem “accounts”, isto é, explicações moralmente orientadas que visam sustentar a legitimidade das ações estatais diante da contestação pública (Farias, 2014, p. 105). A violência, nesse sentido, não é apresentada como desvio, mas como parte de um esforço para restaurar a ordem.

Ao aprofundar essa análise, Farias (2014) mostra que a gestão da morte implica a construção de cenários nos quais determinados territórios e sujeitos são enquadrados como ameaças estruturais à ordem pública. Nesse processo, afirma que, para viabilizar o quadro pretendido de pacificação, “seria necessário eliminar o tal ‘quadro de agrestice’ – a qualquer custo” (Farias, 2014, p. 117). Essa formulação explicita como a violência pode ser inscrita em dispositivos institucionais que reorganizam seus sentidos e seus critérios de aceitabilidade pública.

Essa condição paradoxal não apenas reorganiza os territórios sob intervenção policial, mas também incide diretamente sobre a saúde mental, a percepção de justiça e a capacidade de pertencimento social dos próprios agentes, corroendo, por dentro, o trabalhador da segurança pública (Farias, 2014; Alves, 2023a).

Inserido nesse debate, o trabalho de Oliveira Neto (2020), policial militar e sociólogo, oferece uma contribuição valiosa ao analisar a letalidade policial no Pará a partir de sua vivência empírica e pesquisa acadêmica. Em sua tese *Sangue nos Olhos: Sociologia da Letalidade Policial no Estado do Pará (2020)*, defendida na Universidade de Brasília (UnB), o autor demonstra que o uso letal da força não pode ser reduzido a atos individuais ou desvios de conduta. Pelo contrário, ele está inserido em uma lógica institucional sustentada por fragilidade

organizacional, cultura do confronto e ausência de uma identidade profissional estruturada. Trata-se de um modelo de policiamento que naturaliza a violência como método de atuação, atravessando o cotidiano dos agentes e moldando suas práticas e subjetividades.

Oliveira Neto (2020) argumenta que a violência letal praticada por agentes de segurança pública também pode ser compreendida à luz das condições institucionais às quais esses trabalhadores estão submetidos, marcadas por pressões organizacionais intensas e por uma cultura profissional centrada no confronto. Submetidos a exigências permanentes de produtividade, exposição ao risco e cobrança por resultados, muitos policiais passam a reproduzir a lógica da violência não apenas como prática operacional, mas como resposta institucionalmente moldada às condições de trabalho. Essa perspectiva encontra ressonância nas análises de Alves (2023a), que evidenciam como o sofrimento subjetivo dos policiais está diretamente relacionado à organização do trabalho e aos dispositivos simbólicos que regulam a expressão da vulnerabilidade no interior das corporações. Em conjunto, tais abordagens indicam que os modelos de policiamento vigentes não apenas perpetuam a violência contra populações marginalizadas, mas também produzem efeitos corrosivos sobre a saúde mental dos próprios agentes, inscritos nas contradições estruturais do sistema que integram.

Trata-se de inserir o policial em uma engrenagem mais ampla de governança que administra, de forma seletiva, a vida e a morte nas metrópoles urbanas e rurais. Nesse contexto, a identidade policial é forjada não apenas por suas atribuições formais, mas pelas lógicas de disciplinamento, exclusão e gestão do risco que atravessam o cotidiano institucional e moldam tanto a ação quanto a subjetividade desses trabalhadores.

A compreensão da polícia como instrumento de governança e disciplinamento social permite avançar para uma análise mais situada das experiências subjetivas vividas por seus agentes. Se, por um lado, os modelos institucionais de policiamento moldam práticas de (des) controle e que não conseguem conter o crime, por outro, essas mesmas práticas têm efeitos concretos sobre a constituição identitária e emocional dos trabalhadores da segurança pública. A exposição constante ao risco, o envolvimento com cenas de violência extrema e a rigidez hierárquica do cotidiano organizacional repercutem diretamente sobre o corpo e a psique dos policiais. É nesse ponto que a análise sociológica do modelo de policiamento deve encontrar as vozes e vivências daqueles que operam no interior desse sistema.

A articulação entre modelos de policiamento, letalidade e vitimização (tema que será debatido mais adiante no capítulo 3) evidencia que o sofrimento psíquico dos policiais está profundamente ligado à experiência cotidiana de lidar com a morte do outro e a própria, como possibilidade permanente do trabalho. Esse cenário contribui para a internalização do risco

como algo fundamental da identidade profissional, exigindo uma análise mais aprofundada sobre como o perigo contínuo molda as subjetividades policiais e intensifica os processos de adoecimento.

2.4 Risco, identidade profissional e normalização da violência no trabalho policial

O risco ocupa lugar central na construção da identidade profissional policial, funcionando simultaneamente como fonte de reconhecimento simbólico e como fator de desgaste psíquico. A exposição permanente a situações de perigo, violência e imprevisibilidade é frequentemente incorporada como prova de pertencimento à profissão, reforçando narrativas de bravura e resistência. No entanto, essa naturalização do risco produz efeitos cumulativos sobre a saúde mental dos policiais, principalmente quando associada à ausência de mecanismos institucionais de proteção e cuidado.

A tese de Constantino (2006), intitulada *Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis*, contribui de forma significativa para a compreensão do risco como categoria subjetiva e relacional no cotidiano policial. Por meio de um estudo comparativo entre policiais civis atuantes em Campos dos Goytacazes e no Rio de Janeiro, a autora demonstra que o risco não se manifesta de maneira homogênea: em contextos interioranos, tende a ser internalizado como expressão de bravura e afirmação identitária, funcionando como “prova” da coragem esperada no exercício da função. Já nos grandes centros urbanos, marcados por alta incidência de violência e tensão social, o risco aparece como experiência cotidiana de exaustão, vulnerabilidade e adoecimento. A análise evidencia que o risco, além de uma condição objetiva do trabalho policial, opera como linguagem simbólica da profissão e, simultaneamente, como vetor de sofrimento subjetivo.

A análise de Constantino (2006) sobre o risco como componente simbólico da identidade policial dialoga diretamente com a abordagem de Farias (2014), que entende o policiamento como tecnologia de governança voltada à administração seletiva da vida e da morte. O risco não é apenas uma condição concreta da atividade policial, mas um dispositivo simbólico que legitima práticas letais e reforça a autoridade institucional. Como aponta ainda Alves (2023), essa legitimação simbólica muitas vezes opera como mecanismo de invisibilização do sofrimento, ocultando o adoecimento por trás da narrativa de bravura, resistência e virilidade.

Constantino (2006) evidencia que o risco cotidiano e a constante percepção de ameaça se projetam para além do ambiente profissional, afetando profundamente os modos de vida e as relações sociais dos policiais civis. O uso de substâncias psicoativas, principalmente o álcool,

é descrito como um recurso recorrente para amortecer o sofrimento, reduzir a ansiedade e lidar com o estresse acumulado, prática muitas vezes normalizada ou invisibilizada pela própria cultura institucional. Além disso, a autora identifica um padrão de retraimento emocional, dificuldade de estabelecer vínculos afetivos e isolamento como mecanismos de autoproteção subjetiva. Tais dinâmicas indicam um processo insidioso de adoecimento psíquico, marcado por silêncio, negação e ausência de espaços legítimos de escuta e acolhimento.

O risco, portanto, não pode ser compreendido apenas como um dado circunstancial da atividade policial, mas como elemento estruturante da identidade profissional e dos processos de sofrimento psíquico que a acompanham. Funciona, ao mesmo tempo, como símbolo de pertencimento e como força destrutiva silenciosa, legitimando a bravura, mas corroendo vínculos, afetos e possibilidades de elaboração emocional. Reconhecer essa ambivalência é essencial para a formulação de políticas públicas de cuidado que não reduzam o sofrimento à responsabilização individual, mas que o compreendam como produto das condições institucionais e simbólicas que moldam o cotidiano dos policiais civis.

A análise do risco como operador simbólico e estruturante da identidade policial revela apenas uma das faces do sofrimento vivenciado por esses profissionais. Para além da exposição constante à violência, o trabalho policial civil está atravessado por dinâmicas organizacionais que silenciam o sofrimento, deslegitimam a vulnerabilidade e reforçam mecanismos de autoproteção psíquica marcados por retraimento, cinismo e isolamento. É nesse ponto que se torna necessário aprofundar a discussão sobre os processos de adoecimento, os mecanismos institucionais de silenciamento e a forma como a doença se inscreve no corpo e na trajetória dos policiais civis.

2.5 Estratégias de enfrentamento do sofrimento e os limites institucionais do cuidado

Frente às exigências emocionais, à sobrecarga de trabalho e à exposição contínua à violência, os policiais constroem estratégias individuais e coletivas de enfrentamento do sofrimento psíquico. Essas estratégias incluem mecanismos defensivos, formas de solidariedade entre pares e tentativas de ressignificação do trabalho, que podem atenuar temporariamente o sofrimento. No entanto, quando operam em contextos de frágil reconhecimento institucional, tais estratégias tendem a se esgotar e, em alguns casos, a aprofundar o adoecimento.

A contribuição de José Mário Barbosa de Brito (2020) é central para a ampliação da análise do sofrimento no trabalho policial a partir da perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Psicólogo e pesquisador da área da saúde do trabalhador e da segurança pública, Brito (2020)

desenvolveu a tese de doutorado intitulada “*Até onde o corpo aguenta somos humanos, depois disso somos bombeiros: análise dos riscos psicossociais relacionados à organização e às condições do trabalho bombeiro militar*”, na qual investiga os impactos subjetivos da organização do trabalho em contextos profissionais marcados por risco extremo, exigência permanente de desempenho e naturalização da dor.

A partir dessa investigação, Brito (2020) dialoga diretamente com a Psicodinâmica do Trabalho, abordagem teórico-metodológica formulada por Christophe Dejours (2015), médico, psiquiatra e psicanalista francês, reconhecido como um dos principais referenciais internacionais no campo da saúde mental e trabalho. Em obras como *A loucura do trabalho*, Dejours (2015) analisa como as formas de organização do trabalho incidem sobre a saúde mental dos trabalhadores, produzindo tanto sofrimento quanto estratégias defensivas individuais e coletivas. Ao evidenciar que a exigência de resistência ilimitada tende a transformar o adoecimento em fracasso moral, Brito (2020) contribui para compreender como profissionais da segurança e do salvamento são levados a ultrapassar seus limites físicos e psíquicos, silenciando o sofrimento até o ponto de ruptura.

Alves (2023a) analisa como o sofrimento organizacional no trabalho policial é estruturado por modelos institucionais de policiamento que submetem os trabalhadores a exposição contínua a riscos físicos e emocionais, sem que lhes sejam garantidos suportes simbólicos consistentes ou mecanismos institucionais de cuidado. Nesse contexto, o adoecimento não surge como desvio individual, mas como efeito das formas de organização do trabalho e da lógica operacional que orienta a atuação policial.

Em diálogo com essa perspectiva, Durão e Souza (2021), ao examinarem a emergência e a atuação do Movimento Policiais Antifascismo (MPAF), recolocam a dimensão trabalhista no centro da experiência policial. Ao afirmarem que “polícia é profissão, policial é trabalhador; não é tropa”, os autores sintetizam uma crítica à militarização institucional e reivindicam o reconhecimento do policial como sujeito de direitos, inserido em relações de trabalho marcadas por hierarquias rígidas, precarização e vulnerabilidade. Essa abordagem aproxima o debate sobre segurança pública das categorias clássicas da Sociologia do Trabalho, permitindo compreender o sofrimento psíquico, a sobrecarga de trabalho e o silenciamento institucional como expressões das condições estruturais de trabalho no setor público.

Complementando essa perspectiva, Bertassoni da Silva, Vargas e Holanda (2023), no artigo *Prática policial e saúde mental: a importância do investimento em cuidado psicossocial nas instituições policiais brasileiras*, introduzem o conceito fenomenológico de “not-being-at-ease”, que expressa o desconforto existencial e o estado constante de alerta que atravessam o

cotidiano dos policiais, ou seja, pode ser entendido como indicador precoce de sofrimento psíquico. Esse sentimento de não-estar-à-vontade perpassa tanto o exercício da função quanto a vida privada, reforçando o impacto psíquico das condições laborais e contribuindo para o adoecimento mental, o burnout e os altos índices de suicídio na carreira policial. Os autores destacam ainda a ausência de políticas institucionais efetivas de saúde mental, apontando para a urgência de intervenções que priorizem o bem-estar psicossocial.

Brito (2020) contribui com a introdução da noção de ambivalência entre prazer e sofrimento no trabalho, demonstrando que, apesar do sofrimento gerado pelas condições laborais adversas, muitos trabalhadores buscam produzir sentido e prazer a partir de suas práticas e vivências profissionais. No caso policial, essa ambivalência é evidente: ao mesmo tempo em que a profissão pode ser fonte de orgulho, missão e reconhecimento social, ela também é terreno de exaustão, medo e sofrimento.

Um ponto central trazido por Brito (2020) é a identificação de estratégias defensivas e de enfrentamento que os trabalhadores utilizam para resistir ao sofrimento. Essas estratégias, muitas vezes coletivas, permitem transformar ou ao menos mitigar os efeitos nocivos do trabalho sobre a saúde mental. Trata-se do que a Psicodinâmica do Trabalho denomina de sofrimento criativo — ou seja, a capacidade dos trabalhadores de encontrar saídas subjetivas para o sofrimento patogênico, evitando o adoecimento psíquico mais profundo.

Durão e Souza (2021), também destaca a necessidade de romper com a dicotomia que reduz o policial a herói ou vilão, propondo a afirmação do policial como cidadão e trabalhador, inserido no tecido social e portador de direitos. Essa perspectiva aumenta a possibilidade de construção de um policiamento democrático e inclusivo, que considera também as identidades plurais e as vulnerabilidades que atravessam esses trabalhadores.

Essa abordagem possibilita uma leitura menos determinista da relação entre sofrimento e trabalho policial, reconhecendo que, mesmo em contextos marcados por condições adversas, existem espaços de resistência, de reinvenção simbólica e de construção de sentido no exercício da atividade profissional. No entanto, para que tais estratégias individuais e coletivas não se esgotem em respostas isoladas, é imprescindível que sejam acompanhadas por programas institucionais de atenção psicossocial capazes de oferecer suporte contínuo aos policiais, prevenindo o agravamento do sofrimento e enfrentando o estigma historicamente associado à saúde mental nas corporações. Como destacam Bertassoni da Silva, Vargas e Holanda (2023), ainda que incipientes, essas iniciativas constituem etapas fundamentais para romper o ciclo persistente de violência, sofrimento e desamparo que atravessa as instituições policiais brasileiras.

Nesse sentido, para que o sofrimento não ultrapasse os limites do suportável e se converta em adoecimento psíquico, torna-se imprescindível que as organizações policiais promovam mudanças estruturais em seus modelos de gestão, assegurem reconhecimento institucional e implementem políticas efetivas de saúde mental e de segurança ocupacional. A articulação entre diferentes estudos sobre trabalho, sofrimento e instituições policiais aponta que o adoecimento psíquico não pode ser compreendido como resultado de fragilidades individuais, mas como expressão concreta de modelos de gestão autoritários, de relações laborais opressivas e de riscos psicossociais que atravessam não apenas o corpo, mas também a subjetividade, a identidade profissional e os vínculos sociais desses trabalhadores. Reconhecer e intervir sobre essas dimensões constitui, portanto, um caminho urgente e necessário para a transformação das condições de trabalho e da própria cultura policial (Brito, 2020; Alves, 2023a; Farias, 2014; Durão e Souza, 2021; Bertassoni Da Silva; Vargas; Holanda, 2023).

Os limites das estratégias de enfrentamento tornam-se ainda mais evidentes quando articulados à ausência de políticas públicas estruturadas de cuidado e à precariedade das condições de trabalho. Essa combinação revela que o sofrimento psíquico não é apenas uma questão de adaptação individual, mas um problema institucional que se intensifica em contextos territoriais marcados por desigualdades e vulnerabilidades específicas.

2.6 Trabalho policial na Amazônia paraense: território, desigualdades e intensificação do sofrimento psíquico

A compreensão do sofrimento psíquico no trabalho policial exige que se incorpore a dimensão territorial como elemento constitutivo da experiência de trabalho. No caso da Amazônia paraense, o território não opera apenas como cenário geográfico da atuação policial, mas como fator ativo na produção de desigualdades institucionais, na intensificação dos riscos psicossociais e na limitação do acesso às políticas de cuidado. A vastidão territorial do Estado do Pará, associada à baixa densidade populacional, às dificuldades logísticas e à distribuição desigual dos serviços públicos, produz um contexto singular para o exercício da atividade policial e para a gestão institucional da saúde mental.

A Polícia Civil do Estado do Pará atua em um dos territórios mais extensos e complexos do país, marcado por vastas áreas rurais, regiões ribeirinhas, municípios de difícil acesso e espaços atravessados por conflitos fundiários, crimes ambientais e pela expansão de organizações criminosas. Ao analisar as dinâmicas da violência na Amazônia, Aiala Colares, Victor Sousa e Heron Maia (2023), pesquisadores vinculados a estudos sobre segurança pública, criminalidade e conflitos armados na região, demonstram que a Amazônia se constitui

como um espaço de sobreposição de ilegalismos, no qual milícias, redes do narcotráfico e outras formas de violência organizada coexistem em um cenário de presença estatal fragmentada, seletiva e frequentemente intermitente. Nesse contexto, o policial civil é convocado a desempenhar múltiplas funções, muitas vezes extrapolando suas atribuições formais, em condições de precariedade estrutural, sobrecarga de trabalho e isolamento institucional, o que aumenta os riscos físicos e psíquicos associados ao exercício cotidiano da função.

Essa configuração territorial impacta diretamente a organização do trabalho policial. No interior do estado, a escassez de efetivo, a sobrecarga funcional, a precariedade das instalações físicas e a dificuldade de deslocamento entre municípios produzem jornadas extensas, acúmulo de tarefas e intensificação do risco ocupacional. Como apontam Dejours (2015) e Bassani (2024), a intensificação do trabalho, quando não acompanhada de reconhecimento e suporte institucional, constitui um dos principais vetores de sofrimento psíquico. Na realidade amazônica, esse processo é agravado pela distância física e simbólica em relação aos centros decisórios e aos dispositivos institucionais de cuidado.

A desigualdade territorial também se expressa na distribuição dos serviços de atenção psicossocial. Embora a Polícia Civil do Pará possua um órgão formalmente responsável pelo atendimento à saúde do servidor a Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA), sua atuação concentra-se majoritariamente na capital, Belém, e na região metropolitana. Tal centralização reflete uma lógica histórica de organização das políticas públicas, na qual os serviços especializados permanecem restritos aos grandes centros urbanos, dificultando o acesso dos trabalhadores lotados no interior do estado.

Esse descompasso territorial produz o que pode ser compreendido como uma dupla vulnerabilização dos policiais do interior: além de enfrentarem condições de trabalho mais precárias e riscos ampliados, esses trabalhadores encontram maiores obstáculos para acessar acompanhamento psicológico, psiquiátrico e social. Conforme assinala Bassani (2024), a existência formal de políticas de cuidado não garante, por si só, o acesso efetivo aos serviços, principalmente quando persistem barreiras territoriais, institucionais e simbólicas. No contexto paraense, essas barreiras são potencializadas pela distância geográfica, pela ausência de equipes multidisciplinares regionalizadas e pela dificuldade de deslocamento dos servidores até a capital.

A centralização do cuidado psicossocial em Belém reforça, ainda, a percepção de abandono institucional entre os policiais do interior, contribuindo para o silenciamento do sofrimento e para a internalização da dor como responsabilidade individual. Como discutido por Miranda (2016), quando a instituição não reconhece e não acolhe o sofrimento de seus

trabalhadores, o adoecimento tende a se agravar, transformando-se em quadros crônicos e, em situações extremas, em ideação suicida. A ausência de políticas territorializadas de cuidado opera, assim, como fator estruturante do sofrimento psíquico.

Além disso, a cultura organizacional policial, marcada pela valorização da resistência emocional e pela deslegitimação da vulnerabilidade, adquire contornos ainda mais rígidos no interior do estado. Em contextos de isolamento institucional, o medo da estigmatização, da exposição hierárquica e da perda de credibilidade profissional torna-se um obstáculo adicional à busca por cuidado. Conforme analisam Durão e Souza (2021) e Souza e Costa (2020), a expectativa normativa de invulnerabilidade opera como mecanismo de regulação emocional, inibindo a expressão do sofrimento e reforçando estratégias defensivas individuais, muitas vezes baseadas no silêncio, no isolamento e na medicalização informal.

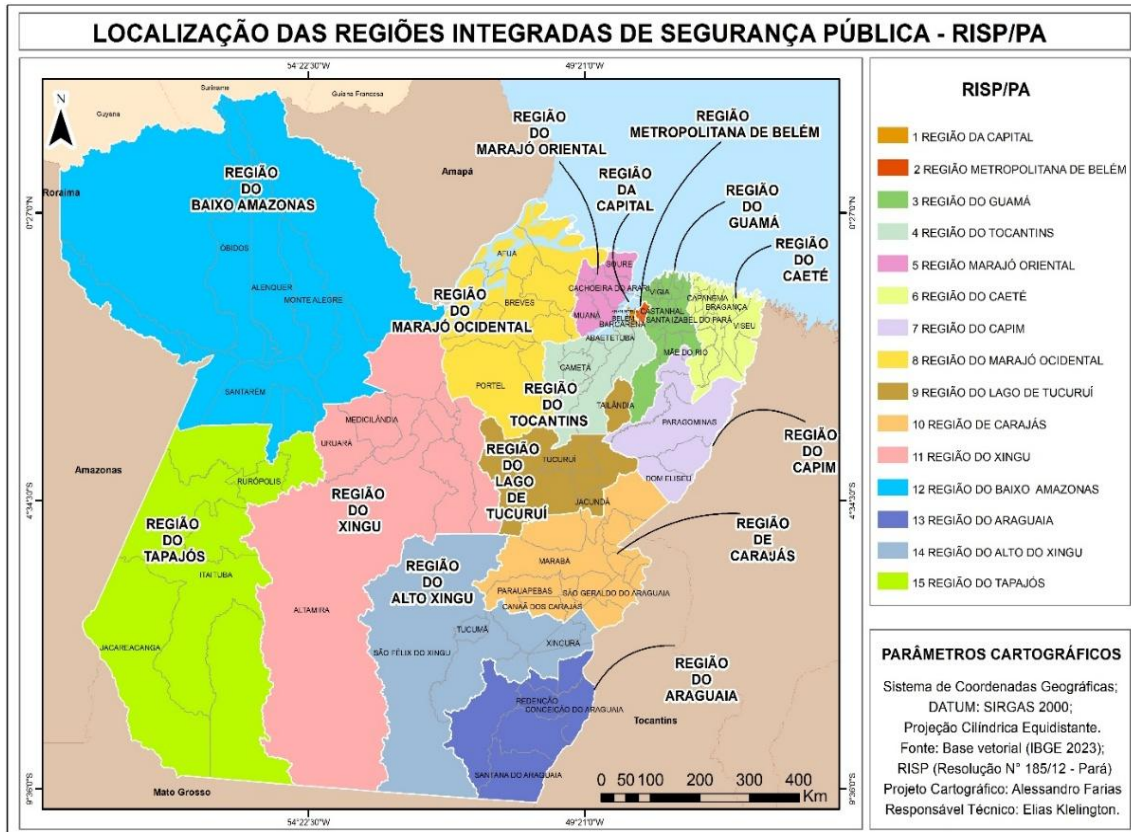
A dimensão territorial, portanto, não apenas intensifica os riscos psicossociais do trabalho policial, mas também limita as possibilidades de elaboração coletiva do sofrimento. A ausência de espaços institucionais de escuta e cuidado no interior do estado contribui para a fragmentação dos vínculos profissionais e para a fragilização do sentimento de pertencimento institucional. Dejours (2015), destaca que o reconhecimento é elemento central na transformação do sofrimento em experiência elaborável; sua ausência, ao contrário, favorece o adoecimento patogênico.

Nesse sentido, a análise do trabalho policial na Amazônia paraense evidencia que o sofrimento psíquico dos policiais civis não pode ser compreendido sem considerar as desigualdades territoriais que atravessam a organização do trabalho e a oferta de políticas de cuidado. A concentração dos serviços de atenção psicossocial na capital, combinada à precariedade estrutural do interior, revela os limites de um modelo institucional que não reconhece o território como dimensão estratégica da saúde do trabalhador.

Ao incorporar a dimensão territorial à análise, este estudo sustenta que o sofrimento psíquico no trabalho policial é produzido na intersecção entre organização do trabalho, cultura institucional e desigualdades regionais. A ausência de políticas de cuidado descentralizadas e sensíveis às especificidades amazônicas reforça o caráter estrutural do adoecimento mental na Polícia Civil do Pará, apontando para a necessidade de estratégias institucionais que articulem território, trabalho e saúde mental de forma integrada. Essa perspectiva teórica fornece o pano de fundo necessário para a análise empírica desenvolvida a seguir, na qual se evidencia que a própria organização territorial das atividades policiais condiciona as formas de exposição ao risco, de gestão do trabalho e de acesso ao cuidado psicossocial. Nesse sentido, a Figura 4 permite visualizar como a Polícia Civil do Estado do Pará estrutura sua atuação de maneira

territorializada, elemento central para compreender as desigualdades institucionais e regionais que atravessam o cotidiano dos policiais civis.

Figura 1 - Mapa de Divisão de Trabalho, por Regiões Integradas no Pará, (2025)



Fonte: Produzido por Elias Kleington (2023).

A divisão do território paraense em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), conforme ilustrado na Figura 1, expressa uma estratégia estatal de racionalização da gestão da segurança pública em um contexto marcado por vastidão territorial, heterogeneidade social e múltiplas dinâmicas criminais. Essa organização regional busca integrar ações de investigação, repressão, inteligência e prevenção, distribuindo responsabilidades entre diferentes áreas geográficas com características socioeconômicas e criminais específicas. No entanto, do ponto de vista do trabalho policial, essa territorialização produz efeitos diretos sobre a organização do trabalho, a distribuição dos riscos e o acesso aos dispositivos institucionais de cuidado.

Como aponta Adorno (2008), os modelos contemporâneos de gestão da segurança pública, que buscam operar através de recortes territoriais que melhoram os recursos e o controle institucional. No caso do Pará, a configuração das RISPs revela não apenas uma lógica administrativa, mas também uma divisão desigual do trabalho policial, na qual determinadas

regiões concentram maior carga operacional, maior exposição à violência e menor infraestrutura institucional. Regiões como Baixo Amazonas, Xingu, Tapajós e Marajó, por exemplo, caracterizam-se por extensas áreas geográficas, baixa densidade de efetivo policial e dificuldades logísticas, o que impõe aos policiais civis jornadas prolongadas, acúmulo de funções e maior isolamento institucional.

Colares, Sousa e Maia (2023) analisam a Amazônia como um espaço marcado pela sobreposição de conflitos, práticas ilícitas e por uma presença estatal fragmentada, o que se expressa diretamente na organização territorial do trabalho policial. Essa configuração produz desigualdades significativas nas condições de atuação da Polícia Civil, uma vez que, em muitas dessas regiões, os agentes exercem suas funções em contextos atravessados por crimes ambientais, conflitos fundiários, violência armada e pela expansão de organizações criminosas, sem que haja o correspondente fortalecimento das estruturas institucionais de apoio. A territorialização da segurança, nesses termos, não elimina as desigualdades, mas tende a redistribuí-las de forma assimétrica, concentrando riscos e precariedades em determinadas áreas.

Do ponto de vista da Sociologia do Trabalho, essa divisão territorial implica formas diferenciadas de vivenciar o trabalho policial. Conforme Dejours (2015), a organização do trabalho é elemento central na produção do sofrimento psíquico, principalmente quando há desequilíbrio entre exigências, meios disponíveis e reconhecimento institucional. No interior do Pará, a distância física e simbólica em relação aos centros administrativos, localizados majoritariamente na Região Metropolitana de Belém, intensifica a sensação de abandono institucional e fragiliza os mecanismos coletivos de enfrentamento do sofrimento.

A Figura 1 também permite compreender como a centralização dos dispositivos de atenção psicossocial na capital contrasta com a dispersão territorial das atividades policiais. Embora as RISPs organizem a atuação operacional da Polícia Civil em todo o estado, os serviços especializados de cuidado permanecem concentrados em Belém, o que limita o acesso efetivo dos policiais lotados no interior às políticas de saúde mental. Essa assimetria reforça o que Bassani (2024) identifica como distância entre a existência formal das políticas de cuidado e sua efetividade concreta na vida dos trabalhadores, sobretudo em contextos periféricos e territorialmente vulneráveis.

Nesse sentido, a divisão territorial expressa pelas RISPs não pode ser compreendida apenas como estratégia técnica de gestão da segurança pública. Ela constitui, também, um elemento estruturante das condições de trabalho e da produção do sofrimento psíquico no interior da Polícia Civil do Pará. Ao evidenciar as desigualdades regionais na distribuição do

trabalho, dos riscos e do acesso ao cuidado psicossocial, a Figura 4 reforça a necessidade de analisar o sofrimento policial a partir de uma perspectiva que articule território, organização do trabalho e cultura institucional, eixo central do presente capítulo.

Essa desigualdade territorial na organização do trabalho policial, evidenciada pela divisão das RISPs, materializa-se de forma concreta nas condições institucionais enfrentadas cotidianamente pelos policiais civis. O Relatório de Gestão da Polícia Civil do Pará (2024) evidencia que, apesar de avanços pontuais em infraestrutura e gestão, persistem déficits significativos de efetivo e limitações logísticas que afetam de maneira mais intensa as regiões interioranas e de difícil acesso. Nessas áreas, os policiais são compelidos a atuar em contextos marcados por escassez de recursos, baixa capacidade de resposta institucional e exposição contínua à violência, o que produz sentimentos recorrentes de frustração, impotência e desgaste emocional. Tais condições constituem elementos centrais para a compreensão dos elevados índices de adoecimento psíquico observados na categoria.

Outro ponto, trata-se da distribuição territorial da violência letal contra policiais, tema que será aprofundado no Capítulo 3, especialmente no item 3.2.1 – *Letalidade e vitimização policial*. A análise evidencia que a atuação dos agentes de segurança pública ocorre em territórios marcados por disputas permanentes pelo controle social, nos quais o Estado confronta redes criminosas armadas e múltiplas formas de ilegalidade, configurando contextos de elevada exposição ao risco e instabilidade institucional. Como demonstram Colares, Sousa e Maia (2023), esses territórios são marcados pela sobreposição de conflitos socioambientais, grilagem de terras, expansão do narcotráfico e outras modalidades de violência organizada, configurando cenários de instabilidade nos quais a presença estatal é fragmentada, seletiva e frequentemente contestada. Nesse contexto, o trabalho policial é exercido sob condições de elevado risco, incerteza e tensão permanente, aprofundando a exposição dos agentes à violência e ao desgaste físico e psíquico.

Ainda segundo Colares, Sousa e Maia (2023), é justamente nesses territórios marcados pela disputa entre o Estado e redes criminais armadas, bem como pela fragmentação das capacidades institucionais, que o trabalho policial civil passa a ser exercido sob condições extremas de risco e vulnerabilidade. A precariedade da infraestrutura das delegacias, o déficit crônico de efetivo e a imposição de jornadas de trabalho extenuantes configuram um cenário no qual a exposição ao perigo se intensifica e os mecanismos coletivos de proteção institucional se tornam fragilizados, aprofundando a sensação de insegurança e desamparo entre os agentes.

Como alertam Colares, Sousa e Maia (2023), essas dinâmicas não devem ser compreendidas apenas como efeitos colaterais do contexto amazônico, mas como expressão de

uma racionalidade institucional que resiste à incorporação da saúde mental como dimensão central das políticas de segurança pública. Ao negar ou silenciar o sofrimento, a instituição contribui para a intensificação de processos de adoecimento que podem evoluir para quadros graves, como depressão, transtorno de estresse pós-traumático e ideação suicida, consolidando um cenário em que território, organização do trabalho e cultura institucional operam de forma articulada na produção do sofrimento psíquico dos policiais civis paraenses.

No dia 18 de outubro de 2024, o governo do Estado do Pará realizou a entrega de uma lancha blindada para reforçar a frota de embarcações em Belém. A embarcação é totalmente blindada e tem o nome o Investigador de Polícia Civil - IPC Bruno Fonseca, morto em uma área de rio, no arquipélago do Marajó. Bruno estava em operação policial e fazia parte da Coordenadoria de Operação e Recursos Especiais (CORE-PCPA), veja o diz a reportagem:

Essa é a sexta lancha blindada entregue pelo Estado aos órgãos de segurança do Pará, somando mais de R\$ 10 milhões em investimentos para reforçar o combate a crimes fluviais, contra comunidades ribeirinhas e ambientais. Já foram entregues mais de 80 embarcações, além das blindadas, distribuídas por todo o Estado, com motores de 350 HP, 150 HP e 60 HP. O Pará é pioneiro na criação de Bases Integradas Fluviais, como as de Breves (“Antônio Lemos”) e Óbidos (“Candiru”), com nova base em construção em Abaetetuba. Essas ações, aliadas à valorização e capacitação de agentes, contribuíram para a preservação de mais de 9 mil vidas entre janeiro de 2019 e setembro de 2024 (Agência Pará, 2024).

A sobreposição entre a violência urbana e os crimes ambientais na Amazônia aumenta os desafios enfrentados pelas forças de segurança. A baixa governança estatal em vastas áreas do território contribui para a consolidação de territórios sob o domínio de atores ilegais, gerando impactos sociais e econômicos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Esses conflitos são agravados por pressões externas ligadas ao mercado global, como a demanda por recursos minerais e madeireiros, que fomentam novas frentes de exploração ilegal e intensificam a violência contra populações indígenas e ribeirinhas (Dutra do Carmo *et al.*, 2015; Instituto Igarapé, 2022). Por outro lado, a Polícia Civil do Pará, vem desenvolvendo diversas operações policiais, acompanhe na tabela abaixo algumas dessas ações policiais.

Tabela 4 - Operações policiais da PCPA, ano (2024).

Operação	Local	Data	Objetivo/Resultado
Guardião do Norte	Abaetetuba (Rio Tocantins)	14/04/2024	Maior apreensão de drogas da história do Pará (3,2 toneladas); prisão de 4 suspeitos
Prende Mais de 200 Pessoas	Belém	23/09/2024	Prisão de 239 integrantes de torcidas organizadas
Apreensão de Fuzis	Abaetetuba (Rio Maratauíra)	05/11/2024	Apreensão de 16 fuzis (maior apreensão do tipo)
Guardião Digital	Estado de São Paulo (12 municípios)	04/07/2024	Prisão de 34 investigados; 104 buscas; desarticulação de grupo de crimes cibernéticos
Dark Wood	Pará e Distrito Federal	11/06/2024	Prisão de 7 pessoas; fraude de R\$ 26 milhões em créditos florestais
Sentinela Marajó	Arquipélago do Marajó	03/2024	81 denúncias apuradas; 5 prisões por crimes contra grupos vulneráveis
1 Muralha	RMB (Região Metropolitana de Belém)	11/11/2024	Prisão de 8 suspeitos (tráfico de drogas, porte ilegal de armas); operação com várias fases subsequentes
Saturação	RMB (bairros estratégicos)	07/11/2024	Fiscalização de estabelecimentos; manutenção da ordem pública
Baixo Tocantins	RMB, Barcarena, Santo Antônio do Tauá	19/12/2024	13 prisões; 42 buscas; combate a organização criminosa
Infiltrado	Belém, Castanhal e Colares	25/06/2024	Prisões e buscas contra fraude de R\$ 6 milhões no IGEPPS
Cara-crachá (14 fases em 2024)	Pará e outros estados (PA, RJ, AM, CE, GO, PR, SC)	2024	Prisão de 111 faccionados; apreensão de drogas, carga roubada e veículos
Sordidus	Belém, Ananindeua, Bujaru	06/08/2024	Prisões e buscas por corrupção e fraudes (mais de R\$ 40 milhões desviados)
Rabidus	Belém	21/11/2024	Prisão de suspeito de abuso sexual de menor em shopping center

Fonte: Relatório de Gestão Anual da PCPA (2024). Elaborado pelo autor (2025).

A Tabela 4 apresenta um panorama das operações estratégicas realizadas pela Polícia Civil do Pará ao longo de 2024, revelando o elevado grau de complexidade e a ampla diversidade das ações desenvolvidas no enfrentamento à criminalidade. As operações abrangem desde o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado — como “Guardião do Norte”, “1ª Muralha” e “Baixo Tocantins” — até o enfrentamento de crimes cibernéticos (“Guardião Digital”) e ambientais (“Dark Wood”), além de ações voltadas à proteção de grupos vulneráveis (“Sentinela Marajó”) e investigações de corrupção de alto impacto (“Sordidus” e “Infiltrado”).

Esse conjunto de operações demonstra uma atuação que exige dos agentes policiais um perfil profissional cada vez mais técnico, versátil e adaptável a vários tipos de conflitos urbanos,

rurais e transnacionais. No entanto, como analisa Dejours (2015), a ampliação contínua das exigências de trabalho, quando não acompanhada por suporte institucional adequado, reconhecimento simbólico e políticas estruturadas de cuidado, tende a intensificar o sofrimento psíquico dos trabalhadores. No caso da Polícia Civil, a combinação entre múltiplas frentes de atuação, pressões por resultados, exposição permanente ao risco e fragilidade do apoio organizacional contribui para a produção de desgaste emocional, sofrimento ético e adoecimento mental, que se inscrevem no cotidiano do trabalho policial como efeitos estruturais da organização do trabalho.

A frequência e a magnitude das operações policiais na Amazônia paraense revelam a centralidade da lógica repressiva como eixo estruturante das políticas de segurança pública contemporâneas. Esse padrão, longe de constituir uma especificidade regional isolada, insere-se em transformações mais amplas dos regimes de controle penal e de gestão da ordem social, marcadas pela ampliação do aparato punitivo, pela centralidade da polícia como resposta prioritária aos conflitos sociais e pela fragilização de políticas preventivas e estruturantes.

Nesse sentido, Garland (2008) analisa a emergência de uma nova cultura do controle, na qual o sistema penal assume uma função importante na administração de problemas sociais que não são enfrentados por políticas de bem-estar, inclusão ou redução das desigualdades. Para o autor, a expansão das práticas repressivas e o uso recorrente de operações policiais refletem uma racionalidade política que privilegia respostas imediatas e simbólicas à criminalidade, ainda que incapazes de produzir efeitos estruturais duradouros sobre as causas sociais da violência.

De forma complementar e mais radical, Wacquant (2001) aprofunda essa análise ao demonstrar que o endurecimento penal e a intensificação do policiamento não operam apenas como respostas ao crime, mas como instrumentos centrais de gestão das desigualdades produzidas pelo próprio Estado neoliberal. Ao examinar a expansão do braço penal em detrimento das políticas sociais, o autor evidencia que a polícia e o sistema penal passam a atuar como mecanismos de contenção e disciplinamento de populações precarizadas, racializadas e territorialmente segregadas. Nesse quadro, a repressão deixa de ser um efeito colateral da política de segurança para se tornar uma estratégia deliberada de governo, voltada à administração punitiva da pobreza e da exclusão social.

Aplicada ao contexto amazônico, essa leitura permite compreender que a intensificação das operações policiais não apenas responde a questões criminais locais, mas integra um modelo mais amplo de gestão da ordem social, no qual territórios marcados por desigualdades históricas, conflitos fundiários e economias ilícitas são governados prioritariamente por meio

da força, da vigilância e da repressão, com efeitos diretos sobre o cotidiano e o sofrimento dos trabalhadores da segurança pública.

No contexto brasileiro, essas questões assumem contornos particulares, produzindo um descompasso persistente entre a intensificação das demandas dirigidas às instituições policiais e a limitada capacidade estrutural do sistema de justiça penal de enfrentá-las. Conforme aponta Adorno (2008), a expansão das expectativas sociais em torno da atuação policial ocorre sem o correspondente fortalecimento institucional, resultando em práticas marcadas pela sobrecarga, pela improvisação e pela recorrência de operações de grande visibilidade pública, mas de baixa eficácia estrutural no enfrentamento das causas profundas da criminalidade.

As operações interestaduais e de grande porte, como aquelas realizadas na Amazônia paraense, revelam articulações complexas entre diferentes níveis do Estado e indicam esforços de coordenação repressiva diante da atuação de facções criminosas e redes ilegais transnacionais. Entretanto, apesar da expressiva quantidade de mandados cumpridos, prisões efetuadas e apreensões realizadas, esses resultados operacionais permanecem limitados no enfrentamento de fatores estruturais como desigualdades territoriais, ausência histórica do Estado em áreas periféricas e precariedade das políticas sociais.

A análise das operações evidencia que, para além da produtividade numérica frequentemente mobilizada como indicador de sucesso institucional, existe um custo subjetivo e emocional sistematicamente imposto aos policiais. Como observa Kant de Lima (1999), a ação policial se desenvolve em um campo atravessado por ambivalências institucionais, moralidades seletivas e pressões contraditórias, que moldam tanto as práticas quanto as subjetividades policiais. Assim, se por um lado as operações reafirmam simbolicamente a presença do Estado, por outro expõem sua fragilidade estrutural ao depender de ações repressivas episódicas, sem políticas consistentes de suporte, proteção e cuidado aos trabalhadores da segurança pública.

Ao articular sofrimento psíquico, cultura organizacional, modelos de policiamento, risco e território, este capítulo demonstra que o adoecimento mental no trabalho policial não pode ser compreendido como resultado de fragilidades individuais ou de eventos isolados. Trata-se, antes, de um processo socialmente produzido, inscrito em arranjos institucionais, políticos e simbólicos que estruturam o cotidiano do trabalho policial, principalmente em contextos marcados por desigualdades territoriais e intensificação da violência, como o da Amazônia paraense. Essa construção teórica fornece o arcabouço analítico que orienta a análise empírica desenvolvida no capítulo seguinte, no qual se examinam os fatores de risco psicossociais no trabalho da Polícia Civil do Estado do Pará.

CAPÍTULO 3 – FATORES DE RISCOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO

Os riscos psicossociais no trabalho constituem um conjunto de condições organizacionais, sociais e relacionais que podem afetar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. Tais riscos decorrem, muitas vezes, de práticas laborais centradas em metas inatingíveis, sobrecarga de funções, assédio moral, insegurança profissional, ausência de reconhecimento e fragilidade dos vínculos sociais no ambiente organizacional.

Segundo o relatório do Ministério da Saúde (2019), os fatores psicossociais de risco podem ser classificados em três grandes grupos: 1) condições organizacionais adversas (excesso de trabalho, controle excessivo, baixa participação nas decisões); 2) violência e assédio no local de trabalho; e 3) insegurança quanto à estabilidade e ao futuro profissional. A permanência desses fatores resulta em desgastes progressivos que se manifestam em adoecimentos mentais, sofrimento psíquico, transtornos de ansiedade, depressão e até mesmo suicídio.

A Portaria nº 1.419/2024, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atualizou a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), incorporou explicitamente os fatores ergonômicos e psicossociais, como assédio moral, sobrecarga de trabalho, insegurança no emprego e relações interpessoais prejudiciais ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), estabelecendo diretrizes para sua identificação e controle. A atualização dialoga com pressões e recomendações internacionais, principalmente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), no sentido de fortalecer a proteção à saúde mental dos trabalhadores. Além disso, a norma determina que as organizações mapeiem, avaliem e intervenham sobre esses fatores, exigindo a consulta direta aos trabalhadores quanto à percepção dos riscos no ambiente trabalhista.

Vale ressaltar que a Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024, não se aplica exclusivamente ao setor privado. Seu alcance abrange todas as organizações que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), incluindo entidades da administração pública direta e indireta que mantenham vínculos celetistas, não se aplicando, contudo, aos servidores estatutários (Brasil, 2024).

No caso da Polícia Civil do Estado do Pará, cujos servidores são majoritariamente estatutários e regidos por regime jurídico próprio, os dispositivos da NR-1 não incidem automaticamente. Essa condição evidencia uma lacuna institucional relevante. A incorporação sistemática dos fatores psicossociais ao gerenciamento de riscos no serviço público poderia constituir referência importante para a formulação de políticas voltadas à saúde mental desses

trabalhadores, alinhando-se às diretrizes internacionais de prevenção ao sofrimento psíquico no trabalho.

Contudo, a efetividade de qualquer política normativa depende também da superação de um imaginário social e institucional que constrói o policial como sujeito naturalmente forte, resistente e emocionalmente invulnerável. Como discutido anteriormente a partir de Alves (2023), o “ser policial” é frequentemente associado à capacidade de enfrentar a morte e demonstrar firmeza inabalável, representação que contribui para silenciar fragilidades e naturalizar o desgaste emocional como parte intrínseca da função. Essa narrativa heroica obscurece a dimensão trabalhista da atividade policial: o policial é, antes de tudo, trabalhador inserido em um regime organizacional específico, submetido à exposição cotidiana à violência, assédios moral e sexual, medo constante de morrer ou de matar, perda de colegas de trabalho, pressão institucional e estigmatização quando manifesta sinais de sofrimento — como no caso da entrega da arma para tratamento médico. Assim, não é o regime de contratação que determina o adoecimento, mas o processo concreto de trabalho e as condições institucionais que estruturam a experiência cotidiana desses profissionais.

3.1 Os 12 fatores de Risco Psicossocial (NR-1)

A recente reformulação da NR-01 pelo Ministério do Trabalho e Emprego incorporou formalmente os fatores psicossociais ao processo de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), reconhecendo que o adoecimento mental no trabalho não decorre apenas de riscos físicos ou ergonômicos, mas também de dimensões subjetivas e relacionais. A norma estabelece doze fatores psicossociais que devem ser mapeados e geridos pelas organizações.

Na próxima página apresentamos a Tabela 5 que sistematiza os 12 fatores de risco psicossociais definidos pelo guia da NR-1, com o objetivo de subsidiar a análise do ambiente de trabalho policial e os impactos potenciais à saúde mental dos agentes.

Tabela 5 - Fatores de Risco Psicossocial no Ambiente de Trabalho, NR-1.

Fator de Risco Psicossocial	Descrição
Carga de trabalho elevada	Volume excessivo de tarefas ou prazos curtos para sua realização.
Ritmo de trabalho intenso ou repetitivo	Exigência de velocidade constante ou tarefas monótonas.
Demandas emocionais	Contato frequente com situações de sofrimento, violência ou necessidade de contenção emocional.
Falta de autonomia	Impossibilidade de tomar decisões ou influenciar a forma como o trabalho é feito.
Conflitos de valores	Dilemas éticos, como trabalhar em desacordo com seus próprios princípios.
Baixo reconhecimento e recompensa	Falta de valorização financeira, simbólica ou institucional pelo trabalho realizado.
Insegurança no trabalho	Medo de demissão, instabilidade contratual ou ausência de garantias.
Assédio moral e violência organizacional	Situações de humilhação, intimidação ou ameaças dentro da equipe ou por superiores.
Precarização das relações sociais no trabalho	Isolamento, competição excessiva ou fragilidade do apoio social entre colegas e chefias.
Desequilíbrio entre esforço e recompensa	Quando os altos níveis de esforço exigidos não são compensados por reconhecimento ou retorno adequado.
Falta de participação nas decisões	Excluir trabalhadores dos processos que afetam diretamente suas atividades e bem-estar.
Ambiguidade ou conflito de papéis	Incerteza sobre responsabilidades ou exigências contraditórias no exercício da função.

Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaborado pelo autor (2025).

Nesse contexto, a Tabela 5 demonstra que reconhecer formalmente os fatores psicossociais como componentes do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a Portaria MTE nº 1.419/2024 inaugura uma nova perspectiva na política de saúde trabalhista. Entretanto, o reconhecimento normativo ainda precisa enfrentar a complexidade concreta dos sofrimentos vividos por amplas parcelas da classe trabalhadora. Para além dos marcos legais e das diretrizes institucionais, os dados empíricos apontam para o aprofundamento de uma crise silenciosa: o avanço acelerado dos transtornos mentais como causa de afastamentos laborais no setor privado.

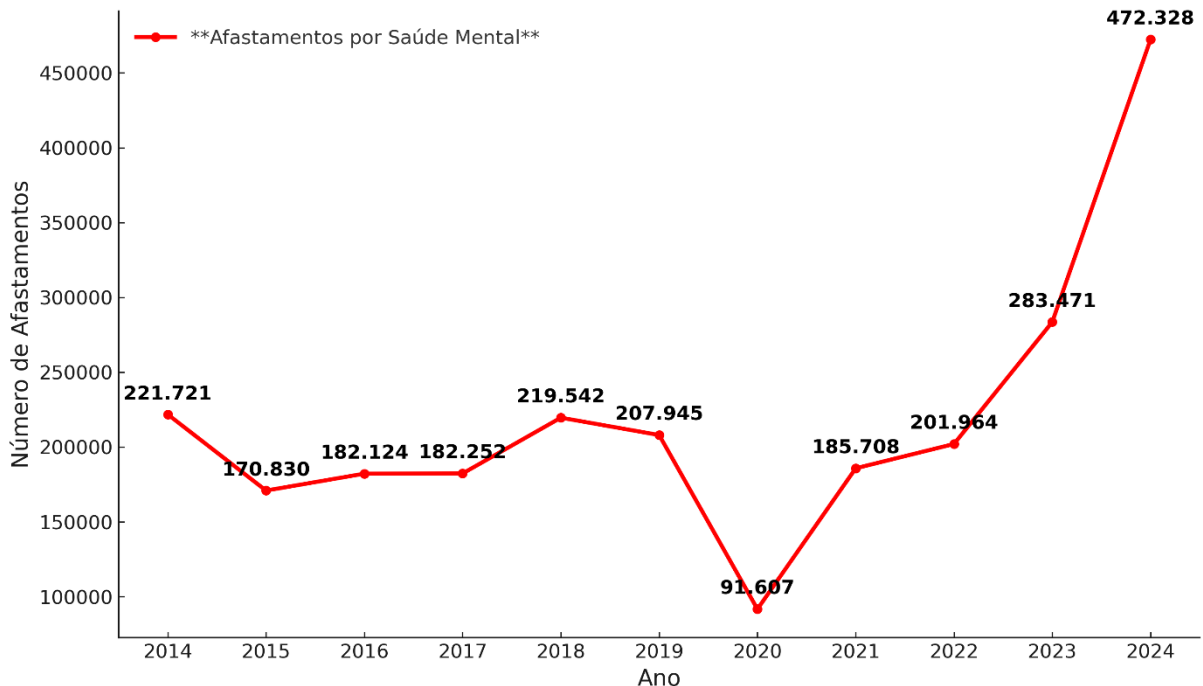
É com base nessa constatação que se introduz o próximo tópico, dedicado a analisar o crescimento expressivo dos afastamentos por causas psíquicas entre os trabalhadores celetistas. De acordo com o relatório do Ministério da Previdência Social, que cobre o período de 2014 a

2024, o Brasil atravessa uma crise de saúde mental sem precedentes, com impactos diretos sobre a força de trabalho formal.

3.1.1 A crise de Transtornos Mentais na Classe Trabalhadora Celetista

De acordo com o relatório produzido pelo Ministério da Previdência Social sobre afastamento do trabalho no setor privado – 2014 a 2024, o Brasil passa uma crise de saúde mental nunca visto na história da vida dos trabalhadores. O adoecimento mental no trabalho é um fenômeno crescente e reconhecido no sistema previdenciário (INSS) fazendo com que o governo federal implementasse medidas mais rígidas com intuito de diminuir os efeitos do fenômeno trabalho-saúde-adoecimento. Dessa forma, o Ministério do Trabalho anunciou a atualização da Norma Reguladora nº 1 (NR 1), que é a norma com as diretrizes sobre saúde no ambiente do trabalho. Agora, o tema passa a ser fiscalizado nas empresas e pode, inclusive, render multa. Acompanhe a Figura 2 do gráfico abaixo:

Figura 2 - Evolução dos Afastamentos por Saúde Mental - INSS (2014-2024)



Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaborado pelo autor (2025).

De acordo com a Figura 2, entre 2020 e 2024, os afastamentos por transtornos mentais concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cresceram de forma alarmante, passando de 91.607 para 472.328 casos, um aumento acumulado de 415,5%. O menor número

ocorreu em 2020, ano inicial da pandemia de COVID-19, período marcado por subnotificações e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Nos anos seguintes, houve aumentos progressivos: 102,7% (2021), 8,8% (2022), 40,4% (2023) e 66,6% (2024), refletindo os efeitos acumulados da pandemia, a precarização das condições de trabalho e o crescimento do adoecimento psíquico. Esse avanço revela tanto o agravamento dos riscos psicossociais no trabalho quanto o fortalecimento institucional do reconhecimento do sofrimento mental como causa de afastamento.

Em consonância com a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que passou a incluir formalmente os fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, torna-se essencial compreender os diagnósticos mais frequentes associados a esses afastamentos. Informo que esse tema sobre afastamento por transtorno mental será discutido mais adiante envolvendo os policiais civis. A seguir, apresenta-se a Tabela 6, com os principais transtornos mentais responsáveis pelas concessões de benefício em 2024.

Tabela 6 - Afastamentos do trabalho por diagnóstico, INSS (2024)

Diagnóstico	Nº de afastamentos (2024)
Transtornos ansiosos	141.414
Depressão	113.604
Depressão recorrente	52.627
Transtorno bipolar	51.314
Reações ao estresse grave e transtornos de adaptação	20.873
Vício em drogas	21.498
Esquizofrenia	14.778
Alcoolismo	11.470
Vício em cocaína	6.873
Psicoses	(sem valores)

Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaborado pelo autor (2025).

A Tabela 6 apresenta os diagnósticos predominantes nos afastamentos por saúde mental registrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no ano de 2024. Observa-se que os transtornos ansiosos constituem a principal causa de afastamento, com 141.414 casos, seguidos por quadros depressivos (113.604) e depressão recorrente (52.627). Em conjunto, essas três categorias totalizam mais de 300 mil afastamentos, revelando o peso dos transtornos afetivos no adoecimento psíquico da população economicamente ativa. Outros diagnósticos com destaque incluem o transtorno bipolar (51.314) e os transtornos relacionados ao uso de substâncias, como vício em drogas (21.498), alcoolismo (11.470) e vício em cocaína (6.873),

os quais indicam uma dimensão psicossocial muitas vezes negligenciada nas práticas organizacionais e nos programas de promoção à saúde.

Ainda que os dados reflitam o contexto geral do mercado de trabalho brasileiro, sua relevância se aumenta quando considerados os vínculos entre esses diagnósticos e as dinâmicas laborais contemporâneas. Os transtornos de ansiedade e depressão, por exemplo, estão fortemente associados à intensificação do trabalho, à pressão por metas e ao enfraquecimento dos laços coletivos no ambiente organizacional, condições recorrentes nos serviços públicos e nas corporações policiais. A incidência de transtornos relacionados ao estresse e à adaptação (20.873) também corrobora essa leitura, sugerindo que mudanças abruptas, como reestruturações, falta de previsibilidade e precarização do vínculo institucional, atuam como gatilhos para o sofrimento mental. Em conjunto, esses dados estatísticos evidenciam a complexidade do adoecimento psíquico vinculado ao trabalho e reforçam a necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam os fatores psicossociais de risco, mas que intervenham sobre as raízes organizacionais e subjetivas do sofrimento.

3.2 Fatores de Risco Psicossocial no Trabalho Policial

A análise desenvolvida nos itens 3.1 e 3.1.1 permitiu situar os riscos psicossociais no trabalho no interior de um processo mais amplo de reorganização das formas de gestão do trabalho e da vida trabalhista, marcado pela intensificação dos controles, pela ampliação das exigências de desempenho e pela crescente responsabilização individual pelo adoecimento. No entanto, quando deslocado para o campo da segurança pública, esse quadro adquire contornos específicos, uma vez que o trabalho policial se estrutura em um espaço institucional atravessado por relações de poder, hierarquias rígidas e dispositivos permanentes de vigilância e normalização.

Nesse campo, o sofrimento psíquico não surge apenas como efeito colateral das condições objetivas de trabalho, mas como resultado de uma racionalidade institucional que governa os corpos, regula as condutas e produz disposições subjetivas orientadas à resistência à dor, ao silenciamento da vulnerabilidade e à naturalização do risco. É a partir desse enquadramento que se insere o item seguinte, no qual os fatores de risco psicossociais no trabalho policial são tratados não como categorias previamente dadas, mas como construções analíticas derivadas do material empírico produzido por esta pesquisa.

A articulação entre documentos institucionais, entrevistas em profundidade com policiais civis e gestores e os dados da enquete aplicada à instituição policial, conforme apresentado no capítulo metodológico, permite apreender como esses riscos se manifestam

simultaneamente no plano estrutural da organização do trabalho e no plano das experiências subjetivas, revelando os mecanismos pelos quais o sofrimento é produzido, gerido e, frequentemente, invisibilizado no interior da Polícia Civil do Pará. Entre esses mecanismos, destaca-se a exposição permanente à violência letal, seja na condição de agentes que operam o uso da força, seja na condição de trabalhador continuamente vitimado por um contexto de insegurança extrema.

É nesse ponto que a análise da letalidade e da vitimização policial se torna central para a compreensão dos riscos psicossociais do trabalho policial.

3.2.1 Letalidade e vitimização policial

A letalidade policial e a vitimização dos agentes configuram dimensões estruturantes do trabalho policial contemporâneo e operam como importantes produtores de risco psicossocial. Longe de se restringirem a episódios excepcionais, essas experiências associam o cotidiano de trabalho dos policiais civis, atravessando tanto as práticas operacionais quanto as formas de sociabilidade institucional. A exposição reiterada à morte seja na condição de agente que exerce a força letal, seja como trabalhador permanentemente ameaçado pela violência, produz efeitos cumulativos sobre a subjetividade policial, afetando a percepção de segurança, o sentido atribuído ao trabalho e as possibilidades de elaboração psíquica do risco. Nesse contexto, a violência deixa de ser apenas um elemento externo à atividade policial e passa a constituir um princípio organizador do próprio trabalho, conformando disposições subjetivas marcadas pela vigilância permanente, pelo endurecimento emocional e pelo silenciamento do sofrimento.

Conforme analisa Kant de Lima (1999), o sistema jurídico-policial brasileiro opera a partir de lógicas hierarquizadas e desiguais de produção da legalidade, nas quais a polícia ocupa uma posição ambígua: simultaneamente agente da lei e atuante em contextos marcados pela suspensão prática de direitos. Essa ambiguidade institucional contribui para a normalização do uso da força letal em determinados territórios e contra determinados grupos sociais, ao mesmo tempo em que expõe os próprios policiais a riscos físicos, morais e jurídicos permanentes. Nesse cenário, a morte seja a do outro, seja a própria, passa a integrar o horizonte cotidiano do trabalho policial.

A tese de Oliveira Neto (2020) aprofunda essa compreensão ao demonstrar que a letalidade policial é socialmente produzida a partir da articulação entre valores institucionais, organização do trabalho, trajetórias individuais e sociabilidades marcadas pela violência. Ao analisar a experiência concreta dos policiais no Estado do Pará, o autor analisa que a prática letal não se restringe ao momento da ação policial, mas produz efeitos duradouros sobre quem

a exerce, desencadeando sentimento de culpa, dessensibilização emocional, medo permanente e sofrimento psíquico. A letalidade, nesse sentido, constitui-se como fator estruturante do adoecimento mental no trabalho policial.

Um dos achados centrais do artigo é a identificação dos efeitos subjetivos da ação letal sobre os próprios policiais. Oliveira Neto (2020) demonstra que matar ou viver sob a expectativa constante de matar, produz marcas psíquicas duradouras, frequentemente invisibilizadas pela instituição. Em um dos relatos analisados, o autor demonstra que o adoecimento mental precede, e não sucede, os episódios mais extremos de violência, indicando que o sofrimento psíquico é parte constitutiva da trajetória profissional: “os primeiros sinais do adoecimento se deram muito antes do brutal acontecimento, quando o policial já vivia em estado de alerta permanente, com insônia, medo e pensamentos de perseguição” (Oliveira Neto, 2020, p. 261). Esse dado é particularmente relevante para esta tese, pois reforça a compreensão de que o adoecimento mental não surge como evento pontual, mas como processo cumulativo associado às condições de trabalho e à exposição contínua à violência.

Além disso, Oliveira Neto (2020) evidencia que a cultura institucional policial dificulta a elaboração desse sofrimento, ao exigir do agente uma postura permanente de força e autocontrole. Em um trecho emblemático, o autor relata o depoimento de um policial que, já em sofrimento avançado, afirmava: “chorava escondido, porque era policial e não podia mostrar fraqueza a ninguém” (Oliveira Neto, 2020, p. 261). Essa narrativa dialoga diretamente com o eixo central desta pesquisa, ao revelar como a cultura organizacional não apenas silencia o sofrimento, mas a empurra para o plano privado, impedindo a busca por ajuda institucional e aprofundando o isolamento emocional.

A tese de Oliveira Neto (2020) também analisa a precariedade do apoio institucional após ocorrências letais. Segundo o autor, policiais envolvidos em mortes são atendidos “de forma esporádica, sem acompanhamento sistemático ou registro institucionalizado”, sendo a letalidade tratada como “apenas mais um problema entre tantos outros” no cotidiano das corporações (Oliveira Neto, 2020, p. 279). Essa ausência de cuidado estruturado contribui para a cronificação do sofrimento psíquico e ajuda a explicar por que muitos policiais desenvolvem quadros graves de adoecimento mental, incluindo ideação suicida.

Dessa forma, a contribuição de Oliveira Neto (2020) dialoga diretamente com a proposta desta tese ao evidenciar que a letalidade policial e a vitimização dos agentes não são apenas problemas de segurança pública, mas também questões centrais de saúde mental no trabalho policial. Ao revelar as experiências subjetivas dos policiais envolvidos em ações letais, o autor expõe os limites de um modelo institucional que naturaliza a violência, silencia a dor e falha

em oferecer suporte psicossocial adequado. Essa análise reforça a necessidade de compreender o adoecimento mental dos policiais civis do Pará como fenômeno estrutural, produzido na intersecção entre violência, cultura organizacional e ausência de políticas efetivas de cuidado.

A reportagem *Homens de farda não choram*, publicada pela Agência Pública em 20 de fevereiro de 2019, apresenta um conjunto de depoimentos e dados que revelam a dimensão silenciosa do adoecimento psíquico entre policiais militares no Brasil. O título já sintetiza um imperativo cultural: “treinados para não revelarem suas próprias dores, policiais militares de todo o país enfrentam números explosivos de transtornos mentais e suicídios sem quase nenhum apoio da corporação” (Agência Pública, 2019, grifo nosso). Essa formulação aponta para a gênese de um sofrimento que não é apenas resultado da violência externa enfrentada no trabalho policial, mas também da cultura interna que criminaliza a expressão da dor.

Um dos relatos que traduz essa cultura interna das instituições policiais é o da filha de um policial militar de Santa Catarina que, após 20 anos de serviço, cometeu suicídio. Segundo a filha, o pai nunca falou sobre depressão ou sofrimento emocional, apesar de, nos últimos anos de vida, apresentar sinais claros de desestruturação subjetiva: “Ele nunca falou sobre isso [depressão]” e “a polícia também nunca tirou ele da rua, mesmo sabendo das situações” (Agência Pública, 2019). Esse tipo de narrativa ilustra como o sofrimento é velado não apenas pelo próprio agente, mas por uma organização que falha em reconhecer e responder às necessidades psíquicas de seus trabalhadores.

Quando se cruza essa reportagem com a tese de Oliveira Neto (2020), encontra-se convergência analítica: tanto as vozes jornalísticas quanto os dados etnográficos apontam que o adoecimento mental entre policiais surge de uma exposição prolongada à violência institucionalizada, gerando estados de ansiedade, medo persistente e tensão acumulativa. Oliveira Neto (2020) demonstra que, em contextos como o Pará, o treinamento profissional e a rotina de confronto intenso tornam habitual o estado de alerta permanente e que, em muitos casos, esses estados precedem eventos extremos, como homicídios ou suicídio: “os primeiros sinais do adoecimento se deram muito antes do brutal acontecimento, quando o policial já vivia em estado de alerta permanente, com insônia, medo e pensamentos de perseguição” (Oliveira Neto, 2020, p. 261). Quando articulado com o material jornalístico, percebe-se que *o policial que não “chora” intrinsecamente está adoecendo em silêncio*, porque a instituição não oferece mecanismos de escuta e cuidado válidos.

A reportagem também leva a compreender que a invisibilidade dos dados oficiais e a resistência das corporações em fornecer informações sobre suicídios e transtornos mentais tornam-se parte do problema estrutural. Ao longo de dois meses de levantamento, a Agência

Pública enviou mais de 50 pedidos de acesso à informação a secretarias estaduais, e constatou que, mesmo entre os poucos estados que responderam, há registros significativos de suicídios e de afastamentos por transtornos mentais; em alguns casos, dezenas de policiais militares se mataram em uma década, e milhares foram afastados por transtornos psíquicos (Agência Pública, 2019). Esse vácuo institucional na elaboração de dados acaba por reforçar o silêncio, pois se “não há números”, o problema parece não existir e, sem visibilidade, não há políticas públicas efetivas.

Essa articulação entre os dados qualitativos da reportagem e a tese de Oliveira Neto (2020) revela que o sofrimento psíquico experimentado por policiais não é apenas um efeito secundário da violência, mas um fenômeno socialmente produzido e institucionalmente sustentado. A cultura de invulnerabilidade e o reconhecimento tardio ou insuficiente do sofrimento contribuem para que políticas de cuidado permaneçam fragmentadas ou inoperantes, mesmo diante de evidências claras de impacto psicológico grave. Assim, a reportagem jornalística *Homens de farda não choram* (2019) não apenas ilustra empiricamente o sofrimento descrito por Oliveira Neto (2020), mas também reforça a necessidade de reinterpretar a letalidade policial e a saúde mental dos agentes como parte de uma mesma engrenagem institucional — um ponto central da sua tese sobre sofrimento psíquico e políticas institucionais na Polícia Civil do Pará.

A análise da letalidade policial, da vitimização de agentes da segurança pública e da ocorrência de chacinas no Estado do Pará revela que esses fenômenos não podem ser compreendidos de forma isolada. Ao contrário, trata-se de expressões distintas, porém articuladas, de uma mesma gramática da violência que estrutura a política de segurança pública em contextos marcados por desigualdades territoriais, conflitos armados e fragilidade institucional. Essa lógica produz mortes, sofrimento e medo tanto entre os grupos historicamente vulnerabilizados quanto entre os próprios agentes do Estado encarregados do exercício da força legítima.

A letalidade policial, conforme demonstrado ao longo deste capítulo, insere-se em um modelo de segurança pautado na lógica do confronto e da guerra ao inimigo interno. No Pará, essa lógica se expressa em patamares elevados de mortes decorrentes de intervenção policial. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025 (dados de 2024), o estado registrou 606 mortes por intervenção policial em 2024, frente a 537 em 2023, com aumento da taxa de 6,2 para 7,0 por 100 mil habitantes (+12,2%). A desagregação por corporação evidencia assimetria significativa: em 2024, a maior parcela dessas mortes foi atribuída à Polícia Militar (545 em serviço e 7 fora de serviço), enquanto a Polícia Civil aparece com 54 ocorrências em

serviço e ausência de registro fora de serviço no período. No plano comparativo, o Pará figura entre as maiores taxas do país, muito acima da média nacional, o que reforça a hipótese de que a letalidade não é episódica, mas componente estruturante de um modelo de policiamento orientado pela lógica do confronto.

Entretanto, essa dinâmica não se esgota na produção de mortes dirigidas à população. O mesmo modelo institucional que organiza a ação policial a partir do enfrentamento permanente produz efeitos internos sobre os próprios agentes. Se a letalidade expressa a face externa dessa política de segurança, a vitimização policial revela sua dimensão interna, evidenciando que o arranjo organizacional que legitima o uso intensivo da força também expõe os trabalhadores da segurança pública a riscos contínuos. Nessa perspectiva, a morte deixa de ser apenas um evento estatístico para tornar-se horizonte concreto da experiência profissional, moldando práticas cotidianas, percepções de risco e modos de subjetivação no interior das corporações.

Assim, letalidade e vitimização não constituem fenômenos dissociados, mas dimensões complementares de um mesmo modelo de policiamento. A lógica do confronto que estrutura a relação com a população também reorganiza as condições de trabalho dos próprios agentes, produzindo desgaste emocional, hipervigilância permanente e fragilidade dos mecanismos institucionais de cuidado. A violência, portanto, não se inscreve apenas na interação externa entre polícia e sociedade, mas atravessa a experiência subjetiva dos trabalhadores, consolidando um circuito no qual a produção da morte e a exposição ao risco se retroalimentam no interior do sistema de segurança pública.

3.2.2 Mortes Intencionais de Agentes de Segurança Pública no Pará

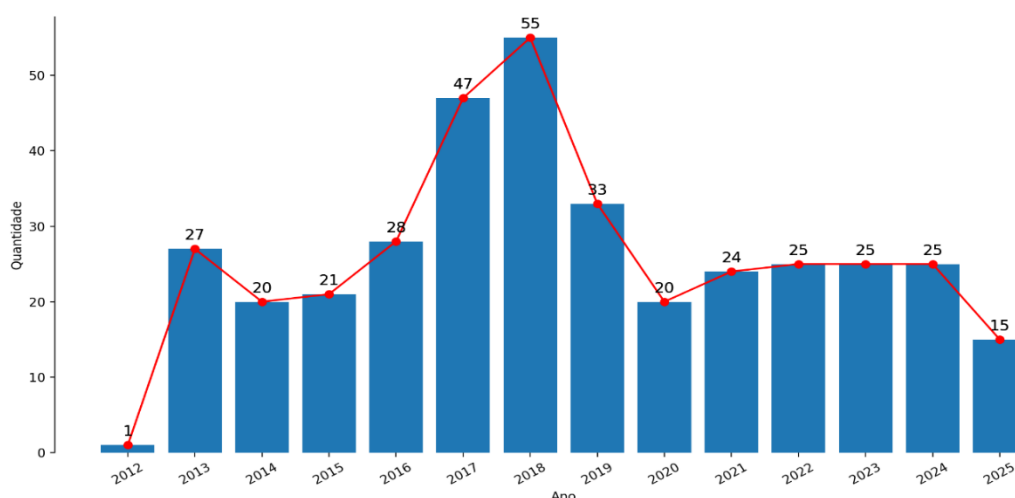
As mortes intencionais de agentes de segurança pública configuram uma das expressões mais contundentes da violência contemporânea no Brasil, sobretudo em contextos marcados por desigualdades territoriais, disputas criminais e fragilidades institucionais. No Estado do Pará, essa dinâmica assume contornos particulares, dada a combinação entre vasta extensão territorial, presença de economias ilegais e baixa capilaridade de políticas públicas de proteção ao trabalhador da segurança. Conforme argumenta Farias (2014), a gestão da violência estatal e paraestatal produz efeitos não apenas sobre as populações diretamente atingidas, mas também sobre os próprios agentes encarregados da manutenção da ordem, que passam a operar sob regimes permanentes de risco, medo e incerteza.

Nesse sentido, a vitimização letal de policiais deve ser compreendida como fenômeno estrutural, inscrito em um regime violento de controle social marcada pela desigualdade na produção da legalidade e na administração da vida e da morte (Kant de Lima, 1999). Estudos

recentes sobre vitimização policial indicam que a exposição contínua à morte — seja de civis, seja de colegas de farda, constitui de um fator importante de risco psicossocial no trabalho policial, com impactos diretos sobre a saúde mental dos agentes (Mello, 2021; Santos *et al.*, 2025).

Os dados apresentados na Figura 3 referem-se às Mortes Intencionais de Agentes de Segurança Pública no Estado do Pará, no período de 2012 a 2025, conforme registros oficiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP, 2026). Trata-se de um conjunto de informações que permite dimensionar a magnitude da violência dirigida a esses trabalhadores ao longo de mais de uma década, oferecendo base empírica para a análise da letalidade e da vitimização policial como fatores estruturantes do sofrimento psíquico no trabalho policial.

Figura 3 - Agentes de Segurança Pública Vítimas de Mortes Violentas Intencionais no Estado do Pará (2012-2025)



Fonte: SEGUP-PA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Figura 3 aponta que a letalidade contra agentes de segurança pública no Estado do Pará apresenta variações ao longo do período analisado, mas mantém-se como fenômeno persistente e estrutural. Do total de 366 mortes intencionais registradas até janeiro de 2026, 276 decorreram de homicídios e 90 de latrocínios, sendo a maioria das ocorrências registrada fora de serviço, o que reforça a ideia de que a condição policial extrapola os limites da jornada formal de trabalho e se estende à vida privada dos agentes. Essa característica da vitimização policial corrobora análises que apontam para a dissolução das fronteiras entre tempo de trabalho

e tempo de vida no exercício da função policial, ampliando a exposição contínua ao risco e ao medo (Mello, 2021; Santos *et al.*, 2025).

Verifica-se, a partir de 2013, uma inflexão ascendente nos registros de mortes de agentes de segurança pública, culminando em 2018, quando se atinge o ponto mais elevado da série histórica analisada. Tal movimento não pode ser interpretado como simples variação conjuntural, mas como expressão de uma reconfiguração estrutural das relações de poder no território, marcada pela intensificação das disputas criminais, pela expansão de organizações armadas e pela adoção de estratégias estatais centradas no confronto.

Nesse cenário, a letalidade assume caráter relacional, sendo produzida tanto pelas dinâmicas do crime organizado quanto pelas práticas de repressão e retaliação que atravessam as próprias instituições de segurança. Como observam Ramos, Miranda e Araújo (2024, p. 189), “restou evidenciado que as mortes de policiais militares de alguma forma dão causa às chacinas”, indicando a presença de ciclos de vingança que operam como mecanismos de reafirmação de autoridade e controle territorial.

Ao mesmo tempo, os autores destacam que “a participação de agentes públicos dificulta não só a investigação dessas mortes, como também a construção de indicadores oficiais sobre a criminalidade violenta da capital paraense” (Ramos; Miranda; Araújo, 2024, p. 189), o que revela uma dimensão ainda mais complexa do fenômeno: a imbricação entre violência ilegal e estruturas formais do Estado. Assim, o crescimento das mortes de agentes de segurança pública deve ser compreendido no interior de um campo de disputas em que fronteiras entre legalidade e ilegalidade se tornam porosas, produzindo um ambiente de militarização difusa, fragilidade investigativa e reprodução ampliada da violência.

3.2.3 As chacinas em Belém

As chacinas ocorridas em Belém entre 2014 e 2020 constituem um fenômeno central para compreender a dinâmica da violência urbana no Pará e sua articulação com a letalidade e a vitimização policial. Segundo Ramos, Miranda e Araújo (2024), no artigo *Chacinas de Belém: participação de grupos milicianos e de extermínio nos homicídios de Belém, Pará, Brasil*, tais eventos não se distribuem de forma aleatória no espaço urbano, nem podem ser lidos como episódios isolados; ao contrário, apresentam padrões territoriais e gatilhos recorrentes, indicando a existência de uma racionalidade organizada de produção da morte.

Um aspecto fundamental destacado pela literatura é a recorrente associação entre a morte de policiais militares e a deflagração de chacinas. Em diversos episódios analisados, a vitimização policial antecede diretamente execuções múltiplas, operando como elemento

catalisador de ações violentas de retaliação. Essa dinâmica revela que a morte do agente estatal não apenas produz luto institucional, mas desencadeia ciclos ampliados de violência, nos quais civis e policiais tornam-se simultaneamente vítimas de uma mesma racionalidade de morte (Ramos; Miranda; Araújo, 2024).

Esse processo é reforçado, como analisam Santiago, Chaves, Jatene e Ramos (2024), por narrativas midiáticas que estigmatizam as vítimas das chacinas, frequentemente associando-as a categorias morais de criminalização prévia, suspeição ou desvio. Ao naturalizar a morte de determinados grupos sociais e enquadrar as chacinas como respostas “esperadas” ou “compreensíveis” à violência, tais discursos contribuem para a legitimação simbólica dessas práticas e para o enfraquecimento da comoção pública diante das execuções múltiplas. Nesse sentido, o estigma opera como mecanismo que não apenas desumaniza as vítimas civis, mas também sustenta a continuidade de ciclos violentos articulados à lógica da segurança pública.

Essa leitura dialoga diretamente com as análises de Mello (2021), para quem a vitimização policial deve ser compreendida como um processo contínuo e estruturante da experiência profissional, e não como evento pontual. A morte de um policial reverbera no interior das corporações, produzindo medo, hipervigilância e sofrimento psíquico coletivo, ao mesmo tempo em que legitima práticas de violência extrema como forma de reafirmação da autoridade e do controle territorial. A seguir será apresentado a Tabela 7, que mostra a Relação das chacinas ocorridas em Belém, no período de 2014 a 2020.

Tabela 7 - Relação das chacinas ocorridas em Belém, no período de 2014 a 2020.

Ano	Bairro/Distrito	Nº de vítimas	Descrição sintética do episódio	Relação com vitimização policial
2014 (jan.)	Guamá e Cremação	6	Execuções em resposta à morte de dois policiais militares no bairro Jurunas	Retaliação após morte de PMs; atuação de grupo miliciano (“Irmãos de Farda”)
2014 (nov.)	Diversos bairros de Belém	11	“Grande Chacina de Belém”, após morte de policial da ROTAM, apontado como líder miliciano	Morte de PM como gatilho direto; envolvimento de policiais militares
2015 (mai.)	Outeiro	4	Execuções em via pública; autoria atribuída a policial militar	PM como autor direto do evento
2015 (out.)	Hospital particular (Belém)	—	Invasão armada para execução de suspeito ligado à morte de PM da ROTAM	Demonstração de poder e ousadia de grupos de extermínio
2016 (out.)	Jurunas	5	Ataque com 20 disparos; entre vítimas, suspeito de envolvimento em morte de PM	Retaliação simbólica e territorial
2017 (jan.)	Pedreira	30	Chacina atribuída ao grupo miliciano “M. da Pedreira”	Ocorreu após morte de PM da ROTAM
2017 (jan.)	Belém (diversos bairros)	29	Nova chacina em resposta à morte de policial militar da ROTAM	Letalidade policial como elemento desencadeador
2018 (abr.)	Região Metropolitana de Belém	—	Onda de homicídios após assassinato de três cabos da PM	Reação em cadeia à vitimização policial
2019 (mai.)	Guamá (Bar da Wanda)	11	Execuções com participação de policiais militares da ROTAM	PMs figuram como autores e réus
2020 (jan.)	Cabanagem	3	Execução em bar; entre as vítimas, um sargento da PM e sua esposa	Vitimização direta de agente de segurança pública

Fonte: Ramos; Miranda; Araújo (2024), RBSP; G1 Pará. Elaboração própria.

A Tabela 7 demonstra que as chacinas ocorridas em Belém entre 2014 e 2020 não se distribuem de forma aleatória no tempo nem no espaço urbano, mas seguem um padrão recorrente de desencadeamento associado à vitimização policial. Observa-se que, em grande parte dos episódios listados, a morte de policiais militares, principalmente vinculados a unidades táticas, figura como elemento antecedente direto ou simbólico das execuções coletivas.

Os dados sistematizados reforçam a análise de Ramos, Miranda e Araújo (2024), segundo a qual as chacinas operam como dispositivos de regulação violenta do território,

mobilizados tanto por grupos criminais quanto por milícias compostas ou articuladas com agentes das forças de segurança. Essa sobreposição entre legalidade e ilegalidade produz um cenário no qual a distinção entre autor e vítima da violência se torna difusa, colocando o policial simultaneamente como alvo e operador de práticas letais.

Colares, Sousa e Maia (2023), observam que, na Amazônia, “a expansão de múltiplas ilegalidades, combinada à fragilidade das capacidades institucionais do Estado, produz contextos em que a violência letal deixa de ser exceção e passa a estruturar as relações sociais e os mecanismos de controle territorial”. Nesse cenário, a recorrência de mortes violentas de civis ou de agentes de segurança pública, não pode ser compreendida como evento isolado, mas como expressão de uma racionalidade violenta que organiza disputas criminais e práticas institucionais. Essa dinâmica dialoga com a análise de Farias (2014), ao demonstrar que a gestão estatal da violência se realiza por meio da administração diferencial da vida e da morte, produzindo territórios nos quais a exposição à letalidade se torna parte constitutiva da experiência social e trabalhista.

Essa racionalidade violenta tem implicações diretas para o sofrimento psíquico dos policiais. A convivência cotidiana com chacinas, a morte reiterada de colegas e a expectativa permanente de retaliação contribuem para a construção de um ambiente organizacional marcado pelo medo, pela hipervigilância e pela naturalização da morte. Conforme aponta Oliveira Neto (2020), a experiência policial no Pará é atravessada por conflitos morais profundos, nos quais o agente é constantemente confrontado com a possibilidade de matar ou morrer, o que intensifica processos de adoecimento mental.

Nesse sentido, as chacinas não podem ser compreendidas apenas como eventos criminais de grande repercussão, mas como expressões extremas de um modelo de segurança pública que produz sofrimento, morte e silenciamento institucional de forma estrutural. Ao evidenciar a centralidade da vitimização policial como gatilho recorrente desses episódios, a análise da Tabela 7 reforça a hipótese central desta tese: o sofrimento psíquico no trabalho policial é inseparável de uma política de segurança fundada na letalidade, na exposição permanente ao risco e na gestão violenta dos territórios.

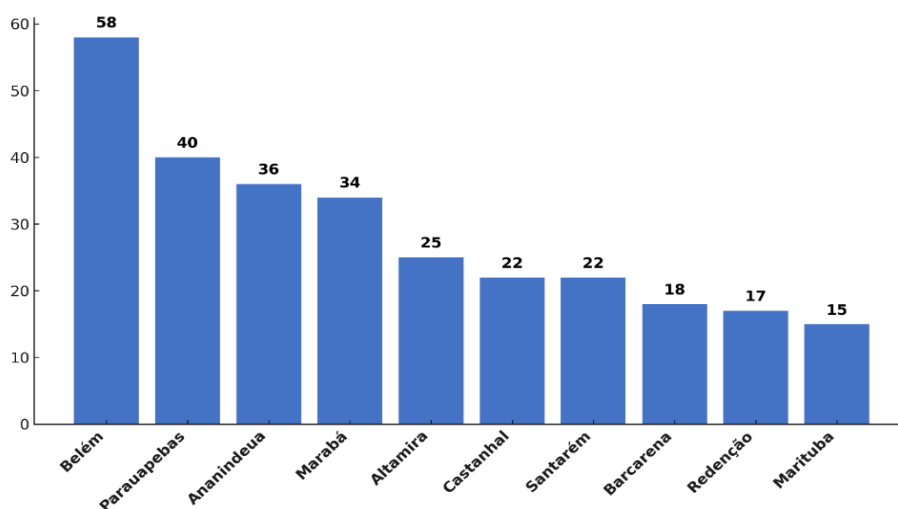
3.2.4 Municípios e cargos letais

Após a análise das mortes intencionais de agentes de segurança pública em escala estadual e dos episódios de chacinas ocorridos em Belém, torna-se necessário examinar como a vitimização letal se distribui espacialmente e institucionalmente no território paraense. A compreensão do risco psicossocial no trabalho policial exige considerar não apenas a magnitude

das mortes, mas também onde elas se concentram e quais perfis profissionais são mais atingidos.

Colares, Sousa e Maia (2023), argumentam que a dimensão territorial assume uma ação essencial na análise sociológica do trabalho policial no Pará. Como demonstram os estudos sobre violência na Amazônia, o exercício da função policial ocorre em contextos marcados por disputas territoriais, economias ilegais e fragilidade das capacidades estatais, o que aumenta a exposição dos agentes ao risco extremo e à vitimização letal. A Figura 2 apresenta, portanto, a distribuição das mortes de agentes da segurança pública nas dez cidades com maior incidência no estado entre 2012 e 2025, permitindo visualizar a geografia da violência dirigida aos trabalhadores da segurança. Na próxima página será apresentada a Figura 4 sobre as Mortes de Agentes da Segurança Pública do Pará nas 10 Cidades com Maior Incidência no Pará.

Figura 4 - Mortes de Agentes da Segurança Pública do Pará nas 10 Cidades com Maior Incidência no Pará (2012–2025)



Fonte: SEGUP-PA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Figura 4 evidencia que a letalidade de agentes da segurança pública no Pará se concentra em municípios estratégicos, com destaque para Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará, cinco dos dez municípios com maiores registros e integrantes da Região Metropolitana de Belém. Esse dado revela que a vitimização policial apresenta forte ancoragem metropolitana, estando associada à dinâmica urbana de conturbação, à circulação intensa de fluxos ilícitos e às disputas pelo controle de territórios periféricos densamente povoados.

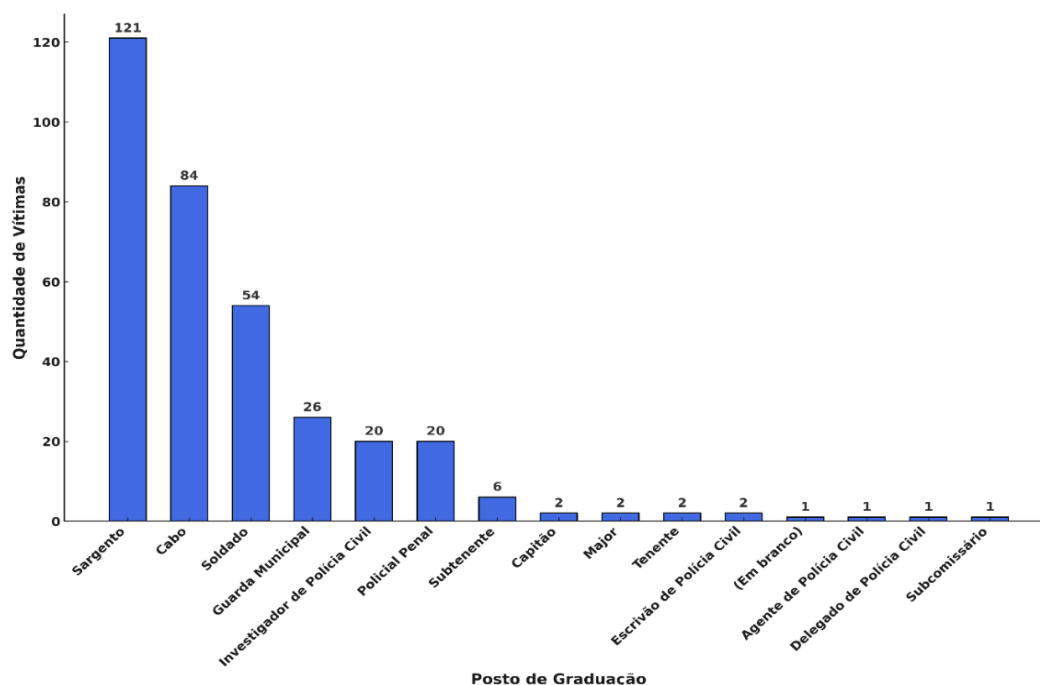
Embora também se verifiquem ocorrências relevantes em polos como Parauapebas e Marabá, vinculados a conflitos fundiários e economias extrativas, é na Região Metropolitana de Belém que se concentra estruturalmente a maior incidência de mortes de agentes. A vitimização policial, portanto, não se distribui de forma aleatória, mas acompanha os principais eixos de tensão urbana do estado, configurando-se como fenômeno territorialmente estruturado.

Essa configuração espacial dialoga com a hipótese principal desta tese: o sofrimento psíquico no trabalho policial é indissociável das condições concretas de atuação nos territórios. A exposição reiterada à violência, somada à percepção de fragilidade institucional e insuficiência de suporte organizacional, tende a produzir medo, sensação de vulnerabilidade e desgaste emocional, elementos que operam como vetores estruturantes do adoecimento mental entre os profissionais da segurança pública (Mello, 2021; Bassani, 2024).

Todavia, a dimensão territorial não esgota a análise. A vitimização letal também se distribui de maneira desigual no interior das próprias corporações, refletindo hierarquias institucionais, diferenciações funcionais e distintas formas de alocação do risco. A compreensão sociológica do trabalho policial exige, assim, examinar como o perigo é socialmente organizado e atribuído a determinados cargos, funções e postos de graduação.

Nesse sentido, a Figura 4 assume relevância adicional ao apresentar a distribuição das mortes violentas de agentes da segurança pública no Estado do Pará por cargo e função entre 2012 e 2025, permitindo identificar quais posições institucionais concentram maior exposição à violência letal e, conseqüentemente, aos fatores de risco psicossocial que atravessam o cotidiano do trabalho policial.

Figura 5 - Distribuição das mortes violentas de agentes de Segurança Pública no Estado do Pará, por Cargo, entre 2012 e 2025.



Fonte: SEGUP-PA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Figura 5 evidencia que a vitimização letal recai predominantemente sobre profissionais situados nas posições operacionais e nas bases hierárquicas das corporações. Observa-se maior incidência entre sargentos (121), cabos (84) e soldados (54), todos pertencentes à Polícia Militar, seguidos por guardas municipais (26), investigadores da Polícia Civil (20), policiais penais (20) e subtenentes (6).

A distinção entre carreiras militares e civis revela que a maior parte das mortes se concentra na estrutura militarizada da segurança pública, principalmente nos postos responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela atuação direta nas ruas. Essa predominância deve ser analisada à luz do próprio desenho institucional: a Polícia Militar possui efetivo significativamente superior ao da Polícia Civil no estado, além de desempenhar função preventiva e ostensiva, o que implica maior exposição cotidiana ao confronto armado.

Entretanto, ainda que numericamente inferiores, os registros envolvendo investigadores e outros cargos da Polícia Civil indicam que o risco letal não se restringe ao policiamento ostensivo. Ele também atravessa atividades investigativas, diligências externas e operações especializadas, revelando que a exposição à violência se distribui de forma diferenciada, mas estrutural, entre as distintas corporações.

Assim, a análise comparativa entre cargos militares e civis, quando ponderada pelo efetivo e pela natureza funcional de cada instituição, permite compreender que a vitimização policial não decorre apenas da posição hierárquica, mas da forma como o risco é institucionalmente alocado e territorialmente exercido no interior do sistema de segurança pública.

Essa desigualdade interna dialoga diretamente com a análise de Mello (2021), para quem a vitimização policial deve ser compreendida como um processo coletivo, cujos efeitos ultrapassam a vítima direta e reverberam simbolicamente sobre todo o grupo profissional. A morte de colegas de farda reforça a percepção permanente de ameaça, o sentimento de que “poderia ter sido comigo” e intensifica estados de hipervigilância, medo e sofrimento psíquico entre os policiais que permanecem em atividade.

Dejours (2015) e Bassani (2024) demonstram que, do ponto de vista da saúde mental, a exposição reiterada à morte de pares, associada à ausência de mecanismos institucionais robustos de cuidado e proteção, contribui para o agravamento de quadros de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e para o desejo de abandono da profissão entre policiais. A literatura sobre trabalho policial e adoecimento mental traduz que a vitimização letal não constitui apenas um risco físico, mas um fator central de desgaste emocional e de sofrimento ético no exercício do trabalho policial.

3.2.5 Pressão institucional e cobrança por produtividade

A pressão institucional vivenciada por policiais civis no Pará constitui um dos principais fatores de risco psicossocial no ambiente de trabalho, como revelado nas entrevistas. Essa pressão se materializa em uma cultura organizacional voltada à produtividade quantitativa, na qual o desempenho dos agentes (Escrivães e Investigadores) e autoridade policial (Delegados) é medido por indicadores como número de boletins registrados, mandados cumpridos e apreensões realizadas, desconsiderando-se as condições estruturais reais de trabalho. Um dos entrevistados revelou que:

A cobrança é muito grande. Não interessa se você está cansado, se está doente, se não tem viatura, se o sistema caiu. O importante é apresentar resultado. É boletim de ocorrência feito, é mandado cumprido, é apreensão. A chefia quer número para mostrar para a estatística, mas não vê que a gente trabalha no limite, sem estrutura, sem apoio. Aqui se cobra muito, mas não se oferece condição de trabalho. Parece que o importante é só apresentar estatística no final do mês. (Entrevistado 3, Delegada da PCPA, 2024).

Essa lógica produtivista, como aponta Dejours (2015), sustenta-se em uma gestão por metas que transforma o sofrimento em tabu, ao mesmo tempo em que desumaniza o trabalhador, subordinando seu valor à sua capacidade de rendimento. Bourdieu (1989) conceitua essa dinâmica como forma de violência simbólica institucionalizada: o agente internaliza a cobrança como responsabilidade individual, mesmo diante da precariedade estrutural.

As consequências psíquicas dessa lógica são ampliadas pela vigilância simbólica e pelas formas sutis de exclusão que recaem sobre aqueles policiais que não atendem às expectativas de desempenho. As narrativas dos policiais civis permitem observar, no plano empírico, os mecanismos de silenciamento do sofrimento analisados teoricamente no capítulo anterior. Como no trecho abaixo:

Quem não produz é malvisto, é excluído, começa a ser deixado de lado, sem acesso a informações ou missões importantes. Às vezes, a gente percebe que há uma pressão velada, tipo, se você não mostrar resultado, vai ficar apagado dentro da equipe. Isso cria um clima ruim, você trabalha não só com medo da rua, mas também com medo de perder espaço dentro da delegacia. (Entrevistado 7).

Nesse contexto, as dinâmicas de controle simbólico analisadas por Goffman (1988) permitem compreender como o poder institucional se exerce não apenas por mecanismos formais, mas pela internalização de expectativas normativas e pelo medo de sanções simbólicas no interior dos grupos profissionais. Trata-se de um dispositivo relacional que molda o comportamento dos trabalhadores por meio da vigilância entre pares e da autovigilância, sustentadas pela necessidade de preservar a “fachada profissional” diante dos colegas.

Ademais, o medo de demonstrar fragilidade compromete a possibilidade de autocuidado, bloqueando tentativas de buscar suporte psicossocial. A cultura institucional, centrada na virilidade e no heroísmo policial, desencoraja a expressão do sofrimento e reforça o silenciamento das dores psíquicas, como revela a fala abaixo:

Se a gente fala que está cansado ou desmotivado, dizem logo que estamos querendo encostar, que é corpo mole. Isso desanima. Você não pode demonstrar fraqueza, porque senão já olham com outros olhos, acham que você não serve mais para o serviço. Então a gente guarda tudo, vai engolindo, até não aguentar mais. (Entrevistado 5, investigador da PCPA, 2024).

Goffman (1988) denomina esse comportamento de manutenção da “fachada social”, em que o sujeito se vê obrigado a atuar segundo papéis normativos, mesmo em detrimento de sua saúde mental. Nesse mesmo sentido, Sennett (2009) observa que, no capitalismo

contemporâneo, a exigência permanente de desempenho e adaptação transforma o fracasso, a exaustão e o sofrimento em sinais de inadequação individual, deslocando para o trabalhador a responsabilidade por condições de trabalho estruturalmente extenuantes.

A pressão institucional, assim compreendida, é um vetor central do sofrimento psíquico coletivo na Polícia Civil do Pará. Ao legitimar uma lógica de reconhecimento baseada exclusivamente na produtividade, a instituição invisibiliza o sofrimento dos agentes, produzindo um ciclo de adoecimento sustentado por relações de poder simbólico, disciplinar e emocionalmente tóxicas.

3.2.6 Jornadas prolongadas e ritmos intensos de trabalho policial

O aumento das jornadas de trabalho e a precarização do tempo de descanso despontam como elementos estruturantes do sofrimento psíquico dos policiais civis do Pará. Essa dinâmica, segundo Dejours (2015), integra o que se convencionou chamar de "patologias da organização", isto é, modos de gestão que impõem metas irrealistas, sobrecarga contínua e negação da subjetividade. No âmbito da Polícia Civil, essa sobrecarga se expressa em escalas extenuantes, acúmulo de funções e ausência de pausas, sobretudo nas unidades do interior, onde a falta de efetivo agrava ainda mais esse cenário.

Um dos entrevistados lotado no interior do Estado sintetiza essa realidade ao afirmar:

Aquí, no interior, se um adocece, o outro tem que cobrir. Se o delegado tira férias, quem assume tudo é a gente. E não tem folga. Se você pede, ainda sai como preguiçoso. Já teve situação em que passei quase um mês sem descansar direito, acumulando função de escrivão, investigador e atendimento no plantão. A gente trabalha com medo de errar por exaustão, mas ninguém quer saber. O que importa é que o serviço funcione, mesmo que a gente esteja no limite físico e mental. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPA, 2024).

Essa lógica intensiva de trabalho opera como um mecanismo de controle que desregula os tempos sociais, familiares e de descanso, produzindo efeitos duradouros sobre o corpo e a mente dos trabalhadores. Como analisa Dejours (2015), nas organizações contemporâneas o controle do trabalho não se exerce apenas por normas explícitas ou sanções formais, mas pela interiorização de exigências de desempenho, disponibilidade permanente e resistência ao sofrimento, que passam a ser vividas como dever moral do trabalhador.

No caso das instituições policiais, essa dinâmica se manifesta pela naturalização da exaustão como prova de comprometimento profissional e lealdade institucional, convertendo o desgaste físico e psíquico em virtude simbólica. Como apontam Antunes e Praun (2015), o aumento da sobrecarga de trabalho e a corrosão dos tempos de vida produzem um processo

contínuo de adoecimento, frequentemente invisibilizado e legitimado pelas próprias culturas organizacionais. Essa percepção é compartilhada por um dos entrevistados que atua em Belém:

Mesmo na capital, o efetivo é pequeno e a demanda é enorme. Mas lá no interior é pior. Os colegas fazem plantão, diligência, relatório, tudo no mesmo dia e ainda têm que aguentar pressão da chefia. A gente vai enlouquecendo. Quando trabalhei em Altamira, por exemplo, éramos apenas três investigadores, um delegado e um escrivão para dar conta da instalação de Belo Monte. Fazíamos 24 horas de plantão direto e descansávamos em colchões no chão da delegacia, sem alojamento. O trabalho era exaustivo, sem estrutura mínima, e o contato constante com a violência só agravava o estresse. Essa sobrecarga, somada à ausência de apoio institucional contínuo, compromete a saúde mental e física de qualquer policial. (Entrevistado 10, Escrivã da PCPA, 2024).

Essa condição, de quase apagamento entre vida profissional e pessoal, pode ser compreendida à luz das análises de Sennett (2009) sobre a corrosão do caráter no capitalismo contemporâneo, em que a exigência permanente de desempenho fragiliza os vínculos subjetivos e compromete a continuidade das narrativas de vida. Ramalho e Santana (2004) e Antunes e Praun (2015) demonstram que a intensificação e a precarização do trabalho produzem desgaste físico e psíquico, afetando diretamente a saúde dos trabalhadores, essa dinâmica que se expressa de forma particularmente aguda no trabalho policial. Como ilustra outro relato:

Já perdi aniversário de filho, Natal com a família, tudo por causa do trabalho. A gente não tem direito a ter vida pessoal. Se você diz que não pode ir numa diligência fora de hora porque está com a família ou porque está exausto, já começam a dizer que você não é comprometido, que está com corpo mole. Isso pesa muito, porque além do cansaço, vem a culpa. Você começa a achar que está errado por querer descansar ou por tentar proteger sua saúde. É como se a dedicação ao trabalho tivesse que estar acima de qualquer coisa, até da própria vida. (Entrevistado 9 Investigador da PCPA, 2024).

Essa culpabilização do servidor, aliada à glorificação da resistência emocional, reforça a lógica de invulnerabilidade que, como observa Bassani (2024), compromete o acesso ao cuidado. A negação do sofrimento se torna critério de pertencimento, criando um ciclo de silenciamento e adoecimento.

Segundo Pinheiro, Musser e Melo (2023), a sobrecarga de trabalho e a falta de um suporte institucional adequado contribuem diretamente para o desenvolvimento de sintomas como ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Essa constatação se evidencia no depoimento de um dos entrevistados, que descreve a quantidade excessiva de horas trabalhadas:

Hoje, nossos policiais no interior do Estado estão trabalhando mais de 200 horas do que é estabelecido pela lei. Trabalham em uma escala de 7x7, quando não, 10x10. Isso significa que passam sete ou até dez dias consecutivos sem voltar para casa, sem ver

a família, sem descanso adequado. E quando voltam, às vezes já têm que se apresentar de novo por falta de efetivo. Não existe banco de horas, não existe compensação. O policial vira praticamente um servidor de plantão permanente, vivendo em função da demanda da delegacia, sem qualquer previsibilidade ou respeito ao limite físico e mental.” (Entrevistado 6, Delegada da PCPA, 2024).

O relato aponta para uma realidade preocupante: muitos policiais exercem suas funções sob uma carga horária que ultrapassa os limites legais, aumentando o desgaste físico e emocional. Essa sobrecarga compromete a capacidade de resposta dos profissionais frente às demandas do trabalho, além de reduzir o tempo disponível para descanso e recuperação. O estudo de Magalhães, Pantoja e Félix (2024) confirma essa questão ao analisar os impactos do estresse ocupacional na saúde mental dos policiais militares no Amapá. Os autores destacam que, além da exaustão física, a carga horária excessiva interfere na vida pessoal dos agentes, afetando seus relacionamentos familiares e sociais, além de gerar consequências para o desempenho profissional.

Outro fator relevante abordado na literatura é o regime de plantões prolongados. Conforme analisa Magalhães, Pantoja e Félix (2024), os policiais frequentemente enfrentam escalas de trabalho que impõem longos períodos de serviço ininterrupto, dificultando a recuperação mental e física entre um plantão e outro. Um dos entrevistados ilustra essa realidade ao relatar sua experiência no início da carreira:

Eu comecei trabalhando 20 por 10. O que é 20 por 10? 20 dias de trabalho corridos, onde tu ficas 20 dias na delegacia. Ai depois tu tem 10 dias de folga. Mas nesses 20 dias, tu não sai da unidade, tu dorme lá, tu vive lá. Não tem hora de descanso, é o tempo todo de plantão. E isso era considerado normal, como se fosse obrigação nossa. Ninguém perguntava se a gente aguentava ou não. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPA, 2024).

Lamego e Bassani (2022) analisam como essa dinâmica de trabalho revela um cenário de alta demanda e baixa capacidade de recuperação dos profissionais. Segundo os autores, regimes de trabalho extenuantes ampliam os riscos de transtornos psicológicos, na medida em que reduzem os períodos de descanso e impõem sobrecarga emocional contínua aos policiais, frequentemente expostos a situações de violência extrema. A exposição prolongada a esses fatores de estresse, sem intervalos adequados de recuperação, pode resultar em fadiga crônica e diminuição do desempenho cognitivo, comprometendo a capacidade de tomada de decisões no exercício da função.

Além da carga horária excessiva, a precariedade das condições de trabalho também é apontada como um fator determinante para o adoecimento psicológico dos policiais. Segundo Dejourns (2015), a falta de infraestrutura nas delegacias e a falta de recursos humanos

intensificam o sofrimento psíquico dos agentes de segurança. Esse problema é evidenciado no relato de um entrevistado que descreve a situação de isolamento em que trabalhava:

Eu passava sete dias na delegacia sozinho, nos outros sete dias tinham dois investigadores. Era só eu na delegacia com 14 presos de justiça, daquelas delegacias antigas. (Entrevistado 5, investigador da PCPA, 2024).

Esse depoimento retrata um cenário alarmante, no qual policiais são submetidos a condições adversas de trabalho, lidando com um número elevado de detentos sem o suporte adequado. A falta de efetivo policial é uma queixa recorrente entre os profissionais da área, conforme apontado por estudos como o de Magalhães, Pantoja e Félix (2024). A presença insuficiente de agentes compromete a segurança tanto dos policiais quanto dos próprios detentos, gerando um ambiente de vulnerabilidade e aumentando os riscos de violência dentro das unidades de custódia.

A exposição prolongada a essas condições de trabalho pode acarretar graves consequências psicológicas. Segundo Magalhães, Pantoja e Félix (2024), a vivência de situações de extremo estresse, aliada à ausência de suporte psicológico e institucional, pode levar ao desenvolvimento de transtornos psiquiátricos, incluindo Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). O estudo dos autores utiliza modelos matemáticos e estatísticos para analisar a relação entre a atividade policial e o impacto psicológico, demonstrando que a constante exposição a ambientes de alta tensão afeta diretamente a saúde mental dos agentes.

A falta de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e o suporte à saúde mental dos policiais é um dos grandes desafios enfrentados pelas corporações. Conforme apontam Lamego e Bassani (2022), o sofrimento psíquico entre os policiais não pode ser tratado de forma isolada, pois está intrinsecamente ligado à estrutura organizacional e às políticas de gestão da segurança pública. A ausência de programas de apoio psicológico, associada à cultura institucional de resistência ao adoecimento, dificulta a identificação e o tratamento precoce dos transtornos mentais entre os agentes.

Diante desse cenário, é essencial que sejam implementadas medidas voltadas para a melhoria das condições de trabalho dos policiais. Magalhães, Pantoja e Félix (2024) sugerem que a reformulação das escalas de trabalho e a ampliação do efetivo policial são estratégias fundamentais para reduzir a sobrecarga de trabalho e garantir maior qualidade de vida aos profissionais. Além disso, o fortalecimento de programas de apoio psicológico dentro das corporações pode contribuir significativamente para a prevenção e o tratamento de transtornos

mentais relacionados ao trabalho. Veja o depoimento desse delegado sobre a forma que trabalha nas delegacias do interior, ele diz:

[...] trabalhei um ano sem folga, porque eu trabalhava de segunda a sexta e morava na delegacia, sexta noite, sábado e domingo eu ficava de sobreaviso, às vezes por três cidades, então eu trabalhei um ano sem folga, porque sobreaviso não é folga, eu só conseguia dormir quando bebia uma cerveja, fato muito parecido quando eu fui superintendente regional em Capanema, que foi três anos, 14, 15 e 16, lá o índice de estresse foi tão alto que eu cheguei a pesar mais de 90 quilos e bebia quase todo dia, eu recebia por dia mais de 200 ligações, que eu comandava 19 cidades, quase 200 servidores, então o nível de estresse era muito alto, muito alto mesmo. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024).

Essa sobrecarga de trabalho se agrava principalmente em delegacias do interior, onde o efetivo policial é reduzido e os profissionais precisam cobrir turnos exaustivos, acumulando funções administrativas e operacionais sem tempo suficiente para descanso. Esse cenário reflete a inadequação das normas de jornada de trabalho e a necessidade urgente de regulamentações mais rigorosas que garantam uma carga horária balanceada e que leve em consideração os impactos diretos na saúde mental dos profissionais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, estabelece a jornada de trabalho de 44 horas semanais, mas muitos policiais estão, de fato, submetidos a cargas superiores, o que agrava o desgaste físico e psicológico.

Ferreira e Dias (2022), reforça que a sobrecarga de trabalho está entre os principais fatores de desgaste mental e físico na carreira policial. O impacto desse acúmulo de funções pode ser observado na dificuldade de conciliar a vida pessoal e profissional, levando ao isolamento e a problemas nos relacionamentos familiares. Alguns policiais relataram que o estresse do trabalho os tornou mais irritadiços, afetando diretamente suas interações com cônjuges e filhos. Este aspecto, em conjunto com o desgaste físico, muitas vezes resulta em uma incapacidade de se desligar emocionalmente do trabalho, o que exacerba ainda mais o quadro de estresse crônico.

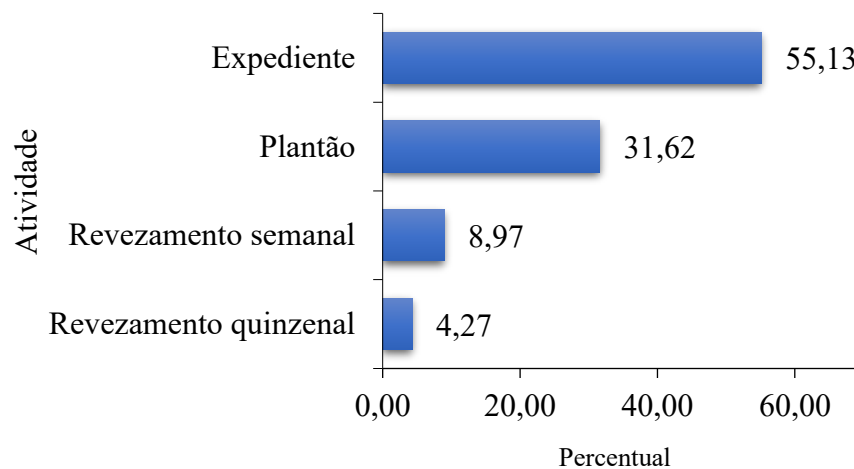
Para aprofundar a compreensão do tópico "*Jornadas excessivas de trabalho e sobrecarga*", esta seção apresenta uma análise integrada que articula os resultados da enquête realizada com 234 servidores da Polícia Civil do Estado do Pará, em 2023, com os depoimentos coletados em entrevistas qualitativas com 13 policiais civis. O objetivo foi evidenciar como a sobrecarga de trabalho se expressa tanto em dados quantitativos quanto nas experiências subjetivas dos profissionais da segurança pública no Pará.

Os resultados da enquête (2023) fornecem um panorama amplo das condições de trabalho, incluindo tipos de jornada, vínculos empregatícios e necessidade de complementação de renda. Já as entrevistas aprofundam a compreensão desses dados ao revelar os sentidos

vividos da rotina extenuante, das escalas irregulares, da ausência de descanso e do acúmulo de funções, principalmente no interior do estado.

Ao combinar essas duas fontes, busca-se produzir uma leitura sociológica mais densa e sensível à complexidade do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho policial. O que os números revelam de forma objetiva, os relatos ilustram com a intensidade da experiência vivida, fortalecendo a análise crítica sobre a precarização do trabalho policial na Amazônia Legal.

Figura 6 - Jornada de Trabalho de Policiais Civis do Pará, segundo a Enquete (2023).



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 6 apresenta o percentual de servidores (as) da Polícia Civil do Estado do Pará, no período de outubro de 2023, conforme o tipo de jornada de trabalho. Os dados indicam que 55,13% dos policiais civis atuam em regime de expediente regular, seguido por 31,62% que trabalham em plantões, 8,97% em revezamento semanal e 4,27% em revezamento quinzenal.

Apesar da maioria estar formalmente em regime de expediente, o número expressivo de servidores em plantão (quase um terço do total) revela a presença de jornadas irregulares e mais intensas, que frequentemente ultrapassam os limites legais de carga horária. Além disso, os revezamentos, embora minoritários, indicam a existência de escalas prolongadas com pouca previsibilidade de descanso, principalmente nas unidades do interior.

Esses dados corroboram os relatos das entrevistas realizadas com os policiais civis, que denunciam o acúmulo de funções, ausência de efetivo suficiente e jornadas exaustivas, elementos típicos de fatores de risco psicossocial. Como alerta o Entrevistado 2:

A gente trabalha de manhã, de tarde e de noite. Não tem fim de semana, não tem feriado. Muitas vezes, fazemos plantão de 24h e ainda somos chamados em casa porque não tem gente suficiente. Parece que a gente é máquina, não ser humano. É

plantão atrás de plantão, e quando alguém falta, o restante tem que dar conta. Já fiquei quase três dias direto no batente, só parando pra tomar banho e voltar. Isso afeta não só o corpo, mas a cabeça também. Tem hora que você esquece até que tem vida fora da delegacia. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024).

A análise reforça que a jornada de trabalho na Polícia Civil do Pará não apenas compromete o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, como se configura em fator central no processo de adoecimento psíquico dos servidores, como apontam autores como Dejours (2015) e Bassani (2024). A distribuição dos regimes de trabalho, evidenciada na figura 6, evidencia a sobrecarga estrutural enfrentada por parte significativa do efetivo, principalmente aqueles lotados fora da capital, onde os revezamentos e plantões são mais comuns e menos regulados. Por outro lado, surge um problema ainda maior com relação entre jornada de trabalho cansativa e renda complementar, principalmente para os policiais das categorias de investigadores e escrivães, acompanhe a tabela abaixo que faz parte da enquete.

Tabela 8 - Renda Complementar, Enquete (2023)

Além do seu horário de normal de trabalho, você tem renda complementar?	Quantidade	Percentual
Não tenho	109	46,58
Plantão remunerado	104	44,44
Diárias nas viagens	15	6,41
Tenho dois vínculos	6	2,56
Total	234	100,00

Fonte: Elaboração própria (2023).

A Tabela 8 apresenta a distribuição das respostas dos 234 policiais civis participantes da enquete quanto à realização de atividades de renda complementar além do horário regular de trabalho. Os dados revelam que 46,58% (n=109) dos respondentes afirmaram não possuir renda complementar, enquanto 53,42% (n=125) declararam exercer algum tipo de atividade remunerada adicional, seja por meio de plantões remunerados (44,44%), diárias em viagens (6,41%) ou pela manutenção de dois vínculos de trabalho (2,56%).

Do ponto de vista estatístico, observa-se que a maioria absoluta dos policiais civis entrevistados depende, de alguma forma, de mecanismos complementares de remuneração para compor sua renda mensal. O dado mais expressivo refere-se aos plantões remunerados, que correspondem a quase a totalidade das formas de renda complementar identificadas. Esse resultado indica que a complementação de renda ocorre predominantemente no interior da

própria instituição, por meio da ampliação da carga de trabalho e da intensificação das jornadas, e não pela diversificação de atividades profissionais externas.

Sob a perspectiva sociológica do trabalho, esse padrão é particularmente relevante, pois evidencia um processo de intensificação do trabalho policial como estratégia de reprodução material. A dependência de plantões remunerados sugere que o salário regular não é percebido como suficiente para atender às necessidades econômicas dos policiais civis, levando-os a prolongar o tempo de exposição às exigências físicas, emocionais e cognitivas do trabalho. Tal dinâmica reforça a sobrecarga no trabalho e compromete os períodos de descanso e recuperação, funções fundamentais para a preservação da saúde mental.

A realização de diárias em viagens (6,41%) e a existência de dois vínculos de trabalho (2,56%), embora numericamente menos expressivas, também indicam estratégias de compensação econômica que ampliam a carga de trabalho e reduzem o tempo disponível para a vida pessoal e familiar. Esses arranjos tendem a agravar os riscos psicossociais ao intensificar a sensação de fadiga crônica, dificultar a conciliação entre trabalho e vida privada e aumentar a vulnerabilidade ao estresse ocupacional.

Quando analisados em conjunto com os demais achados da pesquisa, esses dados reforçam a compreensão de que os fatores de risco psicossociais no trabalho da Polícia Civil do Pará não se limitam à exposição à violência ou à pressão institucional, mas incluem também condições materiais e econômicas que impactam diretamente a organização do trabalho. A necessidade de renda complementar, principalmente por meio de plantões, contribui para a naturalização de jornadas extensas e para a internalização de uma lógica de disponibilidade permanente, na qual o descanso é frequentemente sacrificado em nome da sobrevivência econômica.

Além disso, essa dinâmica se articula à cultura organizacional discutida nos capítulos anteriores, que valoriza a resistência, a produtividade e a dedicação extrema ao trabalho, ao mesmo tempo em que silencia os efeitos do cansaço e do sofrimento psíquico. A combinação entre intensificação da jornada, ausência de reconhecimento institucional do desgaste e limitação dos mecanismos de cuidado cria um ambiente propício ao adoecimento mental, conforme evidenciado pela literatura sobre estresse ocupacional e saúde mental policial.

Dessa forma, a análise da Tabela 8 evidencia que a renda complementar, longe de ser uma escolha individual isolada, constitui um elemento estrutural da organização do trabalho policial, com implicações diretas para os riscos psicossociais enfrentados pelos policiais civis. A dependência de mecanismos de complementação salarial reforça a sobrecarga de trabalho e

contribui para a ampliação do estresse crônico, configurando-se como um fator relevante na produção do sofrimento psíquico e do adoecimento mental no âmbito da Polícia Civil do Pará.

3.2.7 *Cultura organizacional de resistência emocional*

Na Polícia Civil do Pará, a cultura institucional valoriza a resistência emocional como virtude fundante da identidade profissional, associando fragilidade psíquica a fraqueza moral ou falta de compromisso. Esse modelo simbólico de virilidade e invulnerabilidade impõe um silenciamento sistemático do sofrimento, bloqueando tanto sua legitimação quanto sua possibilidade de cuidado. Conforme Goffman (1988), instituições como a polícia organizam performances sociais marcadas por uma “fachada” que exige a ocultação de emoções consideradas incompatíveis com o papel esperado. No cotidiano das delegacias, essa fachada se traduz na dificuldade de admitir cansaço, medo, ansiedade ou tristeza.

A repressão institucional da vulnerabilidade aparece nas falas dos entrevistados, em um relato que revela como o sofrimento psíquico é deslocado do plano institucional para o plano moral do indivíduo, reforçando processos de estigmatização e silêncio:

Eu não me sentia à vontade para dizer que estava mal. Você fica pensando que vão te rotular, que vão te tirar da equipe, que vão te ver como alguém que não dá conta. Então você segura, finge que está bem, mesmo quando está se desmanchando por dentro. (Entrevistado 8 Investigador da PCPA, 2024).

Esse tipo de autocensura reforça o que Bourdieu (1989) denomina de *violência simbólica*: uma forma de dominação que se realiza por meio da internalização de expectativas institucionais. O policial aprende, ao longo da socialização ocupacional, que expressar sofrimento é inaceitável. Assim, reproduz-se uma cultura de silenciamento emocional que, embora pretenda sustentar o desempenho, acaba gerando sofrimento crônico.

Essa lógica dialoga diretamente com a crítica de Dejours (2015) à “patologia da organização do trabalho”, em que o sofrimento é silenciado e o adoecimento passa a ser tratado como desvio. Essa racionalidade aparece de forma concreta em um dos relatos, que mostra como a lógica da produtividade desconsidera as condições subjetivas do trabalho policial:

Aqui se cobra muito, mas não se oferece condição de trabalho. Parece que o importante é só apresentar estatística no final do mês. A chefia quer resultado, quer operação, quer flagrante, mas não quer saber como a gente está. Já teve colega que surtou, que pediu ajuda, e foi afastado com olhares atravessados. A verdade é que se você demonstra que não está bem, eles te descartam. Então a gente vai engolindo tudo, fingindo que está forte, porque é isso que esperam de nós. (Entrevistado 3, Delegada da PCPA, 2024).

Goffman (1988) permite compreender como, no interior das instituições, os indivíduos passam a regular suas condutas a partir da expectativa constante do olhar do outro, ajustando comportamentos, afetos e emoções às normas socialmente valorizadas. Nas instituições policiais, essa dinâmica assume contornos específicos, uma vez que a manutenção da “fachada profissional” exige autocontrole permanente, contenção das emoções e silenciamento da dor, mesmo diante de experiências extremas relatadas pelos próprios entrevistados.

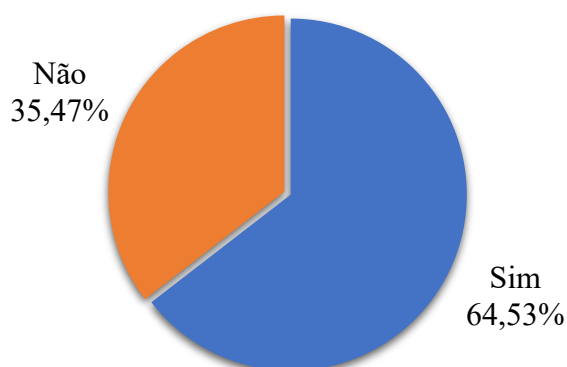
Nesse sentido, como analisa Dejours (2015), as exigências organizacionais são progressivamente interiorizadas pelos trabalhadores, transformando-se em mecanismos de autocontrole e autovigilância que operam para além de sanções formais. O sofrimento deixa de ser percebido como expressão de condições adversas de trabalho e passa a ser vivido como falha individual, levando os policiais a se autoexigirem, a ultrapassarem seus próprios limites físicos e psíquicos e a persistirem no trabalho mesmo quando adoecidos, como evidenciado nos depoimentos analisados. Assim, o controle institucional não se impõe apenas de fora para dentro, mas se reinscreve subjetivamente, produzindo sujeitos que administram a própria dor em nome da produtividade, da honra profissional e da permanência no trabalho.

O policial que nega sua dor, que trabalha mesmo adoecido para não comprometer metas ou se tornar alvo de estigma, torna-se expressão dessa racionalidade, em que o cuidado de si é substituído pela obrigação de performar força e resiliência. Essa lógica aparece com nitidez no depoimento do Entrevistado 3, que denuncia a indiferença institucional diante do sofrimento dos servidores.

Portanto, a cultura institucional da Polícia Civil do Estado do Pará ainda é atravessada por um padrão de resistência emocional, que transforma a invulnerabilidade em virtude profissional e marginaliza o sofrimento como sinal de fraqueza. Esse padrão se traduz em obstáculos concretos à busca por ajuda especializada e à legitimação do adoecimento psíquico entre os servidores, gerando silenciamento e autonegação.

Esse cenário foi evidenciado na Enquete (2023), realizada com 234 policiais civis, na qual se perguntou se os profissionais percebiam a existência de preconceito por parte dos colegas quando alguém busca tratamento psicológico e/ou psiquiátrico. O resultado, apresentado na Figura 6, revela que a maioria expressiva dos participantes respondeu afirmativamente, confirmando a persistência do estigma institucional que recai sobre o sofrimento mental no ambiente policial.

Figura 7 – Tratamento Psicológico/Psiquiátrico de Policiais Civis (2023)



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 7 revela um dado alarmante: 64,53% dos policiais civis que participaram da enquete (n=234) afirmaram que há preconceito por parte de colegas contra profissionais que fazem tratamento psicológico e/ou psiquiátrico dentro da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA). Esse resultado evidencia a reprodução de estigmas institucionais em relação ao sofrimento psíquico e à busca por ajuda especializada. A expectativa de que o policial seja “duro”, invulnerável e emocionalmente blindado silencia o sofrimento e reforça a lógica da resistência emocional como traço da identidade profissional.

Essa cultura organizacional de negação do sofrimento aparece nitidamente nos relatos dos entrevistados, muitos dos quais expressaram medo de serem julgados ou marginalizados ao demonstrar fragilidades ou buscar atendimento. Como destaca Dejours (2015), a negação coletiva do sofrimento nas instituições pode funcionar como um mecanismo defensivo, mas também como um vetor de adoecimento, ao impedir que os sujeitos elaborem suas dores de forma simbólica e coletiva. Um dos entrevistados relata:

Você não pode demonstrar fraqueza, porque senão já olham com outros olhos, acham que você não serve mais pro serviço. Então a gente guarda tudo, vai engolindo, até não aguentar mais. Ninguém quer saber se você está bem, se está dormindo, se está com a cabeça no lugar. É como se fosse proibido sentir, como se a gente tivesse que ser sempre forte, sem cair, sem chorar. Só que isso vai acumulando e chega uma hora que explode, e aí já é tarde. (Entrevistado 5, investigador da PCPA, 2024).

Esse testemunho ilustra como o preconceito institucionalizado transforma a dor psíquica em tabu, dificultando o reconhecimento de sintomas e o acesso a cuidados. Autores como Bassani (2024) e Dejours (2015) apontam que, em contextos organizacionais marcados pela violência simbólica, o sofrimento é frequentemente internalizado de modo solitário,

favorecendo o adoecimento mental silencioso. Nesse cenário, a ausência de canais efetivos de escuta e acolhimento não apenas fragiliza a saúde dos trabalhadores, como reafirma a lógica da exclusão daqueles que destoam da imagem idealizada do policial invulnerável.

3.2.8 Estigma e vergonha de assumir vulnerabilidade psíquica

Um dos fatores mais recorrentes e sensíveis revelados nessas entrevistas com policiais civis do Pará diz respeito à impossibilidade simbólica de expressar sofrimento. Sinais como o silêncio e o isolamento social estão entre as características do sofrimento psíquico dos policiais. Esses comportamentos são visíveis no ambiente de trabalho, familiar e entre os colegas de trabalho. O policial se reserva em falar sobre sua vida social e profissional, até mesmo com quem é próximo, como sua companheira, esposas, filhos, parentes e amigos próximos.

Isso se deve a diversas razões de caráter subjetivas, no entanto, fica evidente que o policial apresenta compartimentos relacionados ao medo e vergonha de revelar as coisas que viveu durante sua carreira policial dentro e fora das unidades policiais, medo de ser taxado como fraco, medo de ser julgado como doido pelos colegas de trabalho, dificuldade para falar de alcoolismo e drogas ilícitas e outros assuntos que estão lhe matando por dentro. E quando consegue chegar ao consultório do psicólogo (a) não confia em falar sobre os segredos que carrega no coração e na mente. São pessoas desconfiadas, e acredita inicialmente que o seu relato vai chegar aos ouvidos da chefia.

Para aprofundar os elementos discutidos anteriormente, apresenta-se a seguir um trecho da entrevista realizada com a Diretora de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará (DAS/PCPA), acerca da percepção institucional sobre a busca dos policiais civis por atendimento médico e psicossocial no âmbito da própria Diretoria. A entrevistada é delegada da Polícia Civil do Pará, com 25 anos de carreira policial, estando à frente da DAS/PCPA há cerca de três anos. A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, situado no prédio da Diretoria de Atendimento ao Servidor, no centro da cidade de Belém do Pará.

No curso da entrevista, buscou-se compreender se, na avaliação da gestora, há resistência ou estigmatização por parte dos policiais civis em relação à utilização dos serviços ofertados pela DAS. Nesse sentido, foi formulada a seguinte questão: *Na sua percepção, de modo geral, os policiais civis apresentam algum tipo de preconceito ou resistência em buscar os serviços de atendimento ofertados pela Diretoria de Atendimento ao Servidor?*

Sim, tem. A grande maioria tem. As pessoas que já têm mais tempo aqui na DAS, elas já encaram com mais leveza, naturalidade. Mas a grande maioria que não nos procura é com vergonha, com medo do que as pessoas vão pensar dele, com medo de que o

peçoal pense que ele está louco, que ele está desequilibrado, que ele não tem condição de trabalho. Então, tudo isso do que vão comentar dele, entendeu? E às vezes, só que algumas pessoas chegam aí, a gente entra e a gente nota que elas estão com vergonha. Não são todas, mas algumas baixam a cabeça, às vezes não querem falar. E a gente nota isso com tristeza, porque a gente sente um sofrimento deles, que ele não está ali à vontade. Mas existe muito preconceito e a gente está trabalhando muito em cima disso, para dizer que o transtorno mental é uma doença. [...] Então, é algo que a gente tem que trabalhar para ser encarado com a maior naturalidade possível. Tirar os tabus, né? (Entrevistada 12, Delegada e Diretora da DAS/PCPA, 2024).

A resposta da Diretora de Atendimento ao Servidor evidencia que a resistência dos policiais civis em buscar os serviços de cuidado psicossocial não decorre apenas de desconhecimento ou falhas individuais, mas está profundamente ancorada em uma cultura organizacional que associa o sofrimento psíquico à fragilidade moral e profissional. Ao relatar que muitos policiais evitam procurar a DAS por medo de estigmatização, exposição hierárquica ou prejuízos à carreira, a gestora aponta para um mecanismo institucional de silenciamento que desloca o sofrimento do plano coletivo para o plano individual.

Essa dinâmica dialoga diretamente com a análise de Dejours (2015), ao demonstrar como a organização do trabalho pode produzir uma verdadeira “patologia institucional”, na qual o adoecimento deixa de ser reconhecido como efeito das condições de trabalho e passa a ser interpretado como falha subjetiva do trabalhador. Nesse modelo, o policial adoecido não é visto como alguém que necessita de cuidado, mas como alguém que não corresponde às expectativas de desempenho, disciplina e resistência impostas pela corporação.

Ao mesmo tempo, a fala da Diretora confirma a tese de Bassani (2024) de que a cultura organizacional das instituições policiais opera como uma barreira simbólica ao cuidado. Mesmo quando existem dispositivos formais de atendimento, como a própria DAS/PCPA, o medo da perda do porte de arma, da desconfiança institucional e da rotulação como “problema” impede que os policiais acionem precocemente os serviços disponíveis. O cuidado, assim, tende a ser buscado apenas em situações de crise aguda, quando o sofrimento já se encontra intensificado e cronificado.

Essa lógica de silenciamento e responsabilização individual do sofrimento encontra sua expressão mais radical no que Miranda (2016) denomina de efeitos extremos do sofrimento não reconhecido institucionalmente. Ao punir simbolicamente a vulnerabilidade, a organização fragiliza os vínculos de pertencimento e aprofunda o isolamento subjetivo dos policiais, criando um ambiente no qual o adoecimento mental é vivido de forma solitária e marcada pela culpa. A resposta da Diretora, nesse sentido, não apenas confirma os achados empíricos da pesquisa, mas revela como o próprio aparato institucional de cuidado opera tensionado entre a intenção

de acolhimento e os limites impostos por uma cultura que ainda resiste a reconhecer a vulnerabilidade como dimensão legítima do trabalho policial.

As dificuldades para buscar atendimento médico ou psicossocial junto à Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS/PCPA) atravessam diferentes trajetórias profissionais, cargos e tempos de carreira, revelando que o silenciamento do sofrimento não se restringe a um segmento específico da Polícia Civil. As narrativas a seguir evidenciam como o medo da estigmatização, a vergonha e a internalização de normas institucionais de resistência à dor operam como barreiras concretas ao cuidado.

Uma delegada de Polícia Civil, com 33 anos de idade e cerca de 02 anos de carreira, recém-transferida do interior do estado e atualmente lotada na capital, descreve um processo prolongado de negação do próprio adoecimento. A entrevista foi realizada em sua sala de trabalho, durante o expediente, no dia 11 de junho de 2024. Ao relatar sua experiência, a entrevistada explicita como o sofrimento foi sendo administrado de forma solitária até atingir um limite físico e emocional:

Confesso que no começo eu relutei muito pra aceitar que precisava de ajuda. É uma coisa que a gente acha que vai conseguir resolver sozinho, que é só uma fase ruim, que é só estresse. A gente vai empurrando com a barriga, vai tomando remédio por conta própria, bebendo pra tentar dormir, achando que isso vai resolver. Eu mesmo fiquei quase um ano nessa, adoecendo em silêncio, sem procurar ninguém. Tinha vergonha, sim. Vergonha de falar para alguém que eu estava me sentindo fraco, envergonhado mesmo de procurar o DAS. Pensava que se os colegas soubessem iam me olhar diferente, me achar incapaz. Só quando tive uma crise forte no plantão, quase desmaiei, que fui levado pra lá. Nem fui por vontade própria, fui empurrado mesmo.” (Entrevistada 6, Delegada da PCPA, 2024).

Esse relato encontra ressonância na fala de um investigador de Polícia Civil, de 44 anos de idade e 21 anos de carreira, com título de mestre e atuação na capital, entrevistado em sua residência no dia 12 de julho de 2024. Sua narrativa evidencia como a cultura organizacional e os códigos de masculinidade presentes na instituição reforçam a postergação da busca por ajuda, mesmo diante de um quadro evidente de sofrimento psíquico:

Eu cheguei num ponto em que não tinha mais controle, sabe? Mas, mesmo assim, demorou pra eu procurar a DAS. Primeiro porque a gente tem essa cultura de que homem não chora, policial então menos ainda. A gente ouve isso o tempo todo. Tem medo de parecer fraco, de perder o respeito dos colegas, de ficar com fama de doido. E também porque a gente vê pouca gente indo buscar ajuda, então parece que só você que não tá aguentando. Só fui porque minha esposa praticamente me obrigou. Eu já não estava dormindo, estava ficando agressivo dentro de casa. Ela marcou a consulta e eu fui. Aí vi que não era o único. Tinha vários ali na mesma situação. (Entrevistado 7, investigador da PCPA, 2024).

De forma semelhante, uma escrivã de Polícia Civil, com 38 anos de idade e 13 anos de carreira, também com título de mestre e lotada na capital, entrevistada no prédio da Delegacia-Geral da Polícia Civil, em Belém, no dia 15 de junho de 2024, destaca o peso do preconceito e do medo da rotulação como elementos centrais na decisão de evitar o atendimento institucional:

Demorei muito para procurar ajuda. E por barreiras do preconceito, barreiras de discriminação, de, às vezes, até o colega que trabalha com a gente não entender e falar certas coisas, eu acabei tendo dificuldade.

[...] Porque tem esse tabu mesmo dentro da polícia. Você sofre calado, vai empurrando, achando que faz parte do trabalho, que vai passar. E quando você admite que está doente, parece que você está traíndo o sistema, como se você não fosse forte o suficiente pra segurar a pressão. Eu procurei um atendimento particular porque, na época, não me sentia à vontade de ir à DAS. Achava que todo mundo ia saber. Que iam comentar. Que iam me rotular. (Entrevistada 10, Escrivã de PCPA, 2024).

As narrativas analisadas indicam que a dificuldade de acesso ao cuidado psicossocial institucional não decorre da inexistência ou do desconhecimento dos serviços disponíveis, mas da força de um sistema simbólico que associa sofrimento à fraqueza moral e ao fracasso profissional. No interior da corporação, o adoecimento tende a ser deslocado para o plano individual, como expressão de insuficiência subjetiva, e não como resultado das condições concretas de trabalho. Esse padrão, recorrente em diferentes cargos, tempos de carreira e trajetórias funcionais, evidencia que o sofrimento psíquico não constitui experiência isolada, mas dimensão estrutural do exercício da atividade policial.

Tal dinâmica pode ser compreendida à luz da análise de Dejours (2015), segundo a qual a organização do trabalho pode transformar o sofrimento em tabu, convertendo uma experiência potencialmente coletiva em problema moral individualizado. Ao internalizar a ideia de que adoecer equivale a falhar, o policial tende a gerir sua dor de forma solitária, mobilizando estratégias defensivas que postergam a busca por ajuda e contribuem para a cronificação do sofrimento. Nesse sentido, o silenciamento não é mero efeito cultural difuso, mas parte constitutiva de um arranjo organizacional que produz, regula e administra o sofrimento no interior da instituição.

Esse processo é reforçado por aquilo que Bassani (2024) identifica como barreiras simbólicas ao cuidado no interior das corporações policiais. Mesmo quando existem dispositivos institucionais formalmente destinados ao acolhimento, como a DAS/PCPA, o medo da estigmatização, da perda de credibilidade profissional e de possíveis prejuízos à carreira atua como fator inibidor do acesso aos serviços. O cuidado, assim, deixa de ser compreendido como direito do trabalhador e passa a ser acionado apenas em situações de colapso, quando o sofrimento já se encontra intensificado e cronificado.

Miranda (2016) aprofunda essa discussão ao demonstrar que o silenciamento institucional do sofrimento não apenas invisibiliza o adoecimento, mas reconfigura as formas de pertencimento e reconhecimento no interior da corporação. Quando a vulnerabilidade é simbolicamente sancionada, os agentes aprendem que expressar fragilidade compromete sua legitimidade profissional. O efeito não é apenas individual, mas organizacional: instala-se um regime tácito de autogestão do sofrimento, no qual cada policial se torna responsável por administrar sua dor sem perturbar a engrenagem institucional.

Nesse contexto, o problema deixa de ser apenas o sofrimento em si e passa a ser a forma como ele é governado. Ao converter experiências traumáticas em questões privadas e moralizadas, a instituição preserva sua aparência de coesão e eficiência, mas ao custo de produzir isolamento, desgaste cumulativo e erosão silenciosa dos vínculos coletivos. O adoecimento mental, portanto, não aparece como disfunção ocasional, mas como efeito paradoxal de um modelo organizacional que exige resistência permanente e oferece escasso espaço para elaboração coletiva do risco.

3.2.9 Medo de ser percebido como fraco ou incapaz

O medo de ser percebido como fraco ou incapaz constitui uma das principais barreiras subjetivas ao reconhecimento do sofrimento psíquico entre policiais civis na entrevista realizada nesta pesquisa. Trata-se de uma forma de autovigilância emocional, marcada por uma cultura institucional que valoriza a resistência, o silêncio e a superação da dor. Sennett (2009), ao refletir sobre a corrosão do caráter no capitalismo flexível, argumenta que a insegurança contemporânea transforma os ambientes de trabalho em espaços de competição simbólica, onde demonstrar vulnerabilidade equivale a perder valor. Isso é visível na fala a seguir:

A gente tem que aguentar calado. Já vi colega ser afastado por depressão e, quando voltou, ninguém mais confiava nele. Virou motivo de desconfiança. Você começa a esconder tudo para não passar por isso. Trabalha mal, mas trabalha, só para não ser taxado de fraco. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPA, 2024).

O custo dessa ocultação é alto: bloqueia o acesso ao cuidado e aprofunda o sofrimento. Dejours (2015), ao tratar do sofrimento no trabalho, sustenta que o medo da desqualificação moral e profissional impede que os trabalhadores expressem seu mal-estar. No caso dos policiais civis, esse medo é amplificado pela lógica meritocrática e pela ideologia da invulnerabilidade, frequentemente reforçada por lideranças que valorizam apenas o resultado. O expressa com clareza essa tensão:

Tive um período em que não conseguia dormir, estava exausto. Mas como dizer isso sem parecer fraco? Preferi me calar, tomar remédio por conta própria e continuar. Não podia correr o risco de ser afastado ou virar motivo de chacota. (Entrevistado 2 Delegado da PCPA, 2024).

A fala revela um processo de autonegação do sofrimento, sustentado pelo medo de marginalização dentro do grupo de pares, configurando uma violência simbólica institucionalizada.

A performance da força emocional torna-se, assim, um dispositivo de pertencimento e sobrevivência no campo policial. Sennett (2009) destaca que, nas sociedades contemporâneas, a identidade profissional é construída em meio à instabilidade e à exigência permanente de desempenho. Nesse contexto, expressar sofrimento tende a ser percebido como sinal de inadequação ao papel esperado, produzindo mecanismos de autocontenção emocional. Esse ethos se enraíza nas práticas cotidianas, como demonstra o trecho da entrevista:

Teve um dia que chorei dentro da viatura depois de atender uma ocorrência com criança. Mas fiquei ali sozinho. Você não pode falar isso nem pro colega, porque depois vira comentário. A gente aprende a endurecer, a fingir que nada atinge. (Entrevistado 10 escrivãs da PCPA, 2024).

Nesse contexto, o sofrimento deixa de operar como experiência compartilhável e passa a ser administrado individualmente, fora dos espaços formais de debate institucional. A negação do sofrimento converte-se, assim, em mecanismo de neutralização política: ao impedir que a dor seja tematizada coletivamente, bloqueia-se a possibilidade de transformá-la em demanda organizacional. Para Dejours (2015), o medo de expor o sofrimento inviabiliza a emergência da “fala verdadeira” sobre o trabalho, condição indispensável à construção de espaços coletivos de elaboração e resistência. Tal bloqueio é reforçado por estruturas hierárquicas rígidas e pela ausência de canais institucionais de escuta efetiva. Como afirma o entrevistado:

Uma vez pensei em pedir afastamento, mas me disseram que era melhor aguentar mais um pouco, que era coisa da minha cabeça. Depois disso nunca mais falei nada. A gente aprende que pedir ajuda pode acabar numa transferência para lugar ruim, delegacia que fica longe de casa, as vezes até para outro município, é muito complicado, e ainda tem a questão de entregar a arma. (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

O medo de ser percebido como fraco ou incapaz perpassa os discursos dos entrevistados e revela como a estrutura organizacional produz mecanismos de silenciamento e exclusão simbólica. Como destaca Goffman (1988), as instituições moldam a apresentação do self por

meio de códigos normativos que delimitam o que pode ou não ser expresso. Nesse ambiente, assumir um sofrimento mental é correr o risco de ser desqualificado profissionalmente. Essa percepção é nítida no trecho:

Eu não falava nada pra ninguém, porque já sabia o que iam dizer. Aqui, se você se queixa, é porque não tem preparo, porque não aguenta a pressão. Ai pronto, já vira piada, já é malvisto. Então é melhor fingir que está tudo certo, mesmo quando não tá. Já fui trabalhar com febre, com crise de ansiedade, e ninguém soube. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPA, 2024).

A ideia de “fragilidade” torna-se uma ameaça à identidade profissional do policial, sendo substituída por uma performance contínua de invulnerabilidade. Bourdieu (1989) contribui para a compreensão desse processo ao afirmar que os agentes sociais incorporam disposições que orientam sua conduta conforme os habitus do campo em que atuam. No campo policial, esse habitus é estruturado por valores como coragem, frieza e firmeza, sendo a vulnerabilidade percebida como um desvio a ser reprimido. Um dos entrevistados reforça essa dinâmica:

Tem dia que você quer parar tudo, ir embora, sumir. Mas não pode. Se você demonstra isso, já era. Ninguém quer trabalhar com o cara que vive na corda bamba. Então a gente engole. Eu mesmo fui diagnosticado com depressão, mas escondi o laudo. Continuei indo trabalhar, com medo de perder meu espaço. (Entrevistado 6, Delegada da PCPA, 2024).

Essa internalização da força como valor central conduz a um processo de autoexploração que se intensifica no contexto neoliberal de gestão orientada por desempenho. Christian Dunker (2021), psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, cuja produção articula psicanálise e crítica social, argumenta que a lógica da “positividade obrigatória” nas instituições contemporâneas desloca o sofrimento para o plano da responsabilidade individual. Nesse enquadramento, o sujeito é instado a gerir suas fragilidades como falhas privadas, e não como efeitos de condições estruturais. No trabalho policial, essa racionalidade se traduz na tendência de invisibilizar o adoecimento e, simultaneamente, responsabilizar o agente por sua própria dor, como se resistir fosse mera decisão pessoal. Esse processo é expresso na fala do entrevistado:

Eu tive crise de pânico uma vez no plantão, achei que ia morrer. Mas me disseram que era besteira, que era só estresse. A gente aprende a ficar calado, porque se fala, perde o respeito. Aqui você tem que ser forte o tempo todo, senão te deixam de lado. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024)

Além disso, o medo de ser percebido como fraco contribui para o atraso no reconhecimento dos sinais de adoecimento, dificultando o acesso precoce ao cuidado e agravando os quadros clínicos. Essa negação institucional do sofrimento atua como obstáculo à implementação de boas políticas públicas de saúde mental. Conforme Goffman (1988), o estigma não é apenas uma marca individual, mas um produto das relações sociais que desqualificam determinados atributos. Esse estigma é claramente identificado por um servidor da capital:

Eu tinha receio até de pegar atestado, porque tinha chefe que falava: ‘quem quer moleza vai pra outro lugar’. Então você acaba indo trabalhar sem condição nenhuma, só pra não ser apontado. Já vi colega ser transferido porque começou a falar muito de terapia. A mensagem é clara: aqui não é lugar pra fraco. (Entrevistado 10)

Diante dos relatos e da análise sociológica, evidencia-se que o medo de ser percebido como fraco ou incapaz constitui um potente mecanismo de controle simbólico na cultura policial. Tal dinâmica não apenas agrava o sofrimento psíquico individual, como compromete a construção de um ambiente institucional mais acolhedor e humanizado. Romper com esse ciclo exige políticas de cuidado que enfrentem os estigmas culturais e reestruturem as formas de reconhecimento no interior da corporação. Mais que uma questão individual, trata-se de um problema coletivo e estrutural. O reconhecimento da vulnerabilidade como legítima é, portanto, um passo essencial para a promoção da saúde mental na Polícia Civil do Pará.

3.2.10 Assédio moral e sexual no ambiente institucional

A análise das entrevistas em profundidade e dos dados da enquete evidencia que o assédio moral e sexual constitui um dos fatores de risco psicossocial mais recorrentes e estruturalmente enraizados no trabalho da Polícia Civil do Pará. Longe de se manifestar apenas como episódios isolados de conflito interpessoal, o assédio aparece como prática institucionalizada, vinculada a formas autoritárias de gestão, hierarquias rígidas e mecanismos cotidianos de controle simbólico que produzem sofrimento psíquico duradouro.

As narrativas dos(as) policiais entrevistados(as) revelam como essas práticas se expressam no cotidiano trabalhista por meio de humilhações, perseguições, desqualificações profissionais e uso arbitrário da autoridade. Em especial, os relatos de mulheres evidenciam que o assédio sexual e moral opera de forma articulada às desigualdades de gênero, intensificando a vulnerabilidade e o silenciamento. Como mostra um dos depoimentos, a naturalização dessas

violências está associada ao medo de retaliações e à falta de canais institucionais de escuta e proteção.

Na delegacia, teve chefe que fazia piada com minha roupa, dizia que mulher aqui era só enfeite. Tive que aguentar isso calada, porque se reclamasse, ia ser pior. A gente aprende a se calar pra não ser perseguida. (Entrevistada 10, Escrivã da PCPA, 2024).

Bourdieu (1989) permite compreender essas dinâmicas a partir da noção de dominação simbólica, segundo a qual relações de poder são internalizadas como naturais e legítimas, mesmo quando produzem sofrimento e desigualdade. No contexto policial, o assédio moral opera como um mecanismo disciplinar que sanciona dissidências, fragilidades ou recusas, reforçando uma cultura organizacional fundada na obediência, no silêncio e na negação da vulnerabilidade como valor institucional.

Goffman (1988) já havia apontado que as instituições totais se estruturam por meio de dispositivos disciplinares que corroem progressivamente a autonomia dos sujeitos e regulam suas condutas de forma intensa e contínua. Na Polícia Civil, essa lógica se expressa nas chamadas “correções” e “pressões” exercidas cotidianamente sobre servidores(as) que não se enquadram no perfil profissional esperado ou que ousam tornar visíveis suas fragilidades emocionais. Esses mecanismos produzem conformidade, silenciam o sofrimento e reforçam padrões normativos de comportamento.

Articuladas, as contribuições de Bourdieu (1989) e Goffman (1988) permitem compreender que os mecanismos de controle e disciplina presentes nas instituições policiais não se limitam a formas explícitas de coerção, mas operam de maneira difusa e internalizada, produzindo conformidade, silêncio e naturalização do sofrimento. Ao transformar normas institucionais em disposições incorporadas, essas dinâmicas reforçam práticas de assédio moral, dificultam a expressão da vulnerabilidade e legitimam o sofrimento como parte constitutiva do trabalho policial. É nesse cenário que as experiências narradas pelos(as) servidores(as) ganham sentido sociológico, revelando como a dominação simbólica e os dispositivos institucionais moldam subjetividades e regulam afetos no cotidiano da Polícia Civil. Observe o trecho a seguir:

Já fui chamado de frouxa, mole, só porque me recusei a participar de uma ação que achei perigosa demais. Depois disso, fiquei na geladeira, ninguém me chamava pra nada. Só voltei a ser notado quando parei de reclamar e comecei a fingir que estava tudo bem”. (Entrevistado 6, Delegada da PCPA, 2024)

Essa prática de marginalização institucionalizada fragiliza os laços de confiança no ambiente de trabalho, reforçando o adoecimento psíquico como um fenômeno coletivo silenciado. O medo de retaliação, combinado com a falta de denúncias, aprofunda o isolamento dos (as) trabalhadores (as).

Portanto, o assédio seja moral ou sexual, atua como dispositivo de dominação que afasta os (as) servidores (as) de qualquer perspectiva de cuidado. A ausência de acolhimento e a banalização do sofrimento criam um clima organizacional tóxico, no qual as vítimas se culpabilizam e as lideranças se omitem. Como revela o trecho:

Passei por um assédio dentro da unidade. Falei com uma superior, e ela disse que era coisa da minha cabeça. Depois disso, passei a ser tratada como problemática. Fiquei meses afastada, em depressão, e ninguém perguntou como eu estava. Foi como se eu tivesse desaparecido. (Entrevistada 5, investigadora da PCPA, 2024)

Nesse contexto, a lógica punitiva e hierarquizada da instituição torna-se cúmplice do silenciamento e da perpetuação do sofrimento. Os dados qualitativos revelam, assim, que o assédio, além de violar direitos, compromete a construção de políticas públicas efetivas de saúde mental, pois bloqueia o reconhecimento institucional do adoecimento. A luta contra o assédio é, portanto, parte fundamental da luta pelo direito à saúde e à dignidade no trabalho policial. O objetivo é aumentar o entendimento sobre os fatores de risco psicossocial no trabalho policial, em diálogo com as análises qualitativas e a literatura especializada que embasa esta tese.

Figura 8 - Assédio no Ambiente de Trabalho, Enquete (2023).



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 8 reforça empiricamente essa interpretação ao indicar que aproximadamente 53% dos 234 policiais civis que participaram da enquete relataram já ter vivenciado algum tipo de assédio no ambiente de trabalho. Esse dado evidencia que a violência institucional não se apresenta como fenômeno residual ou episódico, mas atravessa de maneira expressiva a experiência trabalhista dos servidores da Polícia Civil do Pará, incidindo diretamente sobre suas condições de trabalho e saúde mental.

Tal achado converge com as análises de Souza e Costa (2020) e, de forma mais aprofundada, com a tese de Zanotti (2024), que examina o sofrimento mental no trabalho policial a partir de uma perspectiva sociológica. Ao analisar a organização do trabalho policial militar, Zanotti (2024) demonstra que o assédio moral se configura como um dispositivo institucional de regulação das condutas, operando por meio de humilhações, constrangimentos, ameaças veladas e práticas sistemáticas de desqualificação profissional. Segundo a autora, essas formas de violência não apenas produzem quadros de depressão, ansiedade, insônia e afastamentos prolongados, mas também reforçam culturas organizacionais marcadas pelo autoritarismo, pela hierarquia rígida e pelo silenciamento do sofrimento.

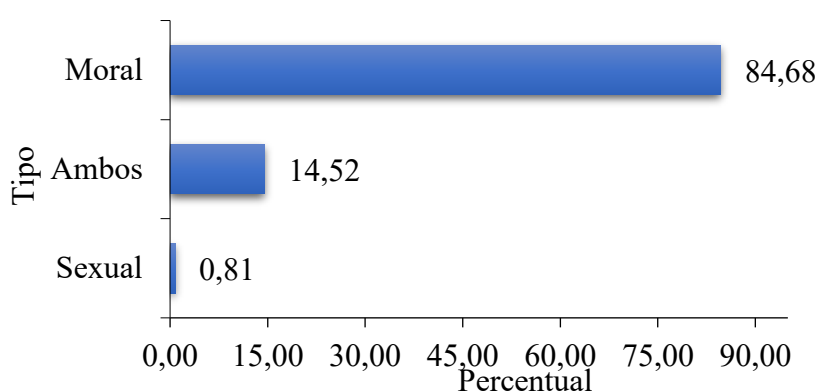
Ao demonstrar que o assédio funciona como mecanismo de controle simbólico e disciplinar, Zanotti (2024) contribui para compreender como práticas aparentemente cotidianas e naturalizadas nas corporações policiais produzem efeitos cumulativos sobre a subjetividade dos trabalhadores, ampliando o risco de adoecimento psíquico e comprometendo os vínculos profissionais e institucionais. Essa leitura permite interpretar os dados empíricos apresentados não como exceções, mas como expressão de padrões estruturais de organização do trabalho policial.

A leitura proposta por Zanotti (2024) pode ser aprofundada quando articulada às contribuições de Bourdieu (1989) e Dejours (2015). A partir da noção de dominação simbólica, Bourdieu permite compreender como práticas de assédio e humilhação são naturalizadas no interior das instituições policiais, passando a ser percebidas como parte legítima da hierarquia e da disciplina organizacional, mesmo quando produzem sofrimento e adoecimento. Esse processo de naturalização contribui para que a violência institucional seja internalizada pelos próprios trabalhadores, dificultando sua nomeação como injustiça e reforçando o silêncio coletivo. Por sua vez, Dejours (2015) demonstra que, quando o sofrimento produzido pela organização do trabalho não encontra reconhecimento institucional nem espaços legítimos de elaboração, tende a ser individualizado e convertido em adoecimento psíquico. Nesse sentido, o assédio moral descrito por Zanotti opera simultaneamente como mecanismo de controle

simbólico e como fator de bloqueio do cuidado, transformando o sofrimento ético em sofrimento patogênico e aprofundando os riscos à saúde mental no trabalho policial.

Ao detalhar os tipos de assédio vivenciados, a Figura 8 evidencia a predominância do assédio moral, identificado por cerca de 85% dos respondentes que relataram sofrer violência institucional. A baixa incidência declarada de assédio exclusivamente sexual não deve ser interpretada como sua inexistência, mas como efeito do silenciamento, do medo de exposição e das assimetrias de poder que dificultam a denúncia, sobretudo entre mulheres policiais.

Figura 9 - Assédio Moral/Sexual, Enquete (2023).



Fonte: Elaboração própria (2023).

Esses resultados dialogam com a crítica de Dejours (2015) ao evidenciar que, quando o sofrimento não encontra canais legítimos de elaboração coletiva, a organização do trabalho tende a deslocá-lo para o plano privado, convertendo uma questão de trabalho em problema clínico individual. Esse deslocamento não apenas desresponsabiliza a instituição, mas preserva a aparência de normalidade do funcionamento organizacional, impedindo que as condições estruturais do trabalho sejam interrogadas.

Nessa mesma direção, Bassani (2024) aponta que a ausência de normativas claras e de protocolos institucionais de cuidado contribui para a manutenção de um regime de ambiguidade, no qual o sofrimento é reconhecido informalmente, mas não incorporado como problema de gestão. Miranda (2016) aprofunda esse diagnóstico ao demonstrar que o silenciamento não é mera omissão, mas prática organizacional que reorganiza os vínculos internos, produzindo retração da fala e isolamento progressivo dos trabalhadores.

A comparação com o contexto normativo de Minas Gerais, onde a Lei Complementar nº 179/2024 institui sanções explícitas ao assédio moral no âmbito da administração pública, evidencia o caráter desigual das respostas institucionais no território nacional. Enquanto a legislação mineira reconhece o assédio moral como violação grave de direitos e estabelece

mecanismos formais de responsabilização, o caso paraense revela uma lacuna normativa que contribui para a manutenção do silêncio institucional, da impunidade e do agravamento do adoecimento psíquico entre os trabalhadores da segurança pública (Minas Gerais, 2024).

Assim, os dados empíricos desta pesquisa permitem afirmar que o assédio moral e sexual não apenas compromete a dignidade no trabalho policial, mas atua como tecnologia institucional de controle e produção de sofrimento. Seu enfrentamento, portanto, não pode se restringir a ações pontuais ou individualizadas, exigindo políticas públicas estruturadas que reconheçam o sofrimento como dimensão legítima do trabalho e promovam transformações efetivas na cultura organizacional das instituições policiais.

3.2.11 Exposição constante a situação de violência e trauma

A exposição contínua à violência é uma característica estrutural do trabalho policial na região amazônica, principalmente no contexto da Polícia Civil do Pará, onde os agentes enfrentam cotidianamente situações de risco, brutalidade e morte. Essa vivência não é apenas física, mas também simbólica e emocional, produzindo marcas profundas nos sujeitos e comprometendo sua saúde mental. O enfrentamento da criminalidade, sobretudo em áreas periféricas, envolve a convivência com cenas de extrema violência e a constante ameaça à própria vida, o que naturaliza o trauma como parte da rotina. Como revela o entrevistado:

Já encontrei corpo de mulher esquartejada, criança morta, amigo assassinado. A gente se depara com isso todo dia e tem que fingir que é normal. Mas não é. A imagem dessas cenas não sai da cabeça. Já perdi sono, já tive pesadelo, mas a gente engole e segue. (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

Esse relato ilustra o conceito de “violência simbólica” de Bourdieu (1989), que aponta para a internalização de uma lógica de dominação naturalizada, em que o sofrimento é legitimado como parte do trabalho. A naturalização da dor nesse campo policial se inscreve no corpo e na mente dos trabalhadores, como um habitus incorporado, em que a sensibilidade é reprimida e o trauma silenciado, impedindo o reconhecimento institucional da dimensão subjetiva desse sofrimento.

Goffman (1988) também contribui para essa análise ao tratar das “instituições totais” e dos rituais de controle do self. No ambiente policial, há uma clara expectativa de desempenho de um papel social específico, o do agente forte, imune à dor e preparado para lidar com qualquer situação. Essa performance constante impõe um custo subjetivo elevado. O Entrevistado 3 relata:

Um dia a gente foi fazer uma operação e tomou tiro de fuzil. Na hora, todo mundo agiu como se fosse só mais um dia de serviço. Mas depois, quando cheguei em casa, tremia todo, chorei sozinho no banheiro. Ninguém vê isso, ninguém pergunta se você tá bem. Só querem saber se prendeu alguém. (Entrevistado 3, Delegada da PCPA, 2024).

Esse silêncio institucional é também um mecanismo de defesa coletiva, como analisa Dejours (2015), ao afirmar que o sofrimento no trabalho tende a ser ocultado em contextos em que o reconhecimento é condicionado à produtividade e à negação da vulnerabilidade. Assim, o trauma se transforma em uma experiência solitária, reprimida pelo imperativo de força e pela cultura de resistência emocional que caracteriza o ethos policial.

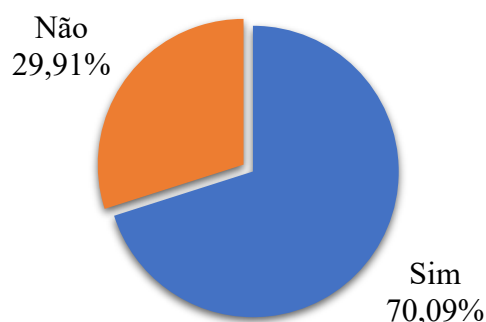
A persistência da violência como elemento cotidiano é agravada pela carência de políticas públicas de acompanhamento psicossocial. A escassez de psicólogos, a falta de espaços de escuta e a descrença nos serviços ofertados reforçam o isolamento dos policiais adoecidos. Como aponta o entrevistado:

Já vi colega morrer baleado na minha frente. Já vi outro tirar a própria vida. E mesmo assim, nunca chamaram a gente pra conversar depois. Parece que é tudo normal, que a gente tem que suportar isso sozinho. Mas não é normal. Não é humano. (Entrevistado 7, investigador da PCPA, 2024).

Essa fala remete à crítica de Dunker (2021) à precariedade dos dispositivos institucionais de cuidado, que promovem uma lógica de responsabilização individual frente ao sofrimento coletivo. Na ausência de acolhimento, o trauma se cristaliza, contribuindo para quadros de depressão, ansiedade e ideação suicida. Ao final, a violência cotidiana não apenas atravessa a ação policial, mas a estrutura subjetiva do trabalhador, corroendo o sentido de pertencimento e dignidade profissional.

Com base na análise cruzada das entrevistas com policiais civis e dos dados da enquête aplicada a 234 servidores da Polícia Civil do Pará, é possível identificar claramente o impacto da violência e insegurança constante no cotidiano desses profissionais.

Figura 10 - Percepção da Violência, Enquete (2023).



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os dados apresentados na Figura 10 resultam da enquete realizada com uma amostra de 234 policiais civis do Estado do Pará, aplicada em 2023, com o objetivo de identificar fatores de risco psicossocial no ambiente de trabalho. A enquete revelou que 70,09% dos participantes afirmaram já ter se sentido inseguros ou ameaçados durante o exercício da função, evidenciando o quanto a violência e a insegurança fazem parte da rotina desses trabalhadores. Esse percentual não representa a totalidade da categoria, mas oferece um recorte importante sobre as experiências concretas de risco vivenciadas no cotidiano da atividade policial.

Esses dados dialogam diretamente com as entrevistas realizadas para esta pesquisa, nas quais os relatos sobre o medo constante, as ameaças diretas e a sensação de abandono institucional foram recorrentes. Como descreveu um dos entrevistados:

A gente prende hoje e amanhã eles estão soltos. E ainda voltam rindo da nossa cara, fazendo ameaça. Já vi colega ter que sair da cidade por medo. A gente não tem proteção nenhuma. Não existe respaldo da instituição, nem estrutura de segurança para proteger quem está na linha de frente. No interior, a vulnerabilidade é ainda maior, porque todo mundo sabe onde a gente mora, com quem a gente vive. Isso adocece (Entrevistado 10, Escrivã da PCPA, 2024).

Essa percepção de desproteção, principalmente em áreas dominadas por facções e redes criminosas, reforça a precariedade institucional. O relato abaixo mostra o quanto a vulnerabilidade atinge não apenas o agente, mas sua rede de pertencimento:

Já recebi recado de bandido dizendo que sabia onde minha filha estudava. Isso desestrutura qualquer um. Naquele momento, minha vontade foi de sair da polícia. Você começa a pensar se vale a pena continuar, se não é melhor pedir transferência ou largar tudo, porque a gente sente que está colocando a vida da família em risco. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024).

O relato do entrevistado evidencia que a violência associada ao trabalho policial ultrapassa os limites institucionais e incide diretamente sobre o núcleo familiar. A ameaça dirigida à filha do delegado torna visível a extensão concreta do risco, que deixa de ser circunscrito à atuação profissional e passa a afetar a vida doméstica, introduzindo insegurança e tensão nas relações cotidianas. O perigo, nesse contexto, não é apenas ocupacional; ele se converte em experiência compartilhada.

A percepção de que a própria carreira pode expor familiares ao risco produz efeitos morais e emocionais significativos. Instalam-se conflitos éticos, sentimento de culpa e alterações comportamentais como irritabilidade e retraimento que reconfiguram a convivência e tensionam os vínculos afetivos. A violência, assim, não atua apenas como evento externo, mas como força que reorganiza disposições subjetivas e práticas relacionais.

Ao mesmo tempo, é nesse espaço familiar que podem emergir condições para a elaboração do sofrimento. Se a família sofre os impactos do risco, ela também pode constituir-se como instância de reconhecimento e suporte, favorecendo a ruptura do silêncio e a busca por cuidado. A análise sociológica do adoecimento policial, portanto, exige considerar essa dimensão relacional: o sofrimento não se limita ao indivíduo nem se encerra na instituição, mas atravessa redes de pertencimento e redefine responsabilidades e expectativas no interior da vida familiar.

CAPÍTULO 4 – AFASTAMENTOS DOS TRABALHADORES

O capítulo anterior apresentou a caracterização socioprofissional dos policiais civis do Estado do Pará, bem como a identificação dos principais fatores de risco psicossociais associados à organização do trabalho, à distribuição territorial das atividades e à exposição continuada à violência. A análise quantitativa evidenciou incidência expressiva de sintomas relacionados ao desgaste emocional, indicando que o sofrimento psíquico não constitui fenômeno isolado, mas experiência recorrente no interior da instituição.

Entretanto, os dados estatísticos, embora relevantes para dimensionar o problema, não esgotam sua compreensão. A mensuração de sintomas e a identificação de fatores de risco permitem delimitar a extensão do fenômeno, mas não capturam plenamente seus significados subjetivos, seus efeitos nas trajetórias profissionais e seus desdobramentos institucionais. Torna-se, portanto, necessário avançar da dimensão estrutural para a dimensão experiencial do sofrimento.

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise das experiências de adoecimento psíquico no trabalho policial civil, examinando as narrativas dos participantes acerca do sofrimento, dos afastamentos funcionais, das estratégias de enfrentamento e dos mecanismos institucionais de silenciamento. Busca-se compreender como a cultura organizacional, os dispositivos hierárquicos e as práticas administrativas incidem sobre o reconhecimento ou a negação da vulnerabilidade no interior da corporação.

Serão analisados, de forma articulada, quatro eixos centrais: (i) as experiências subjetivas de sofrimento e seus efeitos na vida profissional e familiar; (ii) os afastamentos e processos de readaptação funcional; (iii) a estigmatização associada ao adoecimento mental; e (iv) o significado simbólico da entrega da arma de fogo como marcador institucional de vulnerabilidade.

Antes de adentrar na análise das narrativas dos entrevistados, faz-se necessário explicitar a posição do pesquisador no campo investigado, considerando que a inserção profissional na Polícia Civil do Estado do Pará constitui elemento relevante para a compreensão do fenômeno estudado.

4.1 Reflexividade e posição do pesquisador no campo

A análise do sofrimento psíquico no trabalho policial civil exige explicitar a posição do pesquisador no campo investigado, não como exercício autobiográfico, mas como procedimento metodológico de vigilância epistemológica. Com aproximadamente vinte e seis

anos de atuação na Polícia Civil do Estado do Pará, incluindo experiência em municípios do interior e prolongado exercício na Região Metropolitana de Belém sob regime de plantão de 24 horas por 72 horas de folga, minha trajetória profissional constitui inserção densa e continuada em uma cultura organizacional marcada por hierarquia rígida, déficit estrutural de efetivo, exposição reiterada à violência e forte exigência de disponibilidade permanente.

Essa inserção permite compreender que a identidade policial não se limita ao exercício técnico da função, mas se estrutura como construção social sustentada por valores institucionalmente legitimados. Como sintetiza Alves (2023), “Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser; é enfrentar a morte, mostrar-se forte no que acontecer” (p. 96). A profissão, nesse sentido, opera como princípio organizador da subjetividade: não se trata apenas de desempenhar tarefas, mas de encarnar um ethos profissional orientado por coragem, autocontrole e resistência.

A cultura organizacional policial, ao valorizar disciplina, bravura e prontidão, estabelece parâmetros simbólicos de reconhecimento interno. O heroísmo não é apenas narrativa externa produzida pela mídia ou pelo imaginário social; ele constitui critério interno de legitimidade. O policial reconhecido é aquele que suporta pressão, que não hesita diante do risco e que demonstra firmeza emocional em situações-limite. A vulnerabilidade, quando expressa, tende a ser interpretada como desvio da norma implícita de resistência.

Entre 2015 e 2018, período de crescimento expressivo das mortes violentas de agentes de segurança pública no Estado do Pará (dados apresentados no Capítulo 3), a exposição reiterada ao risco alterou qualitativamente minha própria percepção da atividade profissional. A morte sucessiva de colegas, dentro e fora de serviço, produziu estado prolongado de hipervigilância que ultrapassava a racionalidade operacional e invadia o cotidiano familiar. Dormir armado, realizar rondas na própria residência e manter atenção constante mesmo em dias de folga passaram a ser naturalizados como expressão de zelo profissional.

Retrospectivamente, tais práticas configuravam não apenas cautela ampliada, mas sinais de adoecimento psíquico. Sintomas como insônia severa (quase 30 dias dormindo 3 horas por noite), taquicardia recorrente, medo persistente de morte iminente e isolamento social foram reinterpretados, à época, sob a lógica institucional da resistência. A cultura organizacional tende a reclassificar exaustão como comprometimento, ansiedade como alerta permanente e sofrimento como prova de dedicação. Essa reclassificação simbólica dificulta a identificação do limite entre vigilância funcional e colapso psicofisiológico.

Em 2017, após sucessivos atendimentos médicos de urgência e emergência (hospital saúde da Mulher/Belém-PA) motivados por crises somáticas intensas, emergiu a nomeação

clínica do quadro como adoecimento psíquico. A linguagem médica rompeu com a gramática institucional da invulnerabilidade, oferecendo outra chave interpretativa para experiências até então normalizadas. Esse momento evidenciou que a identidade heroica internalizada operava como filtro cognitivo e moral, impedindo o reconhecimento da fragilidade.

No universo policial, a busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico frequentemente se associa a risco simbólico de deslegitimação funcional. A ideia de que “policial não pode ser fraco” atua como norma cultural que regula emoções, condutas e formas de apresentação de si. A manutenção da identidade profissional exige coerência com o ideal de força e estabilidade emocional. O sofrimento que ameaça essa coerência tende a ser ocultado, retardando a procura por ajuda e contribuindo para a cronificação dos quadros.

Alves (2023) argumenta que “os valores humanos, as metas de compaixão e autoimagem e a percepção de suporte social no trabalho têm relevante papel na construção do bem-estar de policiais militares” (p. 97). Essa formulação permite compreender que o bem-estar não é variável exclusivamente individual, mas fenômeno relacional e institucional. A percepção de suporte social no trabalho atua como mediadora entre valores internalizados e experiências subjetivas. Quando o suporte é percebido como insuficiente ou quando a cultura institucional privilegia a invulnerabilidade como critério de pertencimento, produz-se ambiente simbólico que inibe o reconhecimento do adoecimento.

O processo de readaptação funcional, com diagnóstico enquadrado no CID F43.8 (estresse laboral) e recomendação de impedimento para atividades de campo e uso de arma de fogo, explicitou dimensão central da identidade policial: o valor simbólico da arma como marcador de autoridade e normalidade funcional. A possibilidade de “entregar a arma” não é percebida apenas como medida terapêutica, mas como ameaça à própria condição de policial. Essa dimensão ajuda a explicar por que muitos profissionais adiam a busca por cuidado, mesmo diante de sofrimento intenso. A arma opera, nesse contexto, como dispositivo material e simbólico que articula poder, reconhecimento e normalidade funcional.

As narrativas dos entrevistados confirmam que medo de estigmatização, receio de afastamento compulsório e preocupação com julgamento hierárquico constituem barreiras recorrentes ao acesso às políticas institucionais de saúde mental. A reflexividade aqui mobilizada evidencia que o adoecimento psíquico no trabalho policial civil não é evento excepcional ou desvio individual, mas expressão de arranjos organizacionais que articulam exposição estrutural ao risco, ideal heroico de invulnerabilidade e fragilidades nos dispositivos de suporte.

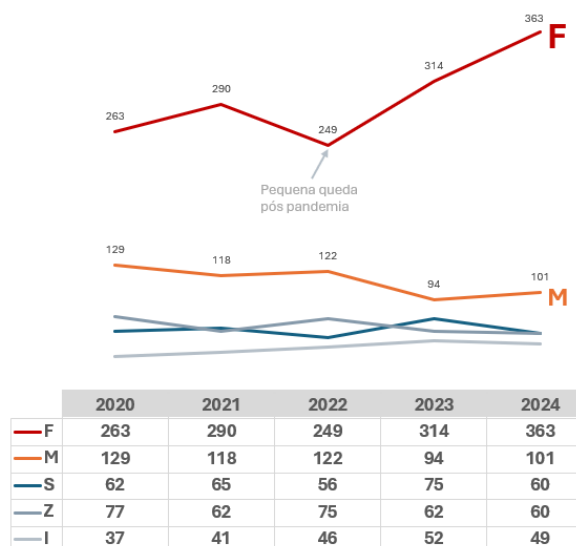
Assim, a posição do pesquisador não se apresenta como privilégio interpretativo, mas como condição situada que permite iluminar, com maior densidade sociológica, a relação entre identidade profissional, cultura organizacional e regulação simbólica da vulnerabilidade. A experiência individual dialoga com os dados empíricos e revela que o sofrimento psíquico é produzido e administrado no interior da própria lógica institucional que sustenta o pertencimento policial.

4.2 Panorama Geral dos Afastamentos por Transtornos Mentais (2020–2024)

Para contextualizar o perfil dos afastamentos na corporação, a Figura 11 apresenta a evolução dos registros entre 2020 e 2024, classificados por grupos da CID (F-M-S-Z-I). Esse recorte permite comparar diferentes naturezas de adoecimento físicas, traumáticas e psíquicas e avaliar o peso relativo dos transtornos mentais no conjunto das causas que motivam licenças médicas na instituição. Ao oferecer essa visão comparativa, a figura estabelece a base empírica para as análises subsequentes sobre a centralidade da saúde mental no trabalho policial.

Figura 11 - Série histórica dos afastamentos do trabalho por grupos da CID-10 na Polícia Civil do Estado do Pará (2020–2024).

Comparativo histórico revela
**TRANSTORNOS MENTAIS E
COMPORTAMENTAIS**
são problemas históricos
que **estão se agravando**



Fonte: Diretoria de Recursos Humanos da PCPA. Elaboração própria (2025).

A Figura 11 apresenta a evolução dos afastamentos do trabalho registrados na Polícia Civil do Estado do Pará entre 2020 e 2024, desagregados por grupos da Classificação Internacional de Doenças (CID). No recorte apresentado, a categoria F corresponde aos

Transtornos Mentais e Comportamentais; M refere-se às Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo; S abrange Traumatismos, fraturas e lesões; Z reúne fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde; e I diz respeito às Doenças do aparelho circulatório. A presença dessas categorias permite situar os afastamentos por sofrimento psíquico no conjunto mais amplo de agravos que impactam a capacidade no setor de trabalho, possibilitando comparação entre diferentes naturezas de adoecimento no interior da corporação.

Ao longo da série histórica, os afastamentos classificados no CID F mantêm-se como a principal causa e apresentam tendência geral de crescimento, com redução pontual em 2022 e retomada ascendente nos dois anos subsequentes, alcançando o maior valor em 2024 (363 registros). As categorias M, S, Z e I, embora também relevantes, apresentam patamares inferiores e variações menos acentuadas. As doenças osteomusculares (M) configuram-se como segunda principal causa, indicando desgaste físico associado às exigências operacionais e posturais do trabalho policial. Já as categorias S e I mantêm níveis mais estáveis, enquanto o grupo Z evidencia afastamentos relacionados a acompanhamento e avaliação clínica.

O padrão observado sugere que, embora o trabalho policial produza múltiplas formas de adoecimento, físicas, traumáticas e clínicas, o crescimento mais expressivo dos afastamentos por transtornos mentais indica uma inflexão qualitativa no perfil dos agravos. Não se trata apenas de aumento numérico, mas da consolidação da saúde mental como eixo central dos afastamentos funcionais, deslocando o debate institucional para além da dimensão estritamente física do risco e exigindo respostas organizacionais compatíveis com a complexidade do sofrimento psíquico no trabalho policial.

Os depoimentos dos entrevistados ilustram essa tendência. O Entrevistado 11 descreve um quadro típico de depressão causado pela sobrecarga de trabalho:

Eu percebi que não tinha vontade de fazer nada, nem de sair com a família. Era só trabalho, trabalho, trabalho. Aquilo começou a afetar meu humor, meu sono, minha disposição. Eu achava que era só cansaço, mas depois vi que estava entrando em depressão mesmo. (Entrevistado 11, Delegada da PCPA, 2024).

Esses relatos confirmam que a cultura policial desencoraja a busca por ajuda psicológica, tornando o adoecimento ainda mais grave.

A análise do Figura 11 sugere que a tendência de crescimento dos afastamentos por CID poderia ser revertida com a adoção de medidas preventivas e estratégias institucionais de suporte à saúde mental. O FBSP (2024) recomenda que as forças policiais criem mecanismos

internos de acolhimento para evitar que os servidores adoeçam até o ponto de precisar de afastamento prolongado. Se essas mudanças não forem implementadas, a progressão observada no gráfico continuará impactando não apenas os policiais, mas também a segurança pública como um todo.

4.3 Distribuição dos Afastamentos por Cargo (Transtorno mental – CID F)

Na seção seguinte, será apresentado a Tabela 9, que detalha a proporção de policiais civis afastados por transtornos mentais em 2024, segundo o cargo ocupado. A análise desse quadro permitirá identificar quais categorias apresentam maior vulnerabilidade ao adoecimento psíquico, oferecendo subsídios importantes para o planejamento de ações institucionais de cuidado e prevenção.

Tabela 9 - Proporção de trabalhadores da Polícia civil, afastados por Transtornos Mentais (CID-F), ano 2024.

Cargos	Total Geral Trabalhadores	Total de trabalhadores afastados por cargos	Proporção de trabalhadores afastados por Transtornos Mentais/ CID - F
Assistente Administrativo - ADM	636	24	3,77
Delegado - DPC	923	92	9,96
Escrivão - EPC	710	95	13,38
Investigador - IPC	1788	132	7,38
Motorista - MPC	86	6	6,97
Papiloscopista - PPC	223	14	6,27
Total	4.366	363	8,21

Fonte: Sistema de Gestão da Polícia Civil (SGPC). Elaboração própria (2025).

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos afastamentos por Transtornos Mentais e Comportamentais (CID F) entre os servidores da Polícia Civil do Estado do Pará no período de janeiro a dezembro de 2024, com base em dados oficiais extraídos do Sistema de Gestão da Polícia Civil (SGPC) e consolidados pela Diretoria de Recursos Humanos da instituição. Trata-se de registros administrativos formalmente reconhecidos, o que significa que os números não expressam percepções subjetivas de sofrimento, mas casos convertidos em afastamentos funcionais devidamente registrados. No universo de 4.366 servidores, foram contabilizados 363 afastamentos por CID F, correspondendo a uma taxa global de 8,21% do efetivo. Esse

percentual, por si só, indica que o adoecimento psíquico constitui dimensão estatisticamente relevante na dinâmica da corporação.

A análise por cargo revela padrões diferenciados de incidência. Os investigadores (IPC), que compõem o maior contingente funcional da instituição (1.788 servidores), registraram 132 afastamentos, resultando em proporção de 7,38%. Embora liderem em números absolutos, sua taxa proporcional é inferior à observada entre os escrivães (EPC), que, com 710 servidores, contabilizam 95 afastamentos, atingindo o maior percentual do quadro (13,38%). Os delegados (DPC), com efetivo de 923 trabalhadores, somam 92 afastamentos, correspondendo a 9,96%. Esses dados indicam que a intensidade relativa do adoecimento não acompanha linearmente o tamanho do efetivo, mas varia conforme a posição ocupada na estrutura organizacional. Em contraste, os assistentes administrativos (ADM) apresentam 24 afastamentos entre 636 servidores (3,77%), configurando o menor índice proporcional, enquanto motoristas (6,97%) e papiloscopistas (6,27%) ocupam patamar intermediário.

Do ponto de vista sociológico, a distribuição observada sugere que o risco psicossocial se organiza de maneira diferenciada no interior da burocracia policial. Cargos marcados por elevada responsabilização formal, pressão decisória ou intensa carga procedimental, como delegados e escrivães — apresentam proporções mais elevadas de afastamento por CID F, enquanto funções com menor centralidade decisória ou menor exposição contínua a demandas investigativas complexas registram índices relativamente inferiores. Assim, a tabela não apenas quantifica o adoecimento mental, mas evidencia a existência de uma distribuição desigual da vulnerabilidade ocupacional, associada às especificidades das funções exercidas. Ao tornar visível essa diferenciação interna, os dados oferecem base empírica consistente para a análise das relações entre organização do trabalho policial e produção institucional do sofrimento psíquico.

Os relatos dos entrevistados confirmam essa realidade. O Entrevistado 2, é um delegado com mais de 20 anos de carreira, menciona que trabalhou um ano sem folga e que, ao final desse período, enfrentou um colapso mental severo:

Eu adoeci, entrei num nível de estresse muito alto, fiz tratamento com psiquiatra, entreguei minha arma, eu não tinha condições de trabalhar [...] eu me afastei três meses de licença e um mês de férias, passei quatro meses afastado. Já não dormia, só conseguia dormir quando bebia uma cerveja. O nível de estresse era altíssimo, cheguei a pesar mais de 90 quilos e bebia quase todo dia. Foi um período muito difícil. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA).

O Entrevistado 3, que também ocupa o cargo de delegada, descreve sintomas físicos antes de receber um diagnóstico de estresse profissional:

Eu fiquei 15 dias vomitando, fui diagnosticada com estresse profissional, mas no início não sabia que era isso. Eu estava vomitando, eram vômitos, era um tremor, um nervosismo do nada e vômito. Fiz vários exames, gastrite, exames de sangue, achando que era doença física. E não era doença física. O médico identificou que era um estresse profissional, que era da atividade profissional. (Entrevistada 3, Delegada da PCPA, 2024).

Esses depoimentos reforçam que a sobrecarga de trabalho e a ausência de descanso adequado são determinantes para o desenvolvimento de transtornos psicológicos na corporação.

A presença expressiva de afastamentos entre motoristas policiais e papiloscopistas também merece destaque, pois evidencia que o sofrimento não se restringe aos cargos tradicionalmente associados à atividade-fim da polícia. Como argumenta Alves (2023a), a degradação das condições de trabalho e a intensificação das exigências organizacionais afetam de maneira transversal diferentes segmentos da corporação, ainda que de forma desigual. Esses profissionais, frequentemente invisibilizados na hierarquia institucional, acumulam jornadas extensas, exposição indireta à violência e baixo reconhecimento, o que potencializa processos de desgaste psíquico silencioso.

O menor percentual de afastamentos entre assistentes administrativos não deve ser interpretado como ausência de sofrimento, mas como expressão de uma posição ocupacional menos exposta à violência direta e às decisões de alto risco. Ainda assim, como alerta Miranda (2016), a subnotificação do adoecimento mental é recorrente em instituições policiais, sobretudo em cargos nos quais o estigma associado ao afastamento pode comprometer trajetórias profissionais. Assim, a figura também revela os efeitos do silenciamento institucional e da dificuldade de transformar o sofrimento em demanda legítima por cuidado.

4.4 A entrega da arma e a ameaça à identidade

Um dos fatores sensíveis que dificultam a busca por atendimento em saúde mental entre policiais civis refere-se ao receio de ter que entregar a arma de fogo institucional. Esse temor, frequentemente silenciado, atua como barreira simbólica e concreta ao cuidado, por ser associado à perda de confiança institucional, à estigmatização e à ruptura da identidade profissional. A Instrução Normativa nº 001/2022, expedida pelo Gabinete do Delegado-Geral da Polícia Civil do Pará, regulamenta a suspensão do porte de arma nos casos de afastamento por motivo de saúde (Pará, 2022).

Essa norma tem como finalidade preservar a integridade física do policial e das pessoas ao seu redor, reconhecendo a complexidade que envolve o uso da arma em contextos de adoecimento psíquico. Como dispõe o Art. 1º da referida Instrução Normativa, o procedimento deve ser adotado quando houver licença por motivo de saúde, visando garantir a segurança coletiva e individual dos envolvidos. No entanto, do ponto de vista do trabalhador, essa exigência pode ser interpretada como uma forma de estigmatização ou desconfiança institucional, o que contribui para a hesitação em procurar ajuda especializada. Como destaca Goffman (1988, p. 8), o estigma opera como um processo social que desqualifica moralmente o sujeito diante de uma marca percebida como desviante, transformando a condição de sofrimento em fator de exclusão simbólica.

Veja o diz Art. 1º da Instrução Normativa N° 001/2022 – GAB/DG/PA:

Art 1º - Ficará, temporariamente, suspensa a autorização para o porte de arma de fogo do policial, a partir da apresentação de laudo médico e/ou da solicitação de afastamento das atividades funcionais, quando motivada por suspeita de problemas relacionados a saúde mental do servidor, inclusive dependência psicológica ou física de substância que afetam a compreensão da realidade ou autodeterminação de seus atos.

§ 1º havendo recusa por parte do policial civil em informar qual o motivo ensejador da solicitação de perícia médica ou da licença, o servidor deverá ser encaminhado à Diretoria de Atendimento ao Servidor – DAS, órgão responsável pela saúde no âmbito da Polícia Civil, que informará, em caráter reservado, tratar-se ou não de doença relacionada a transtorno mental, a fim de ser suspensa a autorização para o porte de arma de fogo. (Pará, 2022)

De um lado, há um reconhecimento por parte de alguns servidores de que a suspensão temporária do porte pode representar um gesto de cuidado institucional. No entanto, os dados da pesquisa e os relatos das entrevistas demonstram que, para muitos policiais, a exigência de entrega da arma não está acompanhada de acolhimento, orientação ou acompanhamento psicossocial adequado. Pelo contrário: o afastamento por questões psicológicas e a retirada do armamento são frequentemente associados à perda de prestígio, confiança institucional e até à desqualificação profissional. Perceba o que diz o entrevistado 8: “Quando a gente entrega a arma, é como se deixasse de ser policial. Parece que a instituição já nos considera incapazes. E ninguém pergunta como a gente está, ninguém oferece ajuda de verdade.”

Essa dinâmica revela um paradoxo: a medida, que deveria estar integrada a uma política de cuidado à saúde mental, acaba se transformando em elemento de reforço do estigma e da marginalização interna. Conforme apontam autores como Dejours (2015), a organização do trabalho pode transformar dispositivos de proteção em mecanismos de exclusão quando não há escuta institucional nem uma cultura organizacional de apoio emocional. Nesse sentido, a

entrega da arma, se não contextualizada em um plano integrado de cuidado e reinserção trabalhista, contribui para o agravamento do sofrimento psíquico e para a perpetuação da lógica punitiva no interior das instituições policiais.

Para a Instituição Policial, retirar a arma do policial, é uma forma de resguarda não somente a vida do policial, mas de sua família e lógico da sociedade como todo. Afinal o policial pode ter uma crise de ansiedade e/ou depressão (ou surtar) e tirar sua própria vida e de outrem, mas, essa medida legal da instituição policial, não traduz a realidade social para alguns policiais. Acompanhe o depoimento desse policial laudado com transtorno mental:

Entregar a arma foi muito difícil. Usei arma por mais de 20 anos, sempre foi minha segurança e da minha família. Ficar sem ela me deixou impotente, ainda mais morando numa área isolada. Mesmo com o laudo médico, demorei cerca de seis meses para aceitar a licença porque não conseguia me imaginar desarmado. Hoje ando com canivete e terçado, como forma de compensar essa ausência. Acho que a polícia deveria oferecer alguma contrapartida. Já que tiram a arma, poderiam ligar, perguntar como estou, dar atenção. O policial fica vulnerável demais sem esse apoio. (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

O relato do policial evidencia o quanto o porte da arma ultrapassa a função meramente instrumental, assumindo um papel simbólico central na constituição da identidade profissional e na sensação de controle sobre a própria segurança e de seus familiares. Sua resistência em entregar a arma expressa o temor de se tornar vulnerável, não apenas fisicamente, mas socialmente, diante de um modelo institucional que associa força à masculinidade e à competência funcional.

Essa percepção pode ser compreendida à luz da teoria de Bourdieu (1989), quando trata do habitus como um conjunto de disposições interiorizadas que orientam o agir do sujeito em consonância com os valores do campo onde está inserido. No campo policial, a posse da arma é uma dessas disposições. Sua retirada provoca uma ruptura simbólica que ameaça a própria integridade do self profissional.

Dunker (2021) também contribui para essa análise ao demonstrar como a cultura institucional, ao lidar com o sofrimento psíquico como uma falha individual, impõe ao sujeito o peso da responsabilização por sua fragilidade. O resultado é um sofrimento que, além de silencioso, torna-se culpabilizante.

Desse modo, a ausência de uma contrapartida institucional como o cuidado ativo, acompanhamento psicológico e escuta qualificada, acentua a sensação de abandono. O policial não se recusa a cuidar da própria saúde, mas teme que esse cuidado venha acompanhado de exclusão, vigilância e desamparo, reforçando o ciclo de sofrimento já instaurado.

Perceba, nessa na fala do entrevistado, sua indignação com polícia civil por não o procurar, depois que entrega sua arma:

[...] é importante dizer que essa portaria precisa ter uma contrapartida né, ou seja, o policial entregar a arma e a polícia poderia dar outra coisa para ele, dar mais uma atenção, como ligar todo dia para ele, por exemplo, perguntar como é que foi por aí? se está tudo bem contigo? está tranquilo aí na rua? essas coisas aí. Tinha que dar uma atenção maior porque ele está literalmente desarmado né cara? [...] eu acho que seria algo importante esse amparo da instituição né? Porra, mas tiraram minha arma, mas tá me dando atenção, seria ideal que a polícia passasse aqui ou que então todo dia ela ligasse para mim pra saber como é que eu estou, é isso cara, eu não consigo ver uma outra opção mais adequada, né? (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

O depoimento do Entrevistado 8 explicita não apenas o receio de entregar a arma, mas a expectativa por um gesto mínimo de cuidado por parte da instituição. Sua fala é marcada pela sensação de desamparo e invisibilidade institucional, expressa no desejo de que alguém da Polícia Civil o procurasse, ligasse, perguntasse como ele está, visitasse sua casa. A retirada da arma, nesse contexto, é menos o problema em si e mais o que ela simboliza: a ruptura do laço com a instituição, o sentimento de estar “literalmente desarmado” em todos os sentidos como físico, psicológico e institucional.

Dunker (2021) argumenta que o sofrimento psíquico se agrava quando não encontra espaços legítimos de escuta e reconhecimento, sendo tratado como um problema técnico a ser gerido, e não como uma experiência humana a ser acolhida. No caso do policial, o gesto de retirar a arma sem contrapartida simbólica ou afetiva, como uma ligação, um acompanhamento, uma presença reforçam a lógica do abandono. O “ligar todo dia” que o entrevistado menciona não é apenas um pedido de cuidado, mas um apelo por pertencimento, por não ser esquecido. Nesse ponto, o que está em jogo é a reintegração subjetiva do policial ao seu mundo social, rompido pela experiência do adoecimento.

Essa ausência de acompanhamento institucional, como apontado pelo entrevistado anterior, revela um vácuo simbólico que aprofunda o sentimento de desamparo e rompe os vínculos de pertencimento entre o policial adoecido e a corporação. Quando a instituição se limita a medidas administrativas, como a suspensão do porte de arma, sem oferecer escuta, cuidado contínuo e suporte efetivo, reforça a lógica de exclusão dos sujeitos que mais precisam de acolhimento. Por isso, torna-se imprescindível que o setor psicossocial da Polícia Civil desenvolva estratégias de acompanhamento sensível e proativo dos servidores diagnosticados com transtornos mentais, promovendo espaços de cuidado que ultrapassem a burocracia.

Essa necessidade é ilustrada não apenas pelo relato do investigador, que manifestou coragem ao expor sua dor, mas também por outras experiências, como a do delegado, que

passou a reconhecer sinais de adoecimento no modo como tratava seus colegas e os cidadãos que buscavam atendimento na delegacia. Seu caso nos permite compreender como o sofrimento pode se manifestar de forma silenciosa, afetando diretamente as relações interpessoais e o exercício da autoridade no cotidiano do trabalho policial. Veja a seguir seu depoimento:

eu comecei a tratar mal os policiais e principalmente as pessoas que procuravam a delegacia. Foi quando eu percebi que eu estava doente, porque um motivo banal eu me irritava muito. Eu fui com o DAS, falei com o psiquiatra do DAS e lá mesmo eu fui pedir socorro e já entreguei a minha arma, já pedi que ele desse para mim um paracetamol para eu entregar a minha arma, porque eu não tinha condições emocionais de andar armado e até hoje eu só uso arma quando eu estou de serviço, quando eu estou de folga eu não uso arma de forma alguma, nem uso carteira funcional e tento ter uma vida normal. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA).

O Delegado de polícia com 22 anos de atividade policial, não hesitou em entregar sua arma para a instituição. Nessa entrevista, a autoridade policial explicou que vivia irritado, muito irritado mesmo, já não vinha dormindo há tempos e tinha pouca concentração. Esse cenário, acabou afetando seu primeiro casamento e acabou se desligando da família por praticamente vivia para o trabalho. Se sentia muito fragilizado devido ao nível de estresse. Neste caso, o entrevistado 2 resolveu buscar ajuda na Diretoria de Atendimento ao Servidor – DAS. Por acreditar, no serviço oferecido pela instituição, o delegado, foi imediatamente afastado do trabalho por 4 meses e fez tratamento com medicamentos e psicoterapia.

Perguntado sobre o que lhe deixa mais estressado na atividade policial? O entrevistado, respondeu:

Hoje, e eu estou aqui na corregedoria porque eu não aguentava mais trabalhar com atendimento ao público. As pessoas chegaram na delegacia querendo resolver seus problemas, mas sem o devido respeito com a gente. Para mim, o que mais me estressa hoje é o atendimento ao público. O atendimento ao público tem que ser feito por policiais, tem que ter um treinamento específico para isso e se afastar de vez em quando, porque você acaba perdendo a noção às vezes de certas coisas, como por exemplo, você acaba sendo grosseiro. Então, o atendimento ao público, para mim, tinha que ser visto como um policial que se envolve numa ação policial que teve morte. Na ação policial que teve morte, o certo era afastar o policial, como é no Japão, e o policial não é afastado. E o atendimento ao público, você devia ter treinamento constante, porque é muito estressante atender o público. As pessoas chegam fragilizadas, querem soluções mágicas urgentes e o que elas não conseguem no Judiciário, no Ministério Público e na Defensoria, elas querem conseguir na delegacia”. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024)

Nesse sentido, o governo federal criou a Lei 14.531/2023 que dispõe sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social, comenta que:

Art. 42-A. § 2º As políticas e as ações de prevenção da violência autoprovocada e do comportamento suicida dos profissionais de segurança pública e defesa social desenvolvidas pelas instituições de segurança pública e defesa social deverão observar, no momento da pactuação de que trata o § 4º do art. 42 desta Lei, as seguintes diretrizes:

- I - Perspectiva multiprofissional na abordagem;
- II - Atendimento e escuta multidisciplinar e de proximidade;
- III - discrição e respeito à intimidade nos atendimentos;
- IV - Integração e intersectorialidade das ações;
- V - Ações baseadas em evidências científicas;
- VI - Atendimento não compulsório;
- VII - respeito à dignidade humana;
- VIII - ações de sensibilização dos agentes;

§ 4º A prevenção primária referida no § 3º deste artigo destina-se a todos os profissionais da segurança pública e defesa social e deve ser executada por meio de estratégias como:

- I - Estímulo ao convívio social, proporcionando a aproximação da família de seu local de trabalho;
- II - Promoção da qualidade de vida do profissional de segurança pública e defesa social;
- III - elaboração e/ou divulgação de programas de conscientização, de informação e de sensibilização sobre o suicídio;
- IV - Realização de ciclos de palestras e de campanhas que sensibilizem e relacionem qualidade de vida e ambiente de trabalho;
- V - Abordagem do tema referente a saúde mental em todos os níveis de formação e de qualificação profissional;
- VI - Capacitação dos profissionais de segurança pública e defesa social no que se refere à identificação e ao encaminhamento dos casos de risco;
- VII - criação de espaços de escuta destinados a ouvir o profissional de segurança pública e defesa social, para que ele se sinta seguro a expor suas questões. (Lei 14.531/2023 do Governo Federal)

A Lei nº 14.531/2023 estabelece diretrizes nacionais para promoção da saúde mental e prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública. Entre os princípios previstos, destacam-se a escuta multidisciplinar com respeito à intimidade, a promoção da qualidade de vida, o estímulo ao convívio familiar, a capacitação para identificação de riscos e a criação de espaços seguros para fala e acolhimento dos profissionais em sofrimento Brasil, 2023).

Essas diretrizes respondem a uma demanda urgente por institucionalização de práticas de cuidado no âmbito da segurança pública, como evidenciado nas falas dos policiais civis do Pará. O receio em entregar a arma, ainda que compreensível no contexto de risco, expressa uma sensação de abandono simbólico que poderia ser atenuada por políticas que ofereçam contrapartidas efetivas de acolhimento e acompanhamento. Como apontado por entrevistados, a arma representa não apenas proteção física, mas também um suporte identitário, cuja retirada, sem o devido suporte, aprofunda o sentimento de impotência.

Portanto, para que o afastamento por adoecimento mental não se converta em rompimento institucional, é fundamental que o setor psicossocial da Polícia Civil do Pará incorpore as diretrizes da Lei 14.531/2023 em ações concretas, promovendo o cuidado integral

do trabalhador e restaurando sua confiança na instituição. Esse movimento não apenas reduz o sofrimento, mas fortalece os vínculos profissionais e humanos dentro da corporação (Brasil, 2023).

4.5 Vozes do Trabalho Policial: Sofrimento, Subjetividade e Adoecimento

As narrativas dos policiais civis do Pará revelam, com profundidade, o impacto subjetivo e material do trabalho na saúde física e mental desses trabalhadores, reiterando as análises sociológicas contemporâneas sobre as transformações do mundo do trabalho. Um dos aspectos mais marcantes refere-se ao isolamento e à solidão no exercício policial. Como aponta um policial civil:

O isolamento gera solidão. A gente se afasta até da própria família porque muitas vezes não pode compartilhar o que viveu no plantão ou na rua. Você acaba se apegando só ao pessoal do trabalho e mesmo assim tem muita desconfiança. Isso cansa, desgasta e mexe com a cabeça da gente. Tem momentos em que você se sente absolutamente sozinho, mesmo cercado de pessoas. (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

Essa vivência dialoga com as análises de Sennett (2009), para quem a fragmentação dos vínculos no mundo do trabalho contemporâneo produz sujeitos isolados e fragilizados emocionalmente. Dejours (2015) complementa essa leitura ao demonstrar que, quando o sofrimento não encontra reconhecimento coletivo, ele tende a ser internalizado, transformando-se em fonte de adoecimento psíquico. No contexto policial, essa combinação aprofunda a solidão e dificulta a busca por ajuda. Um escrivão relatou:

Eu adoeci. Não era só o corpo que estava cansado, era a mente. Comecei a ter crises de ansiedade, perdi o sono e me vi precisando pedir afastamento porque já não conseguia reagir nem para sair de casa. A pressão é tão grande que você adoce calado e acha que tem que aguentar sozinho. Às vezes me sentia culpado por não conseguir mais dar conta e me questionava se ainda servia para o trabalho. (Entrevistado 11, Delegada da PCPA, 2024).

Esse relato ecoa as análises de Ramalho e Santana (2004), autores que examinam as transformações do mundo do trabalho, destacando como a flexibilização, a intensificação e a instabilidade geram precarização e sofrimento. Para esses autores, o trabalhador contemporâneo é submetido a exigências incessantes que desestabilizam sua saúde física e psíquica, evidência que se torna ainda mais dramática no campo da segurança pública.

A cultura organizacional da polícia, permeada por hierarquias rígidas e exigência de conformidade, também aparece como fonte de sofrimento. Um agente destacou:

Na polícia, você precisa se moldar o tempo todo. Tem que mostrar força, controlar as emoções, não demonstrar fraqueza. Isso vai sufocando a pessoa, você vira alguém que não é. E isso uma hora cobra um preço alto na saúde. Já vi colegas que entraram animados e depois de um tempo estavam apagados, sem brilho nos olhos, apenas cumprindo ordens. (Entrevistada 5, investigadora da PC, 2024).

Essa reflexão aproxima-se da crítica de Richard Sennett (2009) em *A Corrosão do Caráter*. Sennett (2009) argumenta que a flexibilidade e a instabilidade no mundo do trabalho corroem as narrativas de vida e o senso de continuidade existencial, produzindo sujeitos fragmentados e vulneráveis ao sofrimento. A ideia da "corrosão do caráter" ajuda a entender como o trabalhador policial pode se despersonalizar dentro de uma instituição que valoriza a disciplina rígida, mas negligencia o cuidado subjetivo.

Outro ponto central apontado nas entrevistas refere-se ao impacto do endividamento financeiro e da insegurança material no bem-estar psicológico dos policiais. Uma escritã relatou:

A gente se endivida para manter uma vida minimamente digna porque o salário não acompanha a pressão que a gente vive. Daí vem a angústia, a insônia, a preocupação constante e isso reflete no trabalho e na saúde. Você fica ansiosa, estressada, e acaba trazendo essa carga para dentro da delegacia. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPC, 2024).

Esse sofrimento, ligado à vulnerabilidade econômica, remete novamente às análises de Ramalho e Santana (2004), que destacam como as mudanças econômicas e a precarização das condições laborais atingem diretamente o corpo e a mente dos trabalhadores, afetando sua saúde e sua capacidade de resiliência.

Enfim, as falas demonstram o silêncio e a negação do sofrimento psíquico dentro das instituições policiais. Um agente descreveu:

Aqui ninguém fala sobre sofrimento. A gente finge que está tudo bem. Mas eu sei de colegas que choram sozinhos em casa, que pensam em desistir ou até em coisas piores. Só que ninguém fala, porque se falar pode ser julgado ou descartado. É uma solidão que machuca e que vai corroendo por dentro, sem que ninguém perceba. (Entrevistado 8, investigador da PCPA, 2024).

Essa fala remete às análises de Dejours (2015) sobre o silenciamento do sofrimento no trabalho, quando a ausência de espaços legítimos de fala transforma a dor em experiência privada e patogênica. No ambiente policial, esse silenciamento é reforçado por mecanismos de estigmatização que, como observa Goffman (1988), produzem a desqualificação simbólica daqueles que expressam vulnerabilidade. Conforme aponta Bassani (2024), a negação

institucional do sofrimento psíquico opera como estratégia de gestão da força de trabalho, aprofundando o isolamento e o adoecimento mental dos agentes.

Essas vozes evidenciam que o sofrimento no trabalho policial é multifacetado, atravessado por fatores estruturais e subjetivos. A riqueza dessas narrativas permite compreender que o adoecimento não é apenas um efeito colateral, mas um fenômeno central e estrutural do exercício policial, o que reforça a necessidade de políticas de cuidado e prevenção.

4.6 Os sintomas como sinais de adoecimento

A seguir, são apresentados os principais sintomas psicológicos relatados por 234 policiais civis, organizados por frequência e percentual. Esses dados são da enquete e oferecem um panorama inicial dos sinais recorrentes de sofrimento psíquico, que serão discutidos como indicadores relevantes do processo de adoecimento no trabalho policial.

Tabela 10 - Sintomas Psicológico em Policiais Civis, Enquete (2023).

Você apresenta algum desses sintomas psicológicos?	Quantidade	Percentual
Cansaço excessivo	128	26,34
Irritabilidade excessiva	98	20,16
Nervosismo	77	15,84
Perda do senso de humor	66	13,58
Retraimento social no trabalho	63	12,96
Nenhuma das opções acima	54	11,11
Total Geral	486*	100,00

Fonte: Elaboração própria (2023).

* O participante podia responder mais de uma opção de resposta no questionário

A Tabela 10 demonstra que 26,34% dos policiais civis relataram cansaço excessivo, seguido por 20,16% que indicaram irritabilidade, 15,84% que mencionaram nervosismo e 13,58% que relataram perda do senso de humor. Esses sintomas são claros indicativos de um estado de exaustão mental e física, característico de ambientes de trabalho altamente estressantes. Dejours (2015) aponta que o sofrimento no trabalho ocorre quando as demandas da atividade superam a capacidade de resposta do trabalhador, levando ao desgaste emocional. Esse esgotamento progressivo pode resultar na perda de empatia e na deterioração das relações

interpessoais, tanto no ambiente profissional quanto pessoal. O Entrevistado 7 descreve essa situação ao afirmar:

A polícia embrutece o servidor. Se ele não tiver inteligência emocional e resiliência, acaba se deixando levar pelo emocional, e a violência toma conta também. A convivência diária com o crime e com situações de alto risco faz com que o policial leve esse peso para dentro de casa, afetando relações familiares e sua saúde mental. É preciso ter conhecimento, espiritualidade e muita autorreflexão para não ultrapassar os limites do racional. Mesmo assim, a pressão é constante e o impacto psicológico é inevitável, principalmente quando se atua diretamente no enfrentamento ao crime organizado. (Entrevistado 7, investigador da PCP, 2024).

Essa perspectiva ilustra como a exposição constante a situações de tensão leva a uma dessensibilização progressiva, comprometendo a qualidade de vida dos policiais.

Os dados também indicam que os policiais enfrentam dificuldades em lidar com as exigências emocionais da profissão. O Entrevistado 2 relata um episódio de estresse extremo que resultou em afastamento:

Trabalhei um ano sem folga, fui forçado a retornar para uma área violenta. Depois de um tempo, adoeci, entrei em nível de estresse muito alto, precisei de licença de quatro meses, fiz tratamento psiquiátrico e cheguei a entregar minha arma porque não tinha condições de trabalhar. (Entrevistado 2, Delegado da PCPA, 2024).

Esse depoimento reforça as análises de Dejours (2015), segundo as quais a intensificação contínua do trabalho e a ausência de dispositivos institucionais de reconhecimento e proteção conduzem à exaustão física e psíquica dos trabalhadores, podendo resultar em colapsos subjetivos e adoecimentos graves. A perda progressiva da capacidade de recuperação do corpo e da mente faz com que os policiais permaneçam em estado permanente de alerta, sem possibilidade de descanso adequado, dinâmica que Antunes e Praun (2015) identificam como característica central dos regimes contemporâneos de organização do trabalho.

A correlação entre a carga de trabalho e os sintomas psicológicos também se manifesta na perda de motivação profissional e na falta de perspectivas de melhoria. Muitos servidores relatam um sentimento de frustração diante da ausência de suporte institucional. Minayo, Souza e Constantino (2007) apontam que, sem medidas efetivas para reduzir a carga mental dos policiais, o sofrimento tende a se aprofundar, levando a quadros de depressão e ansiedade severa. Essa deterioração progressiva da saúde mental compromete não apenas a produtividade, mas também a capacidade dos policiais de exercerem suas funções de maneira humanizada. Na próxima página, será apresentada a Tabela 11, sobre o Estresse Organizacional.

Tabela 11 - Estresse Organizacional, Enquete (2023).

O estresse organizacional pode desencadear vários sinais físicos. Qual desses sintomas você apresenta com frequência?	Quantidade	Porcentagem
Insônia	139	21,58
Tensão ou dor muscular	130	20,19
Dificuldade de atenção e concentração	90	13,98
Dor de cabeça	87	13,51
Queda na imunidade	86	13,35
Disfunções gastrointestinais	54	8,39
Disfunção cardiorrespiratórias	32	4,97
Nenhuma das opções acima	26	4,04
Total Geral	644	100,00

Fonte: Elaboração própria (2023).

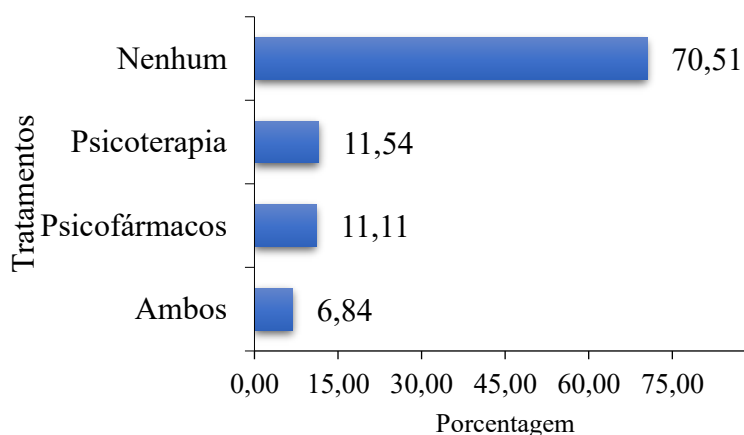
Os dados da Tabela 11 indicam que 21,58% dos policiais civis sofrem de insônia, 20,19% apresentam tensão muscular e 13,98% têm dificuldades de concentração. Esses sintomas estão diretamente relacionados ao estresse organizacional crônico, que decorre da sobrecarga de trabalho e da constante exposição a situações de risco. Dejours (2015) argumenta que o estresse ocupacional não é apenas um reflexo das condições externas de trabalho, mas também da estrutura hierárquica que limita a autonomia dos trabalhadores, impedindo que desenvolvam estratégias de enfrentamento. O Entrevistado 10 exemplifica essa relação ao relatar problemas físicos severos: "Minha mão inchou de um dia para o outro por conta da compressão da coluna, causada por longas horas de trabalho. Fiquei um ano afastada da polícia para tratar o problema".

Esse relato demonstra que a pressão por produtividade contínua compromete não apenas a saúde mental, mas também gera consequências físicas duradouras.

A exposição constante ao estresse também impacta a percepção de segurança dos servidores. Minayo, Souza e Constantino (2007) ressaltam que, em ambientes de trabalho onde o estresse é crônico, há um aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores a transtornos psicossomáticos e ao desgaste progressivo do corpo. O Entrevistado 7 relata um episódio traumático que ilustra esse impacto: "Eu fui destacado para um serviço de alcoolemia durante o Carnaval. No final do plantão, um suspeito me agrediu. Era lutador de Jiu-Jitsu, e na briga tive o bíceps lesionado. O médico disse que, se eu não operasse, perderia 40% da força do braço. A recuperação foi longa e desgastante psicologicamente". Esse exemplo mostra que, além das dificuldades físicas, há também um impacto emocional enorme, que pode comprometer a motivação do servidor para continuar na função.

Dessa forma, os dados evidenciam que o estresse organizacional na Polícia Civil não é apenas uma consequência do tipo de trabalho exercido, mas também do modelo de gestão que impõe sobrecarga e falta de suporte aos servidores. Para minimizar esses impactos, é essencial que sejam implementadas políticas de saúde ocupacional que promovam o equilíbrio entre trabalho e descanso, além de oferecer suporte psicológico efetivo aos policiais. A seguir será apresentada a Figura 12, sobre os Tratamentos para reduzir o Estresse Ocupacional.

Figura 12 - Tratamentos para reduzir o Estresse Ocupacional, Enquete (2023).



Fonte: Elaboração própria (2023)

A Figura 13 revela que 70,51% dos policiais civis não realizam nenhum tratamento para reduzir o estresse organizacional, enquanto apenas 11,54% fazem psicoterapia e 11,11% utilizam psicofármacos. Esses dados são alarmantes, pois indicam que, apesar da alta incidência de sintomas de estresse e sofrimento psíquico constatados nas Tabelas 10 e 11, a grande maioria dos servidores não busca auxílio especializado. Dejours (2015) explica que, em ambientes de trabalho de alta pressão e exigência emocional, a negação do sofrimento é uma estratégia recorrente para evitar o estigma associado à vulnerabilidade psicológica. Esse fenômeno é claramente identificado no relato do Entrevistado 9, que menciona o medo de procurar ajuda institucional:

O pessoal mais antigo me aconselhou a não procurar a DAS, e como eu tinha plano de saúde, fui buscar ajuda fora. Existe muito preconceito com isso. O policial que procura atendimento psicológico é visto como fraco, como alguém que não aguenta a pressão. Então, a maioria prefere se calar, suportar sozinho, mesmo quando está no limite. (Entrevistado 9, investigador da PCPA, 2024).

Esse comportamento reflete a cultura organizacional da polícia, na qual demonstrar sinais de fragilidade emocional pode ser visto como um fator de desqualificação profissional. Além do estigma, outro fator que contribui para a baixa adesão a tratamentos psicológicos é a

sobrecarga financeira e a necessidade de trabalhar em horários extras para complementar a renda. O Entrevistado 10 relata essa dificuldade: “Tem gente que não pode se afastar para tratamento de saúde, porque tem que tirar oito remunerados, dez remunerados, às vezes tirar o nome do colega”. Esse depoimento ilustra como a lógica do desempenho contínuo, descrita por Brito (2020), aprisiona os trabalhadores em um ciclo de exaustão, impedindo que reservem tempo para cuidar de sua própria saúde mental. Ao estarem sempre focados na produtividade e no cumprimento de escalas, os policiais não conseguem interromper o ritmo frenético de trabalho, mesmo quando apresentam sinais evidentes de desgaste psíquico. Minayo, Souza e Constantino (2007) apontam que essa dinâmica reforça a ideia de que a saúde do policial é secundária diante das demandas operacionais da instituição.

A ausência de suporte institucional adequado também agrava esse quadro. Muitos entrevistados mencionam que a Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS) não oferece um serviço eficiente, seja pela demora no atendimento, seja pela falta de confiança nos processos internos. O Entrevistado 7 expressa sua desconfiança: “Tenho lá minhas desconfianças, mas meus colegas dizem que não ajuda muito. Não tenho nada contra, mas precisa melhorar mais. Fazer um trabalho de acompanhamento do policial adoecido, mapear, oferecer programas de prevenção”.

Esse depoimento evidencia a falta de políticas preventivas dentro da corporação e a necessidade de uma reestruturação dos serviços de apoio psicológico. Brito (2020) argumenta que, em ambientes de trabalho marcados pela insegurança e pela falta de suporte institucional, os trabalhadores tendem a desenvolver um comportamento de resistência ao tratamento, pois não confiam que serão protegidos ou amparados caso assumam seu adoecimento.

Dessa forma, a Figura 14 revela não apenas a negligência institucional com a saúde mental dos policiais, mas também a cultura organizacional que perpetua o sofrimento silencioso dos servidores, impedindo que medidas sejam adotadas para retirar os efeitos do estresse ocupacional.

Os dados analisados neste capítulo evidenciam que os afastamentos por transtornos mentais na Polícia Civil do Pará não constituem eventos isolados ou meramente individuais, mas expressões de um sofrimento estrutural, produzido pelas condições organizacionais do trabalho, pela cultura institucional e pela ausência de reconhecimento da vulnerabilidade dos agentes. Diante desse quadro, torna-se fundamental examinar como a instituição responde ao adoecimento já instalado, quais dispositivos de cuidado são oferecidos e quais limites estruturais, simbólicos e territoriais atravessam essas políticas. É a partir dessa perspectiva que o capítulo seguinte analisa o modelo institucional de atenção psicossocial da Polícia Civil do Pará.

CAPÍTULO 5 – POLÍTICAS, IMPLICAÇÕES E PROPOSIÇÕES

5.1 O Modelo Ambulatorial da DAS-PCPA

Este capítulo analisa as políticas institucionais de cuidado em saúde mental na Polícia Civil do Estado do Pará não apenas como respostas administrativas ao sofrimento psíquico, mas como expressões de um determinado modo de governar o trabalho policial. Partindo do pressuposto de que as políticas de cuidado são também dispositivos de poder, busca-se compreender como a organização institucional do cuidado pode tanto mitigar quanto reproduzir formas de silenciamento, estigmatização e responsabilização individual do adoecimento.

Ao examinar a atuação da Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), a análise evidencia que o modelo ambulatorial, centralizado e fragmentado de cuidado tende a operar mais como mecanismo de gestão do adoecimento do que como política estruturante de prevenção. Nesse sentido, o cuidado institucional aparece tensionado entre duas racionalidades: de um lado, o reconhecimento formal da saúde mental como problema legítimo; de outro, a persistência de uma cultura organizacional que associa sofrimento psíquico à incapacidade funcional e ao risco disciplinar.

Tabela 12 - Quantidade de Profissionais de Saúde que Trabalham na DAS (Ano/2025).

Profissionais De Saúde	Quantitativo
Assistentes Sociais	4
Clínico Geral (Médicos)	2
Educador Físico	1
Enfermeiras	3
Fisioterapia	2
Fonoaudiologia	1
Odontologia	9
Psicólogos	5
Psiquiatras	2
Técnico em Enfermagem	2
Total	31

Fonte: Relatório de Gestão da DAS/PCPA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Tabela 12 revela que, até o final de dezembro de 2025, a DAS-PCPA contava com apenas 5 psicólogos (as) e 3 psiquiatras para atender toda a demanda de saúde mental dos servidores da PCPA. Além disso, o número de profissionais de outras áreas também é limitado, com destaque para a carência de médicos clínicos, fisioterapeutas e assistentes sociais em número compatível com a demanda.

A baixa quantidade de profissionais gera um sistema de atendimento extremamente restrito e sobrecarregado. Como consequência, os servidores enfrentam longos intervalos entre consultas, dificuldade de continuidade terapêutica e barreiras no acolhimento inicial. A diretora da DAS relata que, mesmo com o apoio de uma clínica terceirizada contratada pela SEGUP, não é possível atender os familiares dos policiais em psicologia e psiquiatria — o que agrava o sofrimento coletivo de núcleos familiares marcados por luto, adoecimento e estigmas.

A desproporcionalidade entre profissionais e demanda compromete os princípios de universalidade e integralidade previstos na política nacional de atenção à saúde do servidor público, transformando o cuidado psicossocial em um recurso escasso e, muitas vezes, inacessível.

5.2 Interiorização do Sofrimento e Centralização do Cuidado

O modelo de atenção à saúde mental da Polícia Civil do Pará caracteriza-se por um forte viés de centralização territorial, concentrando a maior parte dos atendimentos psicossociais da DAS-PCPA na Região Metropolitana de Belém. Essa constatação, reiterada tanto pelos dados institucionais quanto pelas narrativas dos atores entrevistados, revela um descompasso entre a organização do cuidado e a realidade territorial de uma corporação que atua em um estado de dimensões continentais. Como observa o presidente do SINDPOL-PA, “o atendimento do DAS é simplesmente focado aqui na capital. O interior pouco chega ao atendimento do DAS” (Entrevistado 12, investigador e Presidente do SINDPOL-PA, 2024), evidenciando que o acesso ao cuidado permanece condicionado à proximidade física com os centros administrativos do Estado.

A centralização dos serviços de atenção psicossocial produz efeitos diretos sobre as condições de vida e trabalho dos policiais civis lotados no interior do estado. A ausência de unidades descentralizadas da DAS nas superintendências regionais compromete o acesso regular a serviços de saúde mental, aprofundando processos de exclusão institucional entre trabalhadores que já se encontram submetidos a contextos de elevada pressão, risco e precariedade material. O que se observa, portanto, é um processo de territorialização do sofrimento, no qual a dor se interioriza enquanto o cuidado se metropoliza, instaurando uma lógica que privilegia o centro em detrimento das margens tanto no espaço geográfico quanto na gestão institucional da saúde.

Essa desigualdade territorial é agravada pela sobrecarga trabalhista que marca o cotidiano dos policiais civis no interior do Pará. Conforme relatado pelo presidente do SINDPOL-PA, são comuns jornadas de trabalho organizadas em escalas de 7x7 ou mesmo

10x10, frequentemente ultrapassando as 200 horas mensais. Nessas condições, o policial permanece longos períodos confinado ao espaço da delegacia, exposto de forma contínua a situações-limite, como homicídios, estupro e violência doméstica. Como afirma o dirigente sindical, “o cidadão fica 10 dias dentro de uma delegacia respirando esse ar de conflito [...] não é possível que um policial saia de lá para sua casa da mesma forma que entrou” (Entrevistado 12, 2024). A repetição dessas experiências, sem pausas adequadas e sem suporte psicossocial, tende a naturalizar o sofrimento e a produzir um acúmulo subjetivo de estresse, desgaste emocional e dessensibilização.

A noção de “guerra interior”, desenvolvida por Bassani (2024), contribui de forma decisiva para a compreensão desse cenário. Trata-se de uma guerra que não se limita aos confrontos armados ou às ruas, mas que se instala no interior das instituições, nos turnos extenuantes, nas estruturas precárias das delegacias e na ausência de reconhecimento institucional. No contexto do interior paraense, essa guerra assume contornos ainda mais intensos e invisíveis, uma vez que se desenrola distante dos centros de formulação de políticas públicas e dos serviços especializados de cuidado, tornando o sofrimento dos policiais menos visível e mais difícil de ser enunciado.

Como aponta Alves (2023b), a negação institucional do sofrimento e a ausência de espaços sistemáticos de escuta reforçam a condição de descartabilidade dos trabalhadores da segurança pública, sobretudo daqueles alocados em territórios periféricos ou distantes dos centros de poder. No caso da Polícia Civil do Pará, essa lógica produz desigualdades interinstitucionais profundas, nas quais parte significativa da força de trabalho, principalmente a que atua em municípios com menor infraestrutura é submetida a um regime de abandono silencioso, no qual o sofrimento é tolerado como custo operacional da política de segurança.

A tentativa do SINDPOL-PA de pressionar pela criação de unidades regionais da DAS nas superintendências policiais constitui uma das poucas iniciativas institucionais voltadas ao enfrentamento dessa desigualdade estrutural. Conforme relata o presidente do sindicato, “encaminhamos um requerimento solicitando a descentralização do DAS” (Entrevistado 12, 2024), embora a resposta institucional tenha sido lenta, fragmentada e pouco articulada. O resultado é a consolidação de um modelo de cuidado que concentra recursos onde a vitrine é mais visível, enquanto dispersa e invisibiliza o sofrimento nos territórios em que ele se manifesta de forma mais crônica e intensa.

Essa lógica de centralização e invisibilização territorial dialoga diretamente com o que Farias (2014) denomina de gestão seletiva da vida e da morte. Assim como ocorre nos territórios urbanos periféricos, onde determinadas populações são tratadas como vidas descartáveis, no

interior da própria corporação certas regiões o interior, as fronteiras, os municípios menores passam a operar como zonas de sacrifício institucional. Nesses espaços, o sofrimento dos trabalhadores é naturalizado como parte do custo de operação da política de segurança, criando o terreno sobre o qual surgem respostas institucionais pontuais, como ações itinerantes, iniciativas emergenciais e processos de terceirização parcial do cuidado, que serão analisados no subcapítulo seguinte.

Tabela 13 - Quantitativo de atendimentos na DAS, na Capital (Ano/2025)

Setor	Servidores	Dependentes	Total
Clínica Médica	390	116	506
Psicologia	1.277	99	1.376
Fonoaudiologia	17	121	138
Serviço Social	422	27	449
Enfermagem	1.045	4	1.049
Fisioterapia	1.488	60	1.548
Odontologia	824	435	1.259
Psiquiatria	885	139	1.024
Total geral	—	—	7.349

Fonte: Relatório de Gestão da DAS/PCPA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Tabela 13 materializa essa lógica ao demonstrar que a política de saúde mental da corporação opera prioritariamente onde o cuidado é mais visível, mais estruturado e mais integrado à gestão central. Do ponto de vista sociológico, esses dados indicam que o cuidado institucional não se distribui de forma equânime, mas segue hierarquias territoriais que reproduzem desigualdades históricas entre centro e periferia, capital e interior. Assim, antes mesmo de analisar os conteúdos dos atendimentos, os números já revelam um traço estruturante da política institucional: o cuidado, tal como organizado, é territorialmente seletivo.

Se a Tabela 13 evidencia a centralização do cuidado na Região Metropolitana de Belém, a análise dos atendimentos realizados no interior do Estado aprofunda a compreensão das desigualdades territoriais que atravessam a política de saúde mental da Polícia Civil do Pará. Diferentemente da capital, onde o atendimento ocorre de forma contínua e institucionalizada, o acesso ao cuidado no interior depende majoritariamente de ações pontuais, deslocamentos esporádicos e estratégias emergenciais, materializadas no modelo da DAS Itinerante.

5.2.1 *Iniciativas Itinerantes, Ações Emergenciais e Terceirização Parcial: Respostas Institucionais ao Sofrimento.*

Diante da centralização estrutural do cuidado psicossocial na capital e da ausência de unidades permanentes no interior do estado, a Polícia Civil do Pará passou a adotar respostas institucionais de caráter compensatório, como iniciativas itinerantes, ações emergenciais e formas de terceirização parcial do atendimento em saúde mental. Essas estratégias, embora relevantes do ponto de vista imediato, não configuram uma política estruturada de cuidado, mas operam como mecanismos de contenção do sofrimento em contextos nos quais a precariedade territorial e organizacional se impõe como regra.

Tabela 14 - Quantitativo de atendimentos pelo DAS Itinerante (Ano/2025)

Setor	Quantitativo de Servidores atendidos
Psicologia	229
Serviço Social	145
Enfermagem	391
Total geral	765

Fonte: Relatório de Gestão da DAS/PCPA, elaboração própria (janeiro/2026).

A Tabela 14 mostra que o cuidado ofertado fora da capital assume caráter episódico, descontínuo e excepcional, revelando um padrão no qual o sofrimento é interiorizado, enquanto o cuidado permanece centralizado. Essa assimetria territorial não apenas limita o acesso dos policiais civis do interior aos serviços psicossociais, como também reforça processos de invisibilização do adoecimento mental em regiões marcadas por jornadas extenuantes, escassez de efetivo e elevada exposição à violência.

As ações itinerantes da DAS-PCPA surgem como tentativa de mitigar as desigualdades de acesso ao cuidado entre a capital e o interior do estado. Conforme indicado no Relatório de Gestão da DAS (2025), essas iniciativas consistem em deslocamentos pontuais de equipes técnicas para determinados municípios, geralmente motivados por demandas emergenciais ou por solicitações específicas da gestão. No entanto, sua natureza episódica e descontínua limita significativamente seu alcance, uma vez que não garante acompanhamento longitudinal nem a construção de vínculos terapêuticos duradouros com os servidores atendidos.

Sob uma perspectiva sociológica, tais ações itinerantes tentam funcionar mais como respostas simbólicas à pressão institucional do que como dispositivos efetivos de transformação das condições que produzem o sofrimento. Ao atuar de forma pontual, essas iniciativas

deslocam temporariamente o cuidado até os territórios mais vulneráveis, mas não alteram a lógica centralizadora que estrutura a política de saúde mental da corporação. Como resultado, o sofrimento é reconhecido apenas em momentos críticos, permanecendo invisibilizado no cotidiano do trabalho policial no interior.

Além das iniciativas itinerantes, observa-se a adoção de ações emergenciais como resposta a situações de crise institucional, como episódios de adoecimento coletivo, suicídios ou eventos de violência extrema envolvendo servidores. Essas ações, frequentemente articuladas a campanhas de prevenção ou atendimento imediato, reforçam uma lógica reativa do cuidado, na qual a intervenção ocorre apenas após a eclosão do sofrimento. Embora possam produzir efeitos pontuais de acolhimento, tais medidas não enfrentam as causas estruturais do adoecimento, limitando-se à gestão dos danos já instalados.

Essa lógica reativa dialoga diretamente com a crítica de Dejours (2015), segundo a qual as organizações buscam administrar o sofrimento sem questionar os dispositivos de organização do trabalho que o produzem. No caso da Polícia Civil do Pará, as ações emergenciais e itinerantes acabam por reforçar uma política de cuidado centrada na exceção, e não na regra. Como aponta Bassani (2024), a ausência de institucionalização do cuidado contribui para a naturalização do sofrimento e para sua vivência solitária, transformando a saúde mental em problema individual e não em responsabilidade coletiva da organização.

Outro elemento identificado no Relatório de Gestão da DAS (2025) é a terceirização parcial do atendimento psicossocial, por meio de convênios e encaminhamentos para serviços externos à corporação. Embora essa estratégia amplie, em certa medida, a oferta de atendimento, ela também fragmenta o cuidado e dificulta a articulação entre saúde mental e organização do trabalho. A externalização do atendimento tende a deslocar o sofrimento para fora da instituição, preservando intactas as estruturas internas que o produzem e reproduzem.

Do ponto de vista crítico, a terceirização parcial do cuidado pode ser compreendida como uma forma de desresponsabilização institucional. Ao encaminhar o trabalhador adoecido para fora da corporação, a organização evita confrontar suas próprias práticas de gestão, hierarquia e controle. Essa dinâmica reforça o que Miranda (2016) identifica como silenciamento institucional do sofrimento, no qual o adoecimento é tratado como desvio individual, e não como expressão das contradições do trabalho policial.

Em conjunto, as iniciativas itinerantes, as ações emergenciais e a terceirização parcial do cuidado revelam uma política institucional marcada pela fragmentação e pela ausência de continuidade. Embora indiquem o reconhecimento formal da existência do sofrimento psíquico entre os policiais civis, tais estratégias permanecem incapazes de produzir uma resposta

estrutural, integrada e territorialmente sensível. O cuidado, assim, é ofertado de forma desigual, episódica e reativa, reforçando as assimetrias internas da corporação e limitando seu potencial preventivo.

A análise dessas respostas institucionais permite compreender que o sofrimento psíquico no trabalho policial não decorre da ausência absoluta de políticas, mas da forma como elas são concebidas e operacionalizadas. Ao privilegiar ações pontuais em detrimento de uma política contínua e descentralizada, a Polícia Civil do Pará acaba por administrar o sofrimento sem enfrentá-lo estruturalmente, questão que será retomada na síntese final deste capítulo.

5.3 Barreiras Simbólicas e Institucionais ao Acesso: Estigma, Vergonha e Silenciamento

Mesmo diante do crescente adoecimento psíquico dos policiais civis do Pará, os dados empíricos e os relatos institucionais indicam que o acesso aos serviços de saúde mental permanece condicionado por normas culturais que associam competência profissional à resistência emocional. Nesse arranjo, o sofrimento tende a ser interpretado como insuficiência individual de adaptação, e não como efeito das condições organizacionais do trabalho, o que restringe seu reconhecimento institucional e dificulta a busca por cuidado.

Como relatou a diretora da DAS-PCPA, muitos servidores ainda chegam à Diretoria “com vergonha, com medo do que os outros vão pensar” (Entrevistada 13, Delegada, Diretora da DAS/PCPA, 2024). Segundo ela, é recorrente que policiais evitem o contato visual, hesitem em falar e resistam a relatar suas dores emocionais, mesmo em situações de sofrimento intenso. Nesses casos, a busca por apoio psicológico ou psiquiátrico é vivenciada como uma ameaça simbólica à identidade profissional, uma vez que, no imaginário institucional, “ir à DAS” equivale a declarar-se frágil, condição associada à inaptidão, ao descontrole ou à incapacidade para o exercício do trabalho armado.

Essa percepção é corroborada pelos dados apresentados na Figura 7, extraída da enquete aplicada a 234 servidores, segundo a qual cerca de 70% dos respondentes afirmaram existir preconceito, no interior da corporação, em relação àqueles que buscam tratamento psicológico ou psiquiátrico. A crença de que procurar ajuda constitui sinal de fraqueza permanece dominante, mesmo diante de quadros graves de sofrimento psíquico, reforçando a figura do “bom policial” como aquele que suporta calado, “aguenta a pressão” e não se deixa afetar por traumas, conflitos ou experiências-limite.

A partir de uma perspectiva antropológica da saúde, Barros, Zoboli e Freitas (2024) alertam que políticas de cuidado que desconsideram os contextos institucionais e as experiências concretas dos trabalhadores tendem a reproduzir processos de estigmatização e

silenciamento do sofrimento, operando mais como mecanismos de gestão do adoecimento do que como estratégias efetivas de promoção da saúde. No caso analisado, tais dinâmicas contribuem para a manutenção do silêncio e para o acesso tardio ao cuidado, aprofundando o sofrimento psíquico dos policiais e dificultando a construção de práticas institucionais efetivamente acolhedoras.

A resistência dos policiais em buscar atendimento não decorre, portanto, de desconhecimento individual, mas de um regime institucional que transforma o cuidado em risco simbólico, disciplinar e profissional. Nesse regime, o cuidado deixa de operar como direito social e passa a ser percebido como ameaça à reputação, à identidade profissional e à permanência funcional, produzindo mecanismos de autocensura, adiamento da busca por ajuda e ocultamento do sofrimento.

Nesse contexto, o conceito de estigma, desenvolvido por Goffman (1988), revela-se central para compreender os mecanismos simbólicos que dificultam o acesso ao cuidado. O policial que adoece e procura apoio passa a carregar uma “marca social negativa”, que o afasta do modelo idealizado de agente forte, autônomo e emocionalmente blindado. A identidade deteriorada produzida pelo estigma fragiliza vínculos profissionais, reduz a autoestima e intensifica o isolamento social, contribuindo para o agravamento do sofrimento psíquico.

O resultado desse processo é aquilo que a própria diretora da DAS descreve como “sofrimento envergonhado”: uma forma de dor que não encontra lugar legítimo na gramática institucional e que, por isso, é negada, mascarada ou deslocada para outras expressões, como irritabilidade, agressividade, uso abusivo de álcool e outras drogas ou ideação suicida. Trata-se de uma modalidade de violência simbólica internalizada, que opera como mecanismo de autocontrole e de impedimento ao cuidado, ao mesmo tempo em que preserva a aparência de normalidade institucional.

Essa lógica organizacional, como observa Bassani (2024), alimenta um ciclo de cronificação do sofrimento, no qual o adoecimento mental é não apenas invisibilizado, mas também responsabilizado individualmente. O policial que sofre é visto como fraco; aquele que resiste, como herói. Essa dicotomia perversa entre bravura e fragilidade inviabiliza a construção de políticas de saúde mental baseadas no acolhimento, na escuta e na dignidade subjetiva dos trabalhadores da segurança pública.

Além disso, conforme aponta Alves (2023b), a naturalização do sofrimento psíquico como “parte da profissão” reforça a expectativa institucional de que suportar silenciosamente é um dever moral do policial. O cuidado, quando acessado, tende a ser tolerado apenas em situações-limite, após crises agudas, tentativas de suicídio ou afastamentos compulsórios. Em

vez de integrar uma política contínua de valorização profissional e prevenção, o cuidado permanece periférico, emergencial e profundamente marcado pelo estigma.

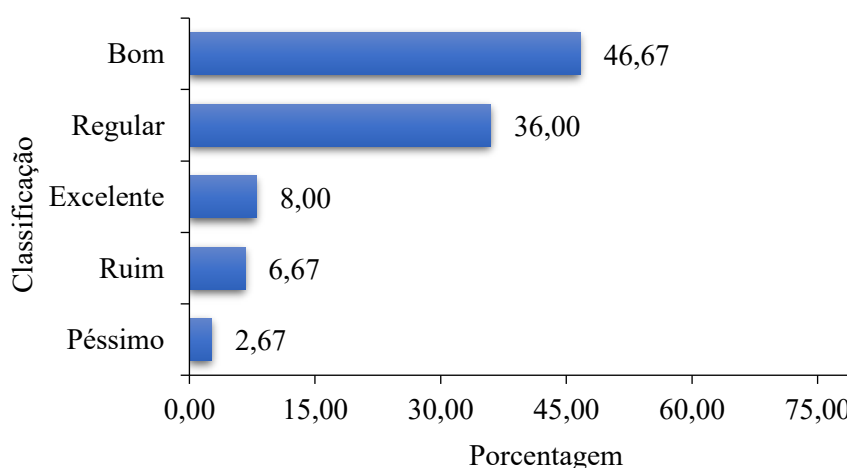
Romper com essas barreiras simbólicas exige mais do que a ampliação das equipes de atendimento ou a descentralização dos serviços ainda que essas medidas sejam fundamentais. Implica transformar a cultura institucional, desarticulando o binômio bravura/fragilidade e reconhecendo o sofrimento psíquico como experiência humana, social e coletiva. Como propõe Dejours (2015), a possibilidade de transformar o sofrimento patogênico em sofrimento criativo depende do reconhecimento social da dor e da existência de espaços legítimos de escuta no interior das organizações.

Enquanto esse reconhecimento não se efetiva, o silêncio seguirá operando como forma de autoproteção psíquica, e o cuidado continuará sendo acessado tardiamente, sob o peso da vergonha, do medo e da ameaça simbólica à identidade profissional.

5.4 Percepção dos Servidores e Avaliação das Políticas de Cuidado: Entre o Acolhimento e a Insuficiência

A avaliação dos próprios policiais civis sobre os serviços ofertados pela DAS-PCPA oferece uma dimensão essencial à análise das estratégias institucionais de cuidado. Os dados da Figura 13, produzida a partir da enquete com 234 servidores, revelam que apenas 12% dos respondentes classificaram o serviço da DAS como “bom” ou “ótimo”, enquanto a maioria expressiva o avalia como “regular” (41%) ou “ruim/péssimo” (33%). Essa percepção de insuficiência revela um descompasso entre as expectativas e as experiências concretas de quem busca ou evita o atendimento psicossocial institucional.

Figura 13 - Avaliação dos Serviços da DAS-PC, pelos Servidores - Enquete 2023.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Ainda que muitos reconheçam o esforço individual de profissionais da DAS e a importância de sua existência, os relatos colhidos nas entrevistas evidenciam críticas recorrentes à fragilidade estrutural do serviço, à lentidão no agendamento, à dificuldade de retorno com o mesmo profissional e à ausência de acompanhamento prolongado. Como sintetizou um dos entrevistados:

O problema não é a DAS em si, é que o tamanho dela não acompanha a demanda. São muitos policiais, muitas dores, muitos casos graves... e a estrutura da DAS é pequena. A gente sente que tem gente boa lá dentro, querendo ajudar, mas eles também estão sobrecarregados. Então o que poderia ser um suporte acaba virando mais um desgaste, quando você tem que esperar meses pra ser atendido. (Entrevistado 4, Escrivão da PCPA, 2024).

Outros policiais relataram que, mesmo reconhecendo a tentativa da instituição de criar um serviço, ele não dá conta da complexidade do sofrimento vivido, com atendimentos episódicos e falta de continuidade no cuidado.

Procurei a DAS quando já estava bem mal, e mesmo assim demoraram pra me atender. A psicóloga que me atendeu foi muito atenciosa, mas só tinha ela, entende? Não tinha como fazer acompanhamento, não tinha como garantir que na próxima eu seria atendido por ela de novo. É difícil criar confiança assim. Parece que a gente tem que estar quase desabando pra conseguir ajuda. (Entrevistado 7, investigador de PCPA, 2024).

A falta de estabilidade na equipe e o caráter fragmentado do atendimento também aparecem como obstáculos importantes:

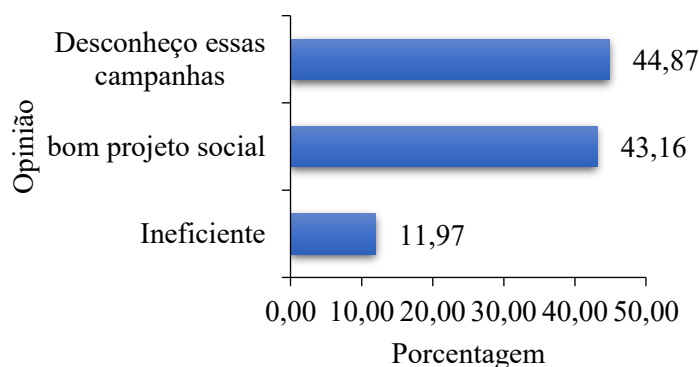
A gente vai, desabafa, conta a vida toda, expõe fraqueza que a gente nem fala pros colegas. Aí quando volta pra próxima consulta, é outro profissional, que não sabe de nada. Tem que contar tudo de novo. Isso desgasta demais. Muita gente desiste por isso. Aí fica parecendo que o problema é com a gente, mas é o sistema que tá quebrado. (Entrevistado 9, investigador de PCPA, 2024).

A fala do entrevistado 9, refere-se a um problema institucional que DAS-PCPA passa há anos com relação ao seu corpo de trabalhadores. O último concurso público para compor o quadro de psicólogos e assistentes social foi em 2006. Só existe duas psicólogas e uma assistente social de carreira efetiva trabalhando na DAS, o restante dos profissionais, são contratados por época, e isso tem a ver com a troca de governo estadual e/ou são cedidos de outros órgãos da administração pública. No caso, de psiquiatras, todos que trabalham na DAS são contratos temporários. Portanto, é comum que tenha rotatividade de profissionais da saúde, sobretudo na área da saúde mental.

Outro aspecto relevante diz respeito às ações de conscientização em saúde mental e de promoção do autocuidado desenvolvidas pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS) junto aos policiais civis. Importa destacar que esse tipo de iniciativa já vinha sendo implementado institucionalmente antes mesmo da promulgação da Lei nº 14.531, de 11 de janeiro de 2023, o que indica a existência de esforços anteriores voltados à sensibilização dos servidores para temas relacionados à saúde psíquica. A referida legislação, ao instituir diretrizes nacionais para a atenção psicossocial nas polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares, explicita como princípios centrais a conscientização, a sensibilização e a capacitação dos profissionais para a identificação, o acolhimento e o encaminhamento de pessoas em sofrimento psíquico, bem como a prevenção da violência autoprovocada e do suicídio entre os trabalhadores da segurança pública (BRASIL, 2023).

Essas campanhas que a DAS oferece aos policiais civis, seguem o calendário do Ministério da Saúde do Governo Federal e são geralmente sobre incentivos para que o policial tenha o autoconhecimento sobre: consciência da saúde mental (janeiro branco); sobre o câncer (outubro rosa); saúde do homem (novembro azul); você não está sozinho, procure a DAS (setembro amarelo); dignidade e respeito para com a pessoa do idoso (junho violeta) e assim vai as programações durante o ano todo, geralmente esses eventos são realizados no auditório da Delegacia Geral da Polícia Civil que fica localizada na Capital. Para contrapor, apresento o seguinte resultado da enquete e algumas falas dos entrevistados, perceba.

A Figura 14, por sua vez, mostra que as ações de campanha e prevenção realizadas pela DAS são percebidas como esparsas e de baixo impacto, tanto em sua frequência quanto em sua efetividade. A maioria dos participantes da enquete afirmou desconhecer as campanhas promovidas, ou considerá-las desarticuladas da realidade cotidiana dos policiais. Isso reforça a constatação de que o cuidado permanece centrado na resposta ao adoecimento já instalado, e não na prevenção, na escuta ativa ou na transformação da cultura organizacional. Na próxima página será apresentada a Figura 14 sobre as Campanhas da DAS-PC.

Figura 14 - Campanhas da DAS-PC, Enquete (2023)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Essa percepção é reforçada por servidores que apontam a ausência de comunicação e de presença efetiva da DAS nas unidades:

Nunca vi campanha nenhuma da DAS. Tudo que a gente sabe é porque algum colega comentou. Nunca chegaram folders, rodas de conversa, palestras... nada. Parece que o serviço existe só no papel ou só pra quem trabalha na capital. A maioria aqui do interior nem sabe onde procurar ajuda. (Entrevistado 11, Delegada de PCPA, 2024).

Como destaca Durão e Souza (2021), um dos principais desafios para a consolidação de políticas públicas de saúde mental nas instituições policiais é romper com a dicotomia entre o policial como herói ou como falido e construir, em seu lugar, uma visão do policial como trabalhador atravessado por contradições, limites, desafios e direitos. Nesse sentido, os dados da enquete revelam que, embora exista uma demanda latente por cuidado, os canais de comunicação institucionais, ainda não são percebidos como confiáveis, contínuos ou legítimos pela maioria da categoria.

Essa avaliação ambivalente — entre o reconhecimento da importância simbólica da DAS e a crítica à sua insuficiência prática — pode ser compreendida, à luz de Dejours (2015), como uma forma de sofrimento ético, em que o sujeito reconhece a importância do cuidado, mas não encontra, na instituição, os meios para acessá-lo de forma satisfatória. A escuta é desejada, mas não garantida. O cuidado é necessário, mas não universal. O acolhimento é simbólico, mas não sustentado.

O que se desenha, portanto, é um quadro de institucionalização parcial do cuidado, em que as políticas existem formalmente, mas não se consolidam como prática viva no cotidiano da corporação. A cultura do silêncio, o medo da exposição e a baixa percepção de efetividade

dos serviços operam como barreiras internas à busca por ajuda, mesmo entre aqueles que reconhecem sua necessidade.

Como afirmam Bertassoni da Silva, Vargas e Holanda (2023), a efetividade de uma política institucional de saúde mental não pode ser medida apenas pelo número de atendimentos realizados, mas pela capacidade de transformar a relação do trabalhador com seu sofrimento, rompendo com o ciclo da negação e do isolamento. Nesse aspecto, os relatos dos entrevistados e os dados da enquete indicam que ainda há um longo caminho a percorrer.

A superação desse quadro exige não apenas ampliação de estrutura física ou contratação de profissionais, mas, sobretudo, mudanças profundas na cultura institucional, capazes de legitimar o sofrimento como parte da experiência trabalhista e de reposicionar o cuidado como um direito e não como uma concessão emergencial. Enquanto isso não ocorrer, a DAS continuará sendo percebida mais como uma instância de contenção do adoecimento do que como promotora da saúde integral dos trabalhadores.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidenciou que o sofrimento psíquico dos policiais civis do Pará é produzido e intensificado por um conjunto de fatores institucionais, territoriais e organizacionais que ultrapassam a esfera individual do trabalhador. A centralização do cuidado na capital, a fragilidade das ações itinerantes, a lógica emergencial das intervenções e a terceirização parcial do atendimento revelam uma política de saúde mental marcada pela descontinuidade, pela fragmentação e pela dificuldade de enfrentar estruturalmente as condições de trabalho que geram adoecimento. Ao administrar o sofrimento sem transformá-lo em questão política e organizacional, a instituição tende a reproduzir mecanismos de silenciamento, desigualdade territorial e responsabilização individual, principalmente entre os policiais lotados no interior do estado.

Nesse sentido, o capítulo demonstra que as políticas de cuidado existentes, embora relevantes, permanecem insuficientes para romper com a lógica de invisibilização do sofrimento e com a gestão seletiva da proteção institucional. Essas constatações conduzem, portanto, às Considerações Finais, nas quais se retomam os principais achados da pesquisa, suas implicações sociológicas e institucionais, bem como os limites e possibilidades de construção de políticas públicas de saúde mental que reconheçam a vulnerabilidade como dimensão constitutiva do trabalho policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta tese evidenciou que o sofrimento psíquico no trabalho policial civil não pode ser compreendido como expressão isolada de fragilidades individuais, nem como resultado exclusivo da exposição cotidiana à violência. Ao contrário, trata-se de um fenômeno socialmente produzido, institucionalmente regulado e culturalmente silenciado, inscrito nas formas de organização do trabalho, nas dinâmicas hierárquicas, nas exigências operacionais, na responsabilização jurídico-funcional, nos regimes intensivos de plantão e nos dispositivos simbólicos que conformam a identidade profissional policial.

Ao longo da investigação, demonstrou-se que o trabalho policial civil, especialmente no contexto da Polícia Civil do Estado do Pará, é atravessado por múltiplos fatores de risco psicossocial. Entre eles destacam-se a sobrecarga de trabalho, o déficit de efetivo, a exposição reiterada a situações de violência e trauma, a pressão por produtividade, os conflitos interpessoais, as experiências de assédio, a insegurança institucional e a dificuldade de reconhecimento legítimo da vulnerabilidade psíquica. Tais elementos não atuam de forma isolada, mas compõem uma engrenagem organizacional que produz desgaste emocional, sofrimento e adoecimento mental.

Nesse sentido, a tese central defendida neste estudo confirma-se: o sofrimento psíquico no trabalho policial civil é produzido na interseção entre condições laborais, cultura institucional e limites das políticas de cuidado. A instituição não apenas responde ao adoecimento já instalado, mas também participa de sua produção e regulação, na medida em que naturaliza determinadas formas de sofrimento, valoriza a invulnerabilidade emocional e impõe custos simbólicos e funcionais àqueles que reconhecem publicamente sua condição de adoecimento.

A política de atendimento psicossocial desenvolvida pela Diretoria de Atendimento ao Servidor da Polícia Civil do Pará (DAS/PCPA) foi reconhecida, ao longo da pesquisa, como uma iniciativa institucional relevante. Sua existência representa um avanço importante no campo do cuidado aos servidores, especialmente em uma instituição historicamente marcada por culturas de silêncio, resistência emocional e baixa legitimação da saúde mental como dimensão do trabalho policial. Contudo, os dados também evidenciaram limites estruturais, operacionais, territoriais e simbólicos que comprometem a efetividade dessa política.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a centralização dos serviços de cuidado na capital. A concentração das ações da DAS/PCPA em Belém dificulta o acesso de servidores lotados em áreas mais afastadas ou em unidades com menor estrutura institucional.

Essa configuração reforça desigualdades no acesso ao cuidado e evidencia a importância da categoria analítica denominada, nesta tese, de interiorização do sofrimento. Tal categoria permite compreender o processo pelo qual a distância geográfica, a precariedade estrutural das unidades, a desigual distribuição dos serviços especializados e a menor circulação de políticas de cuidado ampliam o silenciamento e dificultam o reconhecimento das demandas de saúde mental dos policiais civis.

A interiorização do sofrimento não deve ser entendida apenas como uma questão espacial, mas como expressão de desigualdades institucionais e territoriais próprias do contexto amazônico paraense. Em uma corporação distribuída por um território amplo, diverso e marcado por dificuldades de deslocamento, conflitos sociais, violência urbana e rural, crimes ambientais, disputas fundiárias e presença estatal desigual, o sofrimento psíquico assume contornos particulares. Assim, o acesso ao cuidado não depende apenas da existência formal de uma política institucional, mas de sua capacidade de alcançar diferentes territórios e realidades de trabalho.

Outro aspecto central identificado pela pesquisa refere-se à associação simbólica entre sofrimento psíquico e sanção institucional, especialmente no que diz respeito à suspensão do porte de arma de fogo. Para muitos policiais civis, a possibilidade de “entregar a arma” aparece como ameaça à identidade profissional, à legitimidade funcional e ao pertencimento institucional. Essa associação transforma o cuidado em risco percebido, produzindo medo, resistência e adiamento na busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico. Dessa forma, a arma de fogo deixa de ser apenas instrumento de trabalho e passa a funcionar como marcador simbólico de capacidade, virilidade institucional, autoridade e reconhecimento profissional.

Esse achado revela a necessidade de revisão dos fluxos institucionais que vinculam adoecimento mental, afastamento funcional e restrição ao porte de arma. Não se trata de negar a importância de avaliações técnicas de segurança, mas de evitar que o acesso ao cuidado seja percebido automaticamente como punição, perda de status ou desqualificação profissional. A instituição precisa construir protocolos claros, graduais, transparentes e humanizados, capazes de assegurar sigilo, proteção institucional, avaliação responsável e acompanhamento contínuo dos servidores em sofrimento.

Do ponto de vista teórico, esta tese contribui para o campo da Sociologia do Trabalho e da Saúde ao deslocar a compreensão do adoecimento mental policial do plano individual para o plano das relações sociais, organizacionais e institucionais. Ao articular trabalho policial, sofrimento psíquico, cultura organizacional, políticas de cuidado e território, a pesquisa demonstra que a gestão da força policial implica também a gestão da vulnerabilidade dos

trabalhadores. Essa formulação permite compreender o sofrimento não como falha subjetiva, mas como efeito das formas pelas quais o trabalho é organizado, reconhecido, controlado e simbolicamente regulado.

Do ponto de vista científico, a pesquisa contribui ao articular diferentes estratégias metodológicas: pesquisa documental, enquête quantitativa e entrevistas semiestruturadas. A triangulação entre registros institucionais, dados descritivos e narrativas qualitativas permitiu construir uma leitura mais densa do fenômeno investigado, evitando tanto a psicologização do sofrimento quanto sua diluição em explicações exclusivamente estruturais. A combinação desses dados possibilitou apreender o sofrimento psíquico em suas dimensões objetivas, subjetivas, simbólicas e institucionais.

Do ponto de vista social, a tese evidencia que a saúde mental dos profissionais da segurança pública deve ser reconhecida como tema de interesse coletivo. O sofrimento psíquico dos policiais civis não afeta apenas trajetórias individuais, mas repercute na qualidade do serviço público, nas relações institucionais, na capacidade de investigação, na convivência social, na proteção da vida e na própria legitimidade democrática das instituições policiais. Cuidar de quem cuida, portanto, não é um gesto assistencial secundário, mas uma dimensão estratégica da segurança pública.

Do ponto de vista prático, os resultados apontam para a necessidade de aprimoramento das políticas institucionais de cuidado no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará. Entre as medidas sinalizadas para minimizar o sofrimento psíquico, destacam-se: a descentralização dos serviços psicossociais; a criação de núcleos regionais de atenção à saúde mental; a ampliação do teleatendimento; o fortalecimento da equipe multiprofissional da DAS/PCPA; a construção de protocolos de acompanhamento dos servidores afastados; a definição de fluxos transparentes de retorno ao trabalho; a garantia de sigilo e proteção institucional ao servidor que busca atendimento; a capacitação de gestores para identificação precoce de sinais de sofrimento; e a realização de campanhas permanentes de enfrentamento ao estigma.

Essas medidas não devem ser compreendidas como ações pontuais ou emergenciais, mas como parte de uma política institucional contínua, preventiva e territorialmente sensível. A passagem de um modelo predominantemente reativo para uma política preventiva exige monitoramento permanente dos indicadores de adoecimento, acompanhamento sistemático dos afastamentos, construção de instrumentos específicos de avaliação psicossocial e articulação entre gestão, saúde, formação policial, representação sindical e rede pública de atendimento.

Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer estruturalmente a DAS/PCPA, especialmente no que se refere aos recursos humanos especializados. A recomposição e

ampliação das equipes multiprofissionais constituem condição indispensável para que a política de cuidado deixe de operar de forma limitada e possa responder, com maior abrangência, às demandas reais dos servidores. A realização de concurso público para a área da saúde, a ampliação de profissionais de psicologia, psiquiatria, serviço social, enfermagem e áreas correlatas, bem como a interiorização dos serviços, aparecem como medidas fundamentais para consolidar uma política efetiva de cuidado psicossocial.

No campo da formação profissional, recomenda-se a incorporação da temática do trabalho policial e do adoecimento psíquico nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento desenvolvidos pela Academia de Polícia Civil. A saúde mental deve ser tratada como dimensão constitutiva da atividade policial, e não como tema periférico ou excepcional. A formação continuada pode contribuir para a construção de uma cultura institucional mais sensível ao sofrimento, favorecendo o reconhecimento precoce dos sinais de adoecimento, a redução do estigma e a valorização do cuidado como prática compatível com a identidade profissional policial.

Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de instrumentos institucionais permanentes de avaliação psicossocial, voltados especificamente aos profissionais da segurança pública. Esses instrumentos devem considerar as particularidades do trabalho policial civil, contemplando dimensões como exposição à violência, carga de trabalho, regime de plantão, pressão institucional, assédio moral e sexual, suporte organizacional, medo de estigmatização, suspensão do porte de arma, afastamentos por adoecimento mental, reintegração funcional e percepção sobre os serviços de cuidado. A criação desses mecanismos pode permitir que a instituição deixe de atuar apenas diante do adoecimento já instalado e passe a desenvolver estratégias contínuas de prevenção.

Como limitação da pesquisa, destaca-se que a enquete teve caráter descritivo e não utilizou escalas psicométricas específicas para mensuração de ansiedade, depressão, estresse ocupacional, transtorno de estresse pós-traumático ou qualidade de vida. Essa escolha foi coerente com os objetivos sociológicos da investigação, voltados à compreensão das condições de trabalho, das percepções dos servidores e dos limites das políticas institucionais de cuidado. No entanto, futuras pesquisas poderão incorporar instrumentos padronizados e validados, de modo a aprofundar a avaliação dos impactos psicossociais do trabalho policial e oferecer subsídios ainda mais direcionados para a formulação de políticas públicas.

Também se reconhece como limitação o recorte territorial da pesquisa, concentrado em Belém, Região Metropolitana e localidades próximas, ainda que a análise dialogue com a realidade mais ampla da Polícia Civil do Estado do Pará. Estudos futuros poderão ampliar o

campo empírico para outras regiões do estado, especialmente municípios do interior, áreas de fronteira, regiões de conflito fundiário, zonas de intensa violência urbana e localidades com maior dificuldade de acesso aos serviços institucionais de cuidado. Essa ampliação permitiria aprofundar a categoria da interiorização do sofrimento e comparar diferentes formas de experiência do trabalho policial no território amazônico.

Por fim, os achados desta tese indicam que o aprimoramento da política de cuidado psicossocial exige mais do que ampliação de serviços. Exige uma transformação nas formas de gestão, nas culturas institucionais e nas representações sobre vulnerabilidade, adoecimento e cuidado. A saúde mental dos policiais civis precisa ser reconhecida como dimensão estratégica da segurança pública, integrada ao planejamento institucional, à formação profissional, à gestão de pessoas e às políticas de valorização do servidor.

Conclui-se, portanto, que o sofrimento psíquico no trabalho policial civil é inseparável das condições concretas em que esse trabalho se realiza e das formas pelas quais a instituição reconhece, silencia ou administra a vulnerabilidade de seus trabalhadores. Enfrentar esse sofrimento requer políticas públicas intersetoriais, territorialmente sensíveis e institucionalmente legitimadas, capazes de romper com a cultura do silêncio e afirmar o cuidado como princípio estruturante da gestão policial. Em última instância, cuidar da saúde mental dos policiais civis significa também fortalecer a qualidade democrática da segurança pública, a proteção da vida e a humanização das instituições responsáveis por garantir direitos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A gestão da justiça criminal no Brasil. São Paulo: Fundação Seade, 2008.
- AGÊNCIA PÚBLICA. Homens de farda não choram. São Paulo, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 2 jan. 2026.
- ALMEIDA, Nathália Ferreira de; CHAVES, Andrea Bittencourt Pires. Estresse policial: uma revisão integrativa sobre o estresse ocupacional em policiais. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, p. 52700-52703, 2020.
- ALVES, Giovanni. A nova degradação do trabalho: a reestruturação produtiva no Brasil. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2023a.
- ALVES, Paulo Henrique Ferreira. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: o papel dos valores, das metas e do suporte social no bem-estar na PMDF*. 2023. 243 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023b.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407–427, jul./set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Myriam Epelbaum Bosi; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone; FREITAS, Carlos Machado de. (Orgs.). *Antropologia na saúde: contribuições epistemológicas e desafios críticos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58911>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- BASSANI, Fernanda. A dor que não tem farda: sofrimento psíquico e políticas públicas na segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2024.
- BERTASSONI DA SILVA, G.; VARGAS, T. A.; HOLANDA, D. P. Prática policial e saúde mental: a importância do investimento em cuidado psicossocial nas instituições policiais brasileiras. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 17, n. 1, p. 168-189, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o Regime Geral de Previdência Social e o Sistema Único de Saúde no âmbito da segurança pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e dispõe sobre a organização da segurança pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 14.531, de 11 de janeiro de 2023. Dispõe sobre ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.735, de 23 de novembro de 2023. Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 1.419, de 27 de agosto de 2024. Altera a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 2024.

BRITO, José Mário Barbosa de. “Até onde o corpo aguenta somos humanos, depois disso somos bombeiros”: análise dos riscos psicossociais relacionados à organização e às condições do trabalho bombeiro militar. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

COLARES, Aiala; SOUSA, Victor; MAIA, Heron. Cartografias da violência na Amazônia: milícias, narcotráfico e conflitos armados. Belém: Imazon; Fundação Heinrich Böll, 2023.

CONSTANTINO, Patrícia. *Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo nos municípios de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro*. 2006. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Carolina Ferreira; SALLA, Fernando. Saúde mental de policiais: a precariedade do cuidado institucional nas polícias estaduais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 134-153, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=688875334007>. Acesso em: 23 jul. 2025. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2022.v16.n1.1600>.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DURÃO, Susana; SOUZA, Wellyngton. Polícia é profissão, policial é trabalhador; não é tropa: sobre a utopia do trabalho policial no Brasil. *SYNTHESIS – Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 66-83, set./dez. 2021.

FARIAS, Juliana. *Governo de Morte: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Flávio; DIAS, Lúcia. Sofrimento psíquico e trabalho: as configurações no cotidiano das organizações policiais. *Revista de Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 1, p. 115-128, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GARLAND, David. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. São Paulo: Revan, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. Instituições totais: ensaios sobre a condição social dos internos e outros temas. São Paulo: Editora da USP, 1988.

KANT DE LIMA, Roberto. Os cruéis modelos jurídicos de controle social. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

LAMEGO, Matheus Maciel; BASSANI, Fernanda. Sofrimento psíquico entre policiais: um estudo na Polícia Civil do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 12, n. 2, p. 2145-2155, 2022.

LEMES, Juliana; MARTINS, Juliana; SCHROEDER, Beatriz. A saúde mental dos policiais precisa estar na centralidade das políticas de segurança pública. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. p. 46–49.

MAGALHÃES, Amanda; PANTOJA, Luis; FÉLIX, Jonas. Saúde mental de policiais civis: desafios e políticas institucionais. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 1, p. 45-57, 2024.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu. A morte como hipótese de trabalho: a percepção dos riscos profissionais pelo policial militar nas diferentes regiões do Estado do Pará. 2021. 139 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos

MINAS GERAIS (Estado). Lei Complementar nº 179, de 21 de junho de 2024. Dispõe sobre a prevenção e o enfrentamento do assédio moral no âmbito da administração pública do Estado de Minas Gerais. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 21 jun. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais civis do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 151-160, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023. Atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho – LDRT. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 nov. 2023.

MIRANDA, Dayse (org.). Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro: por que os policiais se matam? Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2016.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt de. Sangue nos Olhos: Sociologia da Letalidade Policial no Estado do Pará. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Diretrizes sobre saúde mental no trabalho. Genebra: OIT, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Mental health at work. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PARÁ (Estado). Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Resolução nº 494/2025. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 2025a.

PARÁ (Estado). Polícia Civil do Estado do Pará. Instrução Normativa nº 001/2022 – GAB/DG/PA. Dispõe sobre a suspensão temporária da autorização para o porte de arma de fogo de policial civil em casos de suspeita de comprometimento da saúde mental. Belém, 2022.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. Mortes intencionais de agentes de segurança pública no Estado do Pará (2012–2025). Belém: SEGUP, 2026.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública. Minuta de Regulamentação do Comitê de Saúde dos Servidores da Segurança Pública. Belém, 2025b.

PINHEIRO, Marcelo; MUSSER, Roberta; MELO, Renata. Condições de trabalho e saúde mental em delegacias do Brasil. *Revista Segurança e Cidadania*, v. 9, n. 1, p. 12-27, 2023.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco. Trabalho e sociedade: paradigmas para análise sociológica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; MIRANDA, Brenno Moraes; ARAÚJO, Luiz Victor Almeida de. Chacinas de Belém: participação de grupos milicianos e de extermínio nos homicídios de Belém, Pará, Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 172–193, fev./mar. 2024. DOI: 10.31060/rbsp.2024.v18.n1.1757.

RELATÓRIO DE GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL DO PARÁ. Relatório Anual. Belém: Polícia Civil do Pará, 2025.

SANTIAGO, Savio Rangel Urcezino; CHAVES, Andréa Bittencourt Pires; JATENE, Izabela da Silva; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares. Estigmatização das vítimas da Grande Chacina do Guamá: uma análise das narrativas midiáticas. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 11, n. 2, p. 44–72, maio/ago. 2024. ISSN 2359-5582.

SANTOS, Jorge Fabricio dos; NASCIMENTO, Durbens Martins; MIRANDA, Wando Dias; REIS NETTO, Roberto Magno; GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira; CAMPOS, Josivane do Carmo; GAUDÊNCIO, Sandra Letícia Magalhães; GUALBERTO, Evelyn Muranini; MERCÊS, Frederico Silva das. Caracterização da vitimização policial militar no Brasil segundo as pesquisas realizadas no período de 2014 a 2024. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 1–27, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n6-180.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ (SEGUP). Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022-2031. Belém: SEGUP, 2024.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOUZA, Aline; COSTA, Vinícius. Cultura organizacional policial e adoecimento mental. *Revista Psicologia e Trabalho*, v. 22, n. 3, p. 201-215, 2020.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ZANOTTI, Fernanda. *Sufrimento mental no trabalho policial militar: uma análise sociológica*. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2024.

ANEXO 1 - Formulário para Pesquisa com 234 servidores PCPA - Enquete

I – DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

- 1) FAIXA ETÁRIA (em Anos): 18 a 22 23 a 27 28 a 32 33 a 37 38 a 42 43 a 47 48 a 52 53 a 57 58 a 62 acima de 62 anos
- 2) SEXO BIOLÓGICO: Masculino Feminino
- 3) COR/RAÇA/ETNIA: Branca Parda Preto(a) Amarela Indígena não sabe
- 4) ESTADO CIVIL: Solteiro(a) Casado(a)/União Estável Divorciado(a) Viúvo(a)
- 5) QUANTAS VEZES VOCÊ JÁ FOI CASADO (A)/UNIÃO ESTÁVEL? 1 2 3 Acima de 3
- 6) QUANTOS FILHOS (AS) VOCÊ TEM? nenhum um dois três quatro cinco mais de cinco
- 7) ORIENTAÇÃO SEXUAL: Heterossexual Homossexual Bissexual Assexual Pansexual
- 8) NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Graduação Especialização Pós-Doutorado Mestrado Doutorado Pós-doutor
- 9) QUAL É SUA RENDA FAMILIAR? (em salário mínimo) entre 1 e 2 entre 2 e 3 entre 3 e 5 entre 5 e 7 entre 7 e 10 entre 10 e 13 entre 13 e 16 entre 16 e 19 entre 19 e 22 acima de 22
- 10) VOCÊ É DE QUAL REGIÃO DO BRASIL: Norte Nordeste Centro-Oeste Sudeste Sul
- 11) ESTADO: _____ CIDADE: _____

II - SOBRE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. QUAL SEU CARGO PÚBLICO? Delegado(a) Escrivão(ã) Investigador(a) Papiloscopista Quadro Administrativo em Geral Perito Policial Motorista Policial Auxiliar Técnico Policial
2. QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHA NA POLÍCIA CIVIL? (Em anos) 1 até 5 6 a 10 11 a 15 16 a 20 21 a 25 26 a 30 mais de 30 anos Aposentado(a)
3. ATUALMENTE VOCÊ TRABALHA ONDE? Capital Região metropolitana de Belém Municípios do Interior Estou de licença Aposentado (a)
4. QUE TIPO DE JORNADA DE TRABALHO VOCÊ TRABALHA? Plantão Expediente Revezamento semanal Revezamento quinzenal Outros
5. QUAL DESSAS UNIDADES POLICIAIS VOCÊ EXERCE SUA ATIVIDADE? Diretoria Divisão Superintendência Seccional Delegacia Nenhuma
6. ALÉM DO SEU HORÁRIO NORMAL DE TRABALHO, VOCÊ TEM RENDA COMPLEMENTAR? Não tenho Tiro plantão remunerado Tiro diárias nas viagens Tenho dois vínculos Nenhuma

III - SOBRE OS FATORES SOCIOCULTURAIS DOS TRABALHADORES

7. O QUE TE LEVOU A ESCOLHER A PROFISSÃO POLICIAL? Estabilidade financeira Influência familiar Era meu sonho ser policial Foi o que deu pra passar Nunca imaginei ser polícia
8. O QUE VOCÊ CONSIDERA PREJUDICIAL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO? Sistema hierárquico Tratamento desigual Falta de reconhecimento Discriminação e/ou preconceito Interferência política partidária Medo de morrer Medo de ficar inválido Distância dos familiares Solidão
9. NO QUESITO ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, QUAL DESSES FATORES INFLUENCIAM NEGATIVAMENTE O DESEMPENHO DA SUA ATIVIDADE POLICIAL? Excesso de trabalho Unidade policial com mínimas condições de trabalho Falta efetivo Falta de apoio institucional Baixa remuneração Falta de auxílio saúde (plano)
10. COMO VOCÊ CONSIDERA SUA RELAÇÃO DE TRABALHO COM SEUS COLEGAS POLICIAIS? Mantenho distância Minha segunda família Indiferente Normal

11. VOCÊ JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE ASSÉDIO NO AMBIANTE DE TRABALHO? () Não () Sim, qual? () Moral () Sexual () ambos
12. O QUE MAIS TE DEIXA IRRITADO (A) NO TRABALHO POLICIAL? () Ordens absurdas () Chefia despreparadas () Falta de estruturas das delegacias () Corrupção no meio policial () Lidar com o público () Falta de qualificação () Tratamento desigual () Falta de reconhecimento profissional () Excesso de trabalho () Nada me aborrece no trabalho
13. VOCÊ ACHA QUE A VIOLÊNCIA CRIMINAL VIVENCIADA NO COTIDIANO PROFISSIONAL INTERFERE NA SUA VIDA PESSOAL? () Sim () Não
14. VOCÊ TEM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO? () Sim () não
15. VOCÊ ENCONTRA-SE ENDIVIDADO (A)? () Não estou endividado (a) () Tenho baixo endividamento, não chega a 30% da remuneração () Tenho endividamento, entre 30% a 50% da minha remuneração () Tenho alto endividamento, mas que 50% da remuneração
16. VOCÊ SE ARREPENDE DE SER POLICIAL CIVIL? () Sim () Não () Não sei
17. VOCÊ INDICARIA ESSA PROFISSÃO PARA SEUS FILHOS E/OU FAMILIARES? () Sim () Não () Não sei

IV - SOBRE SAÚDE MENTAL E ADOECIMENTO

18. VOCÊ APRESENTA ALGUM DESSES SINTOMAS PSICOLÓGICOS? () Irritabilidade excessiva () Cansaço excessivo () Nervosismo () Retraimento social no Trabalho () Perda do senso de humor () Nenhuma
19. ESTRESSE ORGANIZACIONAL DESECANDEIA VARIOS SINAIS FÍSICOS. QUAL DESSES SINTOMAS VOCÊ APRESENTA? () Dor de cabeça () Tensão muscular () Queda na imunidade () Dificuldade de atenção e concentração () Dor muscular () Disfunções gastrointestinais () Disfunção cardiorrespiratórias () Insônia () Dor nas costas () Nenhum
20. VOCÊ JÁ FOI DIAGNOSTICADO (A) COM ALGUM TIPO DE TRANSTORNO MENTAL POR CONTA DO TRABALHO POLICIAL? () Sim () Não () Não sei informar
21. VOCÊ FAZ USO DE TRATAMENTO PARA REDUZIR O ESTRESSE ORGANIZACIONAL? () Psicoterapia () Psicofármacos () Nenhum () Ambos
22. VOCÊ FAZ USO DE REMÉDIO SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA? () Sim () Não
23. VOCÊ ACHA QUE EXISTE PRECONCEITO COM POLICIAIS QUE FAZ TRATAMENTO PSICOLÓGICO e/ou PSQUIÁTRICO PELOS COLEGAS DE TRABALHO? () Sim () Não () Não sei informar
24. VOCÊ TEM HÁBITO DE USAR OS SERVIÇOS OFERTADOS PELA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR DA POLÍCIA CIVIL? () Não () Sim, qual? () Serviço social () Psicologia () Psiquiatria () Clínica médica () Enfermagem () Fonoaudiologia () Fisioterapia () Odontologia
25. VOCÊ ACHA NECESSÁRIO TER QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE SAÚDE MENTAL PARA OS SERVIDORES DA PCPA? () Sim, isso pode ajudar na conscientização () Não vejo que vai mudar algo na vida dos policiais () Por mim tanto faz
26. COM RELAÇÃO AO SERVIÇO DISPONIBILIZADO PELA DAS, VOCÊ CONSIDERA: () Péssimo () Regular () Bom () Excelente () Não usei, pois onde sou lotado não possui esse serviço
27. VOCÊ JÁ PRECISOU SER AFASTADO DO TRABALHO POR DOENÇA MENTAL DECORRENTE DE ATIVIDADE POLICIAL? () Não () Sim
28. O QUE VOCÊ ACHA DAS CAMPANHAS PREVENTIVAS PROMOVIDAS PELA DIRETORIA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR DA PCPA? () Desconheço essas campanhas () Acho ineficiente () Acho um bom projeto social
29. VOCÊ TEM RECEIO DOS COLEGAS EM SABER QUE VOCÊ FAZ TRATAMENTO PSIQUIATRICO/PSICOLÓGICO? () Não sei, pois nunca fiz tratamento () Prefiro que ninguém saiba () Conto logo para meus colegas () Tenho vergonha em contar que faço tratamento
30. SE VOCÊ SABE QUE UM COLEGA DE TRABALHO ESTÁ ENFRETANDO PROBLEMAS NO ÂMBITO PROFISSIONAL DE SAÚDE MENTAL, QUE ATITUDE VOCÊ TOMA? () Indiferente, pois cada um cuida da sua vida () Procura conversar e oferece ajuda/apoio no que puder se disponibilizar () Procura saber o que está acontecendo, mas fica na sua () Comunica a chefia

Observação: você pode marcar mais de uma alternativa

ANEXO 2 - Formulário Estruturado para entrevista com 11 Servidores da PCPA**BLOCO I - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO**

- 1) IDADE DO ENTREVISTADO (A) (em Anos): _____
- 2) SEXO BIOLÓGICO: () Masculino () Feminino
- 3) COR/RAÇA/ETNIA: () Branca () Parda () Preto(a) () Amarela () Indígena () Não sabe
- 4) ORIENTAÇÃO SEXUAL: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Assexual () Pansexual
- 5) ESTADO CIVIL: () Solteiro () Casado/União Estável () Divorciado () Viúvo () Outro
- 6) NÍVEL DE ESCOLARIDADE: () E. Superior Completo () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado
- 7) CARGO PÚBLICO: () Delegado (a) () Escrivão (ã) () Investigador(a) () Assistente Administrativo (a) () Outro: _____
- 9) REGIÃO DO BRASIL: () Norte () Nordeste () Centro-Oeste () Sudeste () Sul
- 10) NATURAL DE: _____ CIDADE: _____
- 11) QUAL SUA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA: R\$ _____

BLOCO II – TRABALHO POLICIAL E O PROCESSO DE ADOECIMENTO

- 01) O que levou você escolher a profissão de policial?
- 02) Você é satisfeito (a) com sua profissão de policial?
- 03) Você acha que o contato diário com a violência adocece o policial?
- 04) Você já foi diagnosticado (a) com algum tipo de doença potencializada pelo trabalho policial?
- 05) Você já precisou ser afastado do trabalho por motivo de doença decorrente de atividade policial?
- 06) Como você percebeu que estava adoecendo?
- 07) Ao longo da carreira policial, você já pensou em cometer suicídio?
- 08) Você acha que o endividamento financeiro é causa de adoecimento?
- 09) O que lhe deixa mais estressado (a) na sua atividade policial?
- 10) O que você acha dos serviços ofertados pela Diretoria de Atendimento ao Servidor da PCPA?
- 11) Você tem ou já teve vergonha de procurar ajuda médica quando apresentou algum tipo de adoecimento?
- 12) Como é a sua relação de convivência com seus colegas de trabalho? levando em consideração a relação de trabalho, hierarquia e empatia.

ANEXO 3 - Termo De Consentimento E Livre Esclarecimento (TCLE)

Prezado(a) respondente,

Eu, ALESSANDRO SOBRAL FARIAS, discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA), gostaria de convidá-lo(a) para participar do estudo de minha Tese de Doutorado, denominado "POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: trabalho, adoecimentos e trajetórias de policiais civis do Pará". O objetivo geral é analisar as condições de trabalho dos policiais civis e seus desdobramentos em relação aos processos de adoecimento decorrente da atividade laboral. De forma específica, iremos buscar:

- I) Identificar os tipos de Políticas Públicas sobre trabalho e saúde para os policiais civis do Estado do Pará;
- II) Contextualizar historicamente a criação da Diretoria de Atendimento ao Servidor da PCPA;
- III) Analisar as legislações que tratam da relação de trabalho e saúde na Polícia Civil;
- IV) Compreender as condições de vida e trabalho de policiais civis do Pará.

Não será adotado nenhum procedimento que traga qualquer risco à sua vida pessoal e laboral. O maior prejuízo que poderá sofrer é o tempo gasto durante o preenchimento das respostas. Participar dessa pesquisa é opcional. Você pode decidir não participar dela ou desistir a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou sanção. A sua identidade será preservada, e apenas dados gerais da pesquisa serão divulgados em publicações e eventos científicos. Você poderá tirar dúvidas a qualquer momento pelo contato com os pesquisadores.

Pesquisadores responsáveis:

Alessandro Sobral Farias (orientando) – Contatos: Cel.: (91) 98577-7899 e E-mail: alesobralfarias@gmail.com

Profa. Dra. Andrea Bittencourt Pires Chaves (orientadora do estudo), E-mail: andreachaves@ufpa.br

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva (Coorientador do Estudo), E-mail: carlosfreire@ufpa.br

Endereço Profissional: Av. Augusto Corrêa, Nº 01, Belém-PA – CEP: 66.075-110, Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia — Fone: +55 (091) 3201-8024 - E-mail: ppgsa@ufpa.br

Ciência e concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):* Estou ciente das informações relatadas no TCLE e concordo em participar da pesquisa. () SIM () NÃO

ANEXO 4 - Termo De Autorização Para Gravação De Voz

Este é um convite para você participar da pesquisa “**POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: trabalho, adoecimentos e trajetórias de policiais civis do Pará**”, que tem como pesquisador responsável ALESSANDRO SOBRAL FARIAS, discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA. Esta pesquisa pretende analisar as condições de trabalho dos policiais civis e seus desdobramentos em relação aos processos de adoecimento decorrente da atividade laboral. O motivo deste estudo é, principalmente, compreender as políticas de atendimento, ofertadas pela Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS), no âmbito biopsicossocial aos seus servidores que estão em processo de adoecimento decorrente do trabalho policial.

O pesquisador do projeto acima identificado assume os seguintes compromissos:

- I) Preservar a privacidade e a integridade física dos entrevistados cujos dados serão coletados;
- II) Manter sob sigilo as informações ofertadas, ou seja, serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto;
- III) Respeitar todas as normas da Resolução 466/12 e suas complementares na execução deste projeto.

Gostaríamos de solicitar sua autorização para efetuar a **gravação de voz** concedida mediante o compromisso do pesquisador acima, citada com os seguintes direitos:

1. Ter acesso à gravação e transcrição dos áudios;
2. Ter a garantia de que os áudios coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Caso seja da vontade do participante, não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para este fim (tarjas, distorção da imagem, distorção da voz, entre outros);
4. Ter os áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse dos áudios.

Você não é obrigado a permitir o uso dos áudios, porém, caso aceite, será de forma gratuita, mesmo que os áudios (depoimentos) sejam utilizados em publicações de livros, revistas ou outros documentos científicos. Os áudios coletados serão editados para a produção de material audiovisual.

Quanto aos riscos da pesquisa:

Invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; Revitimização e perda do autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; Divulgação de dados não autorizados e quebra de sigilo. Constrangimento e tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. Desconforto, medo, vergonha e estresse durante as entrevistas e gravações.

Quanto aos benefícios da pesquisa:

O pesquisador ressalta que serão adotadas todas as medidas necessárias para minorar os riscos aos participantes, dentre as quais: desistência a qualquer momento da participação na pesquisa, entrevista ou gravações; possibilidade dos participantes não responderem a questionamentos que considerarem invasivos, sensíveis ou constrangedores; resguardo/sigilo das informações fornecidas durante as entrevistas e gravações que os participantes não autorizarem a divulgação ou que possa perturbar em alguma medida as relações familiares ou em comunidade.

Do Produto Final

Ao final, a pesquisa propõe-se entregar uma cópia da pesquisa

Da proposta interventiva

Apresentar a Instituição da polícia Civil dados científicos que viabilize a promoção e valorização dos policiais civis. Após ter sido esclarecido sobre as condições para a minha participação no estudo, eu, _____ autorizo o uso de: () Minha voz

Belém PA, 12 de junho de 2024

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO: trabalho, adoecimentos e trajetórias de policiais civis

Pesquisador: ALESSANDRO SOBRAL FARIAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 80665624.2.0000.0018

Instituição Proponente: INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.920.298

Apresentação do Projeto:

POLICIAIS QUE CHORAM EM SILÊNCIO : trabalho, adoecimentos e trajetórias de policiais civis, 2024. 87p. Projeto de pesquisa (Doutorado em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém do Pará (UFPA), Belém / PA, 2024. O presente

estudo tem como objetivo analisar as condições de trabalho dos policiais civis e seus desdobramentos em relação aos processos de adoecimento decorrente da atividade laboral. Para tanto, foi realizado um levantamento documental visando obter dados direcionadas à atenção à saúde dos trabalhadores sobre a criação, plano de ações estratégicas para 2024-2026 e política de atendimento oferecido pela Diretoria de Atendimento ao

Servidor da Polícia Civil / DAS/PCPA. Além disso, com intuito de compreender o tema a ser pesquisado, foi realizada uma pesquisa preliminar com 234 servidores (as) da polícia civil, por meio de formulário google forms espalhados em grupos de WhatsApp do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará SINDPOL-PA, entre os dias 02 e 15 de outubro de 2023. Utilizou-se a estatísticas descritiva como técnica metodológica

para melhor explorar os resultados coletados sobre questões sociodemográficos, organização do trabalho policial civil, fatores socioculturais dos trabalhadores e saúde mental e atividade policial. Os resultados demonstram que aproximadamente 85% sofrem assédio moral, sentem falta de reconhecimento, tratamento desigual, discriminação e preconceito. Além disso, 70%

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **Município:** BELEM **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Telefone:** (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Página 01 de 05

BELEM, 29 de Junho de 2024

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

APÊNDICE 2 – Portaria Nº. 025/2025, Criação do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Saúde do Trabalhador da Polícia Civil do Pará – PCPA

Segunda-feira, 18 DE AGOSTO DE 2025

DIÁRIO OFICIAL Nº 36.330 ■ 57

EXTRATO DE PORTARIA Nº383/DIÁRIAS/DF 13 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: SUBTEN BM PEDRO PAULO SALDANHA ROLIM, MF: 5211611; SGT BM LIDIEL FERREIRA DA COSTA, MF: 54185341 E SGT BM TONY EWERTON DE CASTRO SOUZA, MF: 57189367, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R\$ 440,61 (QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E SESENTA E UM CENTAVOS), para seguirem em viagem de Barcarena - PA para Ponta De Pedras - PA, no período de 11 de Abril de 2025, a serviço do 6ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº384/DIÁRIAS/DF 13 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: SUBTEN BM JOSÉ GUILHERME DAS NEVES BARROS, MF: 5620767 E SGT BM LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, MF: 5602068, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R\$ 293,74 (DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS), para seguirem em viagem de Vigia - PA para Belém - PA, no período de 01 de Julho de 2025, a serviço do 17ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº385/DIÁRIAS/DF 13 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: SGT BM VALTEIR GOMES DE OLIVEIRA, MF: 57218384; SD BM GUTEMBERGUY OLIVEIRA BORBA, MF:5970991 E SD BM GUSTAVO SILVA DE MESQUITA, MF: 5970965, 02 (DUAS) diárias de alimentação e 01 (UMA) diária de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 1.231,17 (MIL E DUZENTOS E TRINTA E UM REAIS E DEZESSETE CENTAVOS), para seguirem em viagem de Redenção - PA para Conceição Do Araguaia - PA, no período de 01 à 02 de Julho de 2025, a serviço do 10ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DE PORTARIA Nº386/DIÁRIAS/DF 14 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: MAJ BM MARCELO SANTOS RIBEIRO, MF: 57216376, SGT BM IVANILDO BARAHUNA DA COSTA, MF: 57218547, CB BM CAROLINA FOURO DA SILVA, MF: 5913455, CB BM MADSON GARCIA DA SILVA, MF: 5932274 e CB BM BIANCA DE OLIVEIRA SOARES, MF: 5923629, 05 (CINCO) diárias de alimentação e 04 (QUATRO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 6.361,83 (SEIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E UM REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS), para seguirem em viagem de Belém - PA para Santarém - PA, no período de 17 à 21 de Agosto de 2025, a serviço da ASCOM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 1233517

EXTRATO DE PORTARIA Nº388/DIÁRIAS/DF 14 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: SGT BM JONAS GOMES SANTOS, MF: 57173983; SGT BM RUSLAN LACERDA SOARES, MF: 57218259 E SD BM MURILO ARAUJO COSTA, MF: 5971327, 01 (UMA) diária de alimentação para cada, perfazendo um valor total de R\$ 425,50 (QUATROCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), para seguirem em viagem de Altamira - PA para Anapu - PA, no dia 20 de Março de 2025, a serviço do 9ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 1233718

EXTRATO DE PORTARIA Nº387/DIÁRIAS/DF 14 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: STEN BM MALTONI HIVANS MARQUES DE SOUSA, MF: 5610460; SGT BM JOSE DAS CHAGAS SANTIAGO, MF: 5610443 E SGT BM JOSIANE CRISTINA DA CRUZ MACEDO, MF: 57190158, 04 (QUATRO) diárias de alimentação e 03 (TRÊS) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 3.084,27 (TRÊS MIL E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS), para seguirem em viagem de Capanema - PA para Nova Timboteua - PA, no período de 03 à 06 de Julho de 2025, a serviço do 19ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 1233851

EXTRATO DE PORTARIA Nº390/DIÁRIAS/DF 14 DE AGOSTO DE 2025

Conceder aos militares: SGT BM EDENILSON DE JESUS DA SILVA, MF: 57173992 E SGT BM STALIN DE ALMEIDA BELO, MF: 57175158, 03 (TRÊS) diárias de alimentação e 02 (DUAS) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 1.468,70 (MIL E QUATROCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS), para seguirem em viagem de Santarém - PA para Juruti - PA, no período de 13 à 15 de Julho de 2025, a serviço do 4ºGBM do CBMPA. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: JAYME DE AVIZ BENJÓ - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 1233797

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 025/2025 – GAB/DG/PC/DIVERSOS Belém-PA, quarta-feira, 13 de agosto de 2025.

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º, da Lei Complementar nº 022/94...

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará), que confere ao Delegado-Geral a atribuições para dirigir, gerir, representar e exercer os demais atos necessários à eficaz administração da Polícia Civil do Estado; CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 13.675/2018, que instituiu o Instituto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida); CONSIDERANDO a Lei nº 14.531/2023, que altera a Lei nº 13.675/2018 e dispõe sobre a obrigatoriedade de produção de dados sobre a qualidade de vida e a saúde dos profissionais de segurança pública e defesa social; CONSIDERANDO o Decreto nº 10.822/2021, que estabeleceu o Plano Nacional de Segurança Pública, e o Decreto Estadual nº 2.397/2022, que criou o Plano Estadual de Segurança Pública, os quais estabelecem a proteção dos profissionais de segurança pública através da redução do número absoluto de vitimização e a redução do número absoluto de suicídios desses profissionais;

CONSIDERANDO a necessidade de coleta de dados e avaliação e produção de conhecimento, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, acerca da qualidade de vida e a saúde dos profissionais de segurança e defesa social, visando a melhoria das condições laborais e do bem-estar do policial civil, RESOLVE:

Art. 1º Criar, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, vinculado à Diretoria de Atendimento ao Servidor, o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará (NEPTS), destinado a produzir dados sobre a qualidade de vida e a saúde dos profissionais de segurança e defesa social no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, nas áreas de saúde biopsicossocial, saúde ocupacional e segurança do trabalho.

§ 1º Compete ao NEPTS realizar mapeamento das principais demandas relacionadas à saúde do policial civil, em especial adocentamentos decorrentes da atividade policial do quadro ativo e inativo da Polícia Civil.

§ 2º Os trabalhos realizados pelo NEPTS visam realizar análise situacional, acompanhar as ações de saúde e qualidade de vida implementadas, bem como construir base de dados para embasar proposição de políticas e ações integrativas que visem a saúde e valorização dos trabalhadores da Polícia Civil do Estado do Pará.

Art. 2º O NEPTS fornecerá indicadores que subsidiarão as ações direcionadas à saúde biopsicossocial, à saúde ocupacional e à segurança dos trabalhadores e mecanismos de proteção e de valorização dos profissionais de segurança pública da Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA).

Art. 3º O NEPTS produzirá e divulgará anualmente relatórios técnicos com o resultado das análises dos dados coletados, especialmente sobre:

I – Qualidade de vida e saúde dos profissionais de segurança pública da Polícia Civil do Estado do Pará;

II – Vitimização dos policiais civis, inclusive fora do horário de trabalho;

III – Profissionais com deficiência em decorrência de vitimização na atividade policial;

IV – Profissionais que sejam dependentes químicos em decorrência da atividade ou não;

V – Dados sobre transtornos mentais e comportamento suicida;

VI – Cultura organizacional da Polícia Civil.

Art. 4º O NEPTS será composto por equipe multiprofissional, necessária ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º Os estudos serão desenvolvidos com base em pesquisa quantitativa e qualitativa, com técnicas metodológicas de análises estatísticas descritivas, bem como análises de conteúdo e do discurso, que serão aplicadas nos dados primários e secundários coletados.

Art. 6º O NEPTS poderá propor parcerias, termos de cooperação ou convênios com instituições públicas e privadas, universidades e centros de pesquisa, visando ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações voltadas à saúde e à qualidade de vida dos policiais civis.

Art. 7º Os casos omissos e as medidas necessárias à execução desta PORTARIA serão regulamentados por ato da Diretoria de Atendimento ao Servidor ou outro órgão competente designado.

Art. 8º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR
DELEGADO-GERAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1233578

PORTARIA Nº 1925/2025-GAB/DG/AUTORIZAÇÃO Belém, 14 de Agosto de 2025

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para

APÊNDICE 3 – Portaria Nº. 060/2025, Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Gestor do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará - NEPTS.

80 ■ DIÁRIO OFICIAL Nº 36.461

Quinta-feira, 11 DE DEZEMBRO DE 2025

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 2860/2025-GAB/DG/LICENCIAR Belém, 10 de Dezembro de 2025

O Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022 de 15/03/1994 e alterações posteriores, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO o teor do PAE Nº E-2025/3747823, que versa sobre a Ação Ordinária, processo nº 0903053-93.2025.8.14.0301, ajuizada por MARCOS VINICIUS FRANCA ALMEIDA, inscrito no CPF nº 043.187.241-40, em face do Estado do Pará.

R E S O L V E: I - AUTORIZAR, Licença Remunerada para o servidor INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL MARCOS VINICIUS FRANCA ALMEIDA, Matrícula nº 5940347, da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, para participar do Curso de Formação Profissional relativo ao concurso público para o cargo de Policial Rodoviário Federal, que será realizado em Florianópolis/SC, a contar de 04/12/2025 até 18/12/2025;

II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR

Delegado-Geral da Polícia Civil

Protocolo: 1276207

PORTARIA Nº 061/2025 – GAB/DG/PC/DIVERSOS Belém-PA, terça-feira, 11 de dezembro de 2025.

Designa servidores para que componham a Comissão Permanente de Promoção (COPEP).

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994 e alterações, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 54-B e 54-D da Lei Complementar nº 022/94, que estabelece os critérios, requisitos e fundamentos legais para a promoção funcional nas carreiras da Polícia Civil, bem como a constituição de Comissão Permanente de Promoção (COPEP) encarregada de processar, analisar e deliberar sobre as promoções dos servidores policiais civis;

CONSIDERANDO os termos dos artigos 25 e s/s da Resolução nº 007/2025-CONSUP que definem a composição e as atribuições da Comissão Permanente de Promoção;

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 8º, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para que componham a Comissão Permanente de Promoção (COPEP), destinada a proceder à análise, avaliação, processamento e deliberação do processo de promoção funcional das categorias de policiais civis do Estado do Pará:

I - DPC KLETON MAMED DE FARIAS - Presidente;

II - DPC JULIANA THOMÉ CAVALCANTE DO ROSÁRIO - Membro;

III - DPC JULIANO CORRÊA - Membro.

Art. 2º Determinar que a COPEP adote as providências necessárias para iniciar os trabalhos da Promoção Funcional envolvendo todas as categorias de Policiais Civis do Estado do Pará, conforme as normas do artigo 2º da Lei Complementar nº 191, de 17 de setembro de 2025.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar Relatório trimestral das atividades realizadas, assim como eventuais propostas para melhoria do processo de promoção.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Administração e Diretoria de Recursos Humanos, que adotem as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR

DELEGADO-GERAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1276009

PORTARIA Nº 060/2025 – GAB/DG/PC/DIVERSOS Belém-PA, quinta-feira, 11 de novembro de 2025.

Dispõe sobre a designação dos membros do Comitê Gestor do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará - NEPTS.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 022/94 de 15/03/1994 e alterações, que confere ao Delegado-Geral, atribuições para dirigir a Polícia Civil e praticar os demais atos necessários à eficaz Administração da Instituição Policial;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 025/2025 – GAB/DG/PC/DIVERSOS, datada de 13 de agosto de 2025, que criou no âmbito da Polícia Civil do Estado do Pará, vinculado à Diretoria de Atendimento ao Servidor,

o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará (NEPTS);

CONSIDERANDO a necessidade de composição multiprofissional para o pleno desenvolvimento das atividades do NEPTS, conforme o estabelecido; O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 8º, da Lei Complementar nº 022, de 15/03/1994,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), para comporem o Comitê Gestor do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Saúde da Polícia Civil do Estado do Pará - NEPTS:

I - Alessandro Sobral Farias, mat. 5857007 - Coordenador;

II - Fabiane Araújo de Oliveira, mat. 5912544 - Vice Coordenadora;

III - Eder Mark Filo-Creão Lima, mat. 5925974 - Membro;

IV - Kelly De Souza Mendes, mat. 55587316 - Membro;

V - Maria Gorete Farias Tourão Freitas, mat. 5835259 - Membro.

Art. 2º Os(as) servidores(as) designados(as) desempenharão suas funções no NEPTS sem prejuízo de suas atividades regulares na DAS/PCPA, observada a compatibilidade de horários e as demandas institucionais.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JUNIOR

DELEGADO-GERAL

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1275955

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

Contrato: 053/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00003/2024 - IFMS, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023 - IFMS. Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06. Empresa: E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 05.778.325/0005-47. Objeto: Aquisição de microcomputadores avançados, com monitor, visando atender à necessidade de substituição de equipamentos obsoletos ou defeituosos, bem como ao provimento das novas unidades da Polícia Civil em fase de implantação. A aquisição também está alinhada à política de modernização do parque tecnológico da instituição, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela equipe técnica da Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística - DIME. Data da Assinatura: 10/12/2025. Vigência: 10/12/2025 a 10/12/2026. Valor: R\$ 548.179,63. Orçamento: Gestão/Unidade: 40101; Fonte de Recursos: 0150000001; Programa de Trabalho: 06.181.1510.7559; Elemento de Despesa: 449052; Plano Interno: 1030007559E. Estadual. Proc. nº 2025/3277205. Contratado: E. R. SOLUÇÕES INFORMÁTICA LTDA. Endereço: Av. CEM, S/N, Quadra 01, Módulo 01, Sala 01 - Piso 02, na cidade de Serra/ES, CEP 29.161.384. E-mail: ersolucoes@ersolucoes.com.br. Ordenador: Delegado Raimundo Benassully Maués Junior. Delegado-Geral da Polícia Civil/PA.

Protocolo: 1276291

OUTRAS MATÉRIAS

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO DO CADASTRO DE RESERVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL 001/2025-PSS/PC-PA A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso das atribuições que lhes são conferidas;

CONSIDERANDO os princípios que regem a administração pública, em especial, os da legalidade e publicidade;

CONSIDERANDO o não preenchimento de 01 (uma) vaga regular destinada aos candidatos de nível superior - cargo : técnico em gestão pública - serviço social, devido a desistência do candidato JHON LENON JARDIM DA SILVA - nº 2025041842646

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA A DESISTÊNCIA do candidato classificado para a vaga de técnico em gestão pública do Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 001/2025-PSS/PC-PA:

1. CARGO: TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL MUNICÍPIO: REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM CANDIDATO: 2025041842646 JHON LENON JARDIM DA SILVA

TORNAR PÚBLICA A CONVOCAÇÃO do candidato classificado para a vaga de cadastro de reserva no Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 001/2025-PSS/PC-PA:

CADASTRO DE RESERVA

1. CARGO: TÉCNICO EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL MUNICÍPIO: REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

CANDIDATO: 2025041898414 ELUANA CLAUDIA MEDEIROS MATTOS

Protocolo: 1276346

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO DO CADASTRO DE RESERVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL 001/2025-PSS/PC-PA A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso das atribuições que lhes são conferidas;

CONSIDERANDO os princípios que regem a administração pública, em especial, os da legalidade e publicidade;

CONSIDERANDO o não preenchimento de 01 (uma) vaga regular destinada aos candidatos de nível médio - cargo : Assistente Administrativo, devido a desistência da candidata JACKELINE DE NAZARÉ SOUSA CORDEIRO - nº 20250417282050